

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógico

Dissertação

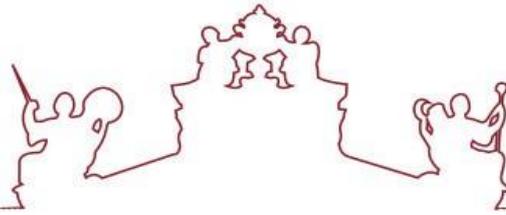
**Absentismo escolar - a opinião dos professores de duas  
escolas públicas em Belém do Pará-Brasil**

Hallan Daniel do Nascimento

Orientador (es) | Marília Favinha

Évora 2021





**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica

Dissertação

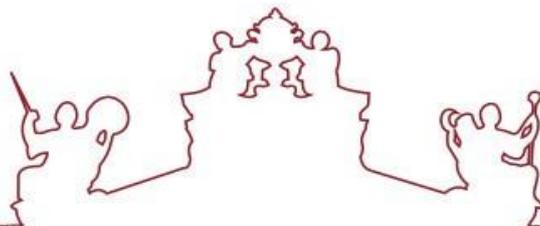
**Absentismo escolar - a opinião dos professores de duas  
escolas públicas em Belém do Pará-Brasil**

Hallan Daniel do Nascimento

Orientador (es) | Marília Favinha

Évora 2021





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | António Manuel Borralho (Universidade de Évora)

Vogais | Alonso Bezerra de Carvalho (Universidade Estadual Paulista -  
Filho) (Arguente)  
Marília Favinha (Universidade de Evora) (Orientador)

Évora 2021



“Escola um compromisso dos educadores e um direito dos educandos”.

(Paulo Freire)

**Dedico este trabalho a todos aqueles que passaram pela minha vida e que, de algum modo, contribuíram para o meu crescimento enquanto pessoa.**

## **AGRADECIMENTOS**

De forma a realizar os meus sonhos, houve a necessidade de um grande empenho pessoal, assim como o apoio e carinho por parte dos que amamos. Deixo um eterno e enorme agradecimento ao meu avô querido que foi o meu pai, e que fez parte de uma parte maravilhosa da minha vida. Ainda que não esteja presente, jamais poderei esquecer a sua luta, o seu esforço e as suas sábias palavras de coragem, com o propósito de concretizar os meus sonhos. Recordo, com frequência, o apoio que me deu, bem como o suporte, para que pudesse alcançar os meus objetivos. Gostaria de expressar também a minha eterna gratidão à minha mãe, irmãos e familiares, pois foram essenciais nesta etapa da minha vida.

Gostaria também de agradecer à minha tia Nazaré Mello, uma grande mulher, e que em inúmeros momentos soube ser uma grande conselheira, ajudando em diversos aspetos e dando sempre o exemplo de que a dedicação e esforço são pilares fundamentais para o futuro. Às minhas sobrinhas, que também me ajudaram neste percurso, fosse com um sorriso, abraço ou carinho. Um agradecimento especial para a minha filha Rebeca Nascimento, que durante este percurso esteve sempre presente, nunca deixando de acreditar em mim, e colaborando com toda a ajuda necessária nesta importante etapa. Aqui fica o meu grande obrigado.

Adicionalmente, um agradecimento sentido à Universidade de Évora, ao seu corpo docente, direção e administração que permitiu abrir portas, promovendo a possibilidade de vislumbrar um horizonte alargado de conhecimento, tendo por base importantes aspetos como a ética, o mérito e a confiança. Da mesma forma, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Marília Evangelina Sota Favinha, pelo suporte na orientação para a elaboração deste documento, em particular pelas emendas apontadas, por todo o incentivo, e, claro, por toda a paciência. Assim, a todos os que fizeram parte da minha formação académica e pessoal, tenha sido direta ou indiretamente, deixo o profundo agradecimento.

## RESUMO

Através da presente dissertação, pretende-se analisar e discutir as ações que têm sido implementadas em duas escolas públicas do Estado do Pará- Brasil relativamente ao absentismo e abandono escolar. Adicionalmente, pretende-se compreender quais as políticas adotadas, no sentido de construir conhecimento, que possa propor um conjunto de medidas que permitam ajudar a encontrar soluções para esta problemática. Este caso de estudo utiliza uma metodologia de cariz quantitativo, tendo em conta que, como instrumento recorreu a um questionário, que pretendeu recolher dados através de uma amostra de profissionais da educação, nas duas escolas analisadas: professores e gestores. Após a análise dos resultados, foi possível observar que tanto o absentismo escolar, como o insucesso escolar e a repetência são problemáticas que estão presentes nestas comunidades educativas. Desta forma, é necessário efetuar uma análise estruturada sobre as causas que motivam estes indicadores, para que se possa proceder a uma avaliação integrada da questão. Neste sentido, e partindo deste caso, são apresentadas algumas possíveis soluções que permitam minimizar o absentismo escolar e os efeitos desta realidade nas escolas.

**Palavras chaves:** Escola; Políticas Públicas; Absentismo Escolar.

## **ABSTRACT**

School Absenteeism - Teachers' opinions in two public schools in Belém do Pará.

Through this dissertation, it is intended to analyze and discuss the actions that have been implemented in two public schools in the State of Pará-Brazil regarding absenteeism and school dropout. Additionally, it is intended to understand which policies have been adopted, in order to build knowledge, which can propose a set of measures that will help to find solutions to this problem. This case study uses a quantitative methodology, taking into account that, as an instrument, it resorted to a questionnaire, which intended to collect data through a sample of education professionals, in the two schools analyzed: teachers and managers. After analyzing the results, it was possible to observe that both school absenteeism, school failure and repetition are problems that are present in these educational communities. Thus, it is necessary to carry out a structured analysis of the causes that motivate these indicators, so that an integrated assessment of the issue can be carried out. In this sense, and starting from this case, some possible solutions are presented that allow to minimize school absenteeism and the effects of this reality in schools.

**Key words:** School; Public policy; School Absenteeism

## Índice

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<i>iv</i>
<b>RESUMO</b> .....	<i>v</i>
<b>ABSTRACT</b> .....	<i>vi</i>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>IX</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<i>xi</i>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 – Contextualização do projeto</b> .....	<b>1</b>
<b>2 – Questão de investigação e objetivos do estudo</b> .....	<b>4</b>
<b>2.1 – Objetivos da investigação</b> .....	<b>4</b>
<b>3 - Organização da dissertação</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 – EMQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>6</b>
<b>1.1 - Conceito</b> .....	<b>6</b>
<b>1.2- A instituição escolar: acessível ou exclusivo</b> .....	<b>12</b>
<b>1.3- A Convivência entre Professor e Aluno: Implicações na     Problemática do Absentismo Escolar</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A ESCOLA E O ABSENTISMO: APROXIMAÇÕES DA CONTEXTUALIZAÇÃO.</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1– Programas implementados pelo Governo Brasileiro para     Combater e/ou minimizar o Absentismo.</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.1- Bolsa Escola</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1.2– Escola Ciclada</b> .....	<b>27</b>
<b>2.1.3 – Programa de Progressão Continuada ou Aceleração de Ensino</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1.4 – Bolsa Família</b> .....	<b>30</b>
<b>2.2 – O direito à escola</b> .....	<b>31</b>
<b>2.3– A Convivência do Professor: Implicações na Problemática do Absentismo Escolar</b> .....	<b>36</b>
<b>2.4 – Absentismo escolar e a Sociedade</b> .....	<b>38</b>
<b>2.5 – A Legislação brasileira sobre o absentismo escolar.</b> .....	<b>39</b>
<b>CAPITULO 3 – MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1.Instrumentos e procedimentos</b> .....	<b>44</b>

3.2. Participantes .....	44
3.3. Apresentação dos dados .....	48
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>79</b>
Legislação consultada: .....	84
<b>ANEXOS.....</b>	<b>86</b>
ANEXO 01– QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES .....	87
ANEXO 02– QUESTIONÁRIO DOS GESTORES ESCOLAR .....	92
Carta de Apresentação do Aluno .....	98
Solicitação para Investigação - 1 .....	99
Solicitação para Investigação - 2 .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1. Idade dos inquiridos – grupo dos professores.....	45
Figura 2. Género dos inquiridos – grupo dos professores .....	46
Figura 3. Idade dos inquiridos- Professores.....	47
Figura 4. Percentagem de absentismo na visão dos professores.....	48
Figura 5. Percentagem de professores que conversaram com alunos que abandonam a escola.....	49
Figura 6. Possíveis causas do absentismo escolar (apontadas por parte dos professores, tendo por base conversas com alunos que abandonam a escola) .....	50
Figura 7. Principais problemas verificados em contexto escolar, na visão dos professores.....	52
Figura 8. Relevância de algumas causas do absentismo escolar na visão dos professores.....	54
Figura 9. Percentagem de absentismo escolar na visão da gestão escolar.....	56
Figura 10. Principais motivos desencadeadores do absentismo escolar, na visão da equipa gesto .....	57
Figura 11. Principais benefícios da educação para o indivíduo, na visão da equipa gestora.....	58
Figura 12. Principais problemas dentro da escola, na visão da equipa gestora .....	59
Figura 13. Importância de alguns pontos relativos ao absentismo escolar, na visão da equipa gestora .....	60
Figura 14. Importância de alguns aspetos relativamente ao absentismo escolar, na visão dos professores. ....	63
Figura 15. Importância de alguns pontos referentes à escola, na visão da equipa gestora.....	65
Figura 16. A escola desenvolve ações relacionadas aos alunos que a abandonam (visão dos gestores) .....	67
Figura 17. As ações desenvolvidas por parte da escola relativamente aos alunos que a abandonam têm efeitos. ....	68
Figura 18. Possíveis soluções para o problema do absentismo escolar na visão dos Professores .....	69

**Figura 19. Possíveis soluções para o problema do absentismo escola para os gestores .....72**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ART** - Artigo

**CF** - Constituição Federal

**CT** - Conselho Tutelar

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**FGV** - Fundação Getúlio Vargas

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**MPPA** - Ministério Público do Pará

**PME** - Programa mais Educação

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**UNESCO** - United Educational Scientific and Cultural Organization

# INTRODUÇÃO

## 1 – Contextualização do projeto

O tema do absentismo escolar possui um grande peso na realidade social do Brasil, sendo um dos principais problemas encontrados na educação brasileira, principalmente nas escolas públicas.

A discussão em torno do absentismo escolar constitui uma problemática sujeita a inúmeros debates, nos quais se torna essencial discutir temas associados à aprendizagem, mas que também salientem a eficácia dos docentes quanto aos serviços públicos, à igualdade das oportunidades, ao papel dos pais na educação dos filhos, à função da escola e ao papel do professor no sistema educacional, entre outros.

Todos efetuam múltiplas queixas relativamente ao sistema educativo. Desde os pais, professores e até alunos, todos colocam falhas no funcionamento dos processos em meio escolar. Contudo, qualquer que seja o interveniente, a culpa é sempre atribuída a um responsável que não ele próprio. Desta forma, as discussões sobre a escola apenas servem para acusar diversos intervenientes no processo, no entanto nunca se atinge nenhum entendimento ou sequer a uma formulação estruturada da raiz do problema. (CECCON, 1987, p.11)

No momento de consolidação do ensino, enquanto instituição educativa em território brasileiro, o absentismo escolar começou a ter um grande impacto, sendo associado a diferentes causas que o motivam. Ainda que no Brasil se tenha instituído, na Constituição Federal de 1988, no Art. 205, um ensino que fosse gratuito, laico e de qualidade, existem muitos educandos que ainda não usufruem deste direito. Este facto é verificado através dos índices educacionais e do grande crescimento de alunos em busca da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Alunos que, na sua maioria, abandonaram os estudos e agora precisam de retornar à escola para os concluir.

O abandono escolar caracteriza-se pelo abandono da escola no decorrer do ano letivo, e também por, após o término desse mesmo ano, este não se matricular no ano posterior. Ou, caso o faça, acaba por não comparecer com assiduidade. Entre as causas mais plausíveis quanto ao absentismo escolar, podemos salientar a questão de atividades de trabalho, pois o discente deixa de frequentar o ensino escolar, para realizar atividades laborais, devido às condições económicas familiares precárias. Outra das causas identificada é a questão da gravidez na adolescência, que impede a aluna de frequentar o ensino e o ambiente escolar, podendo regressar apenas após o término do período de maternidade ou até que o seu filho tenha uma determinada idade. Note-se que, na sua maioria, as escolas não possuem infraestruturas capazes de acolher alunas com filhos (Carvalho, 2009; Diniz, 2015; Marconato, 2009; Neri, 2009).

Atualmente, através das mudanças existentes no mundo contemporâneo, surgiram outras causas associadas ao absentismo escolar, como por exemplo, o *bullying*. Nesta situação, o aluno é coagido de forma física e psicológica por outro/s colega/s, o que promove o abandono escolar precoce. Tipicamente, neste tipo de situações, as escolas tendem a apresentar índices de violência elevados, que levam o/a aluno/a a não desistir do ensino. Além destas causas, podem também ser observadas situações nas quais o discente não parece conseguir acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma, havendo casos em que o próprio possa possuir algum tipo de défice de aprendizagem. Nestes casos, a ação do professor é essencial, no sentido de tentar viabilizar a inserção desse aluno na sala de aula ou até mesmo tentar identificar os possíveis motivos que originaram essas dificuldades no processo de aprendizagem (Carvalho, 2009; Diniz, 2015; Marconato, 2009; Neri, 2009).

O objetivo geral deste trabalho prende-se com a identificação da perceção de professores e gestores no processo educacional, relativamente à temática do absentismo escolar. Como objetivos específicos, pretende-se caracterizar este fenómeno do absentismo escolar, identificar possíveis causas e possíveis soluções no sentido de diminuir a sua ocorrência, identificar ferramentas para garantir a monitorização e o controlo desta problemática, identificar processos para garantir a ação eficaz dos órgãos competentes e encontrar alternativas de combate ao absentismo escolar.

Numa análise crítica da realidade educacional, averiguando as facetas apontadas por Ceccon (1987), no seu livro *A vida na escola e a escola na vida*, e tendo em conta a problemática do absentismo escolar, utilizou-se uma metodologia quantitativa, utilizando como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário.

O absentismo, assim como o fracasso e a repetência do ano escolar, é uma problemática que nunca abandonou a educação brasileira. Desta forma, torna-se necessário revê-la e refletir sobre suas causas, procurando, futuramente, contribuir para possíveis soluções que possam contribuir para reduzir estes fenómenos.

O absentismo escolar não pode ser visto como um problema isolado do sistema educacional, esta faz parte de um espaço heterogéneo, a escola, que abriga uma diversidade de opiniões e de pessoas com culturas sociais e poderes económicos diferenciados. Não podemos ignorar os estudos sobre o problema em questão, mas também deixar traçados pontos e significados desse grande problema da educação brasileira, motivando os educadores para uma continuidade deste debate.

A pesquisa realizar-se-á em duas Escolas de Ensino Fundamental e Médio, localizadas na cidade de Belém, do Pará. Serão realizados questionários, cujas perguntas foram previamente definidas, de modo a que o mesmo nos conduzisse às opiniões da amostra relativamente às políticas públicas implantadas pelo governo do Estado Pará. Os questionários foram dirigidos a uma amostra de elementos dos órgãos de gestão das escolas e aos professores.

Procedimentos Metodológicos:

1º Momento: aplicação do questionário a todos os professores;

2º Momento: análise dos resultados dos questionários;

3º Momento: aplicação do questionário a elementos dos órgãos de gestão das escolas.

4º Momento: análise dos resultados dos questionários;

Os sujeitos da investigação totalizaram 10 professores e 8 gestores de cada uma das escolas.

O que motivou a realização deste trabalho foi o facto de existirem índices alarmantes de absentismo escolar nas escolas Brasileiras, em especial na cidade de Belém, no Estado do Pará. Assim, despertou-se um interesse em identificar qual a

percepção dos professores e gestores escolares, relativamente a este fenómeno, e quais as possíveis estratégias para o combater.

## **2 – Questão de investigação e objetivos do estudo**

Segundo a linha de raciocínio apresentada anteriormente, foi delineada a seguinte questão de investigação:

Qual será o nível de percepção, por parte do gestores e professores envolvidos no processo educacional, no que diz respeito à temática do absentismo escolar?

### **2.1 – Objetivos da investigação**

Assim, e partindo da questão da investigação central, pretendemos, com este estudo, alcançar os seguintes objetivos:

- Caracterizar o absentismo escolar com base nas suas causas e nos seus efeitos;
- Identificar mecanismos de controlo e monitorização do absentismo escolar e a eficácia do seu uso por parte dos órgãos competentes;

## **3 - Organização da dissertação.**

Relativamente à estrutura do trabalho, este é dividido em três capítulos com uma conclusão.

O primeiro capítulo faz o enquadramento teórico da temática.

No segundo capítulo, é apresentada a caracterização do absentismo escolar, as causas e outros aspetos referentes à mesma.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia da investigação: a análise dos questionários efetuados, a caracterização do local de atuação dos inquiridos, bem como a apresentação de resultados.

Por fim, é apresentada a conclusão do trabalho, como forma de reflexão e discussão, tendo por base o trabalho fundamentado nas referências teóricas, seguidas por algumas sugestões que podem originar sugestões para investigações futuras.

Adicionalmente, foi elaborada uma breve exposição dos procedimentos éticos adotados ao longo das diversas fases do trabalho, bem como algumas limitações que se mostraram visíveis no decorrer do desenvolvimento do estudo.

No final, apresenta-se o conjunto de referências bibliográficas que sustentam a parte teórica do trabalho, bem como a construção dos questionários, responsáveis pela fundamentação dos resultados. Para uma melhor compreensão, constam, nas últimas páginas da dissertação, os anexos que serviram de suporte na elaboração da parte empírica e prática do estudo.

## **CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.**

A designação de caso de estudo, pode ser considerada um facto ou caso que necessite de uma verificação prática, podendo esta ser obtida por meio de métodos quantitativos e qualitativos ou observação de um determinado contexto de forma a efetuar uma recolha de dados.

Durante a realização de uma pesquisa, é necessário reunir um conjunto de informações devidamente fundamentadas e aplicar um método científico, para que, , um problema evidente consiga apresentar uma resposta ou solução. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 22), “qualquer investigação nasce a partir de um problema observado, sendo que para que se possa prosseguir é necessário efetuar a seleção da matéria a ser tratada”. Segundo a opinião de Gil (2002, p. 17):

O processo de pesquisa pode ser definido como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa, é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema ou quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem, que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Desta forma, efetuou-se uma análise quantitativa, que permitiu ao investigador examinar a realidade educacional, averiguando as facetas apontadas por CECCON (1987).

### **1.1. Conceito**

O absentismo escolar não se apresenta como uma novidade em contexto escolar e, dificilmente, será eliminado dentro do contexto educacional Brasileiro a curto/médio prazo. Ainda que o Estado possa desenvolver estratégias de combate ao

mesmo, o absentismo é muito difícil de ser combatido porque há um conjunto de fatores independentes do sistema e do meio escolar que se encontram envolvidos. Assim é porque o contexto social, as relações humanas e as de trabalho são algumas das variáveis independentes, que fogem à capacidade de monitorização do Estado.

Contudo, o grande objetivo não passa apenas pela matrícula de todos os alunos no ano equivalente, mas também por garantir que estes efetuam o seu percurso escolar. E que haja a capacidade de ação face a situações extremas, nas quais o desemprego, a miséria, a gravidez precoce e a violência têm uma força maior e, frequentemente, abrem caminho para o absentismo.

Segundo Calixto (2019), no artigo “Abandono da escola ou escola abandonada”, é possível verificar que muitos dos educandos são vítimas de violência como o trabalho infantil, e que, no decorrer do período de aulas, o seu rendimento escolar se encontra em decréscimo, pois existe grande insegurança, cansaço extremo e atrasos. Neste sentido, uma criança que necessita de gerir o seu tempo entre a disponibilidade para estudar e trabalhar em simultâneo, terá consequências cognitivas relacionadas com a carga mental excessiva e com o desgaste natural de um corpo em desenvolvimento, que, de forma precoce, não disponibiliza de horas de sono adequadas e necessárias à idade, bem como o seu ritmo natural de atividades físicas e alimentação.

Qual a perceção da escola face ao envolvimento dos seus educandos no processo de ensino e aprendizagem e quais as ferramentas utilizadas no combate ao absentismo? Neste sentido, colocou-se a questão quanto ao limite de atuação da escola quando ao absentismo escolar está relacionado com fatores que transcendem os mecanismos de atuação escolar. Adicionalmente, e para que exista legislação no sentido de dar suporte a crianças, jovens e adolescentes, de que forma é possível viabilizar uma medida legislativa que possa ser útil, sem que as famílias possam ter meios para cuidar das crianças.

Quando se reflete sobre o tópico do “absentismo escolar”, ficamos perante um problema educacional que poderá atingir tanto as instituições públicas, como as privadas, e que desencadeia prejuízos ao indivíduo e, conseqüentemente, à sociedade. Segundo Veloso (2015), este fenómeno não possui uma definição elementar, pois trata-se de uma interação que engloba diferentes fatores, tais como

propostas ao nível do ensino, modelos de avaliação, interações entre pares, contextos sociais e familiares, entre outros.

Segundo a definição conceptual de Silva (2015, p.66), este autor entende que o absentismo escolar se refere ao “ato de abandonar a escola durante o ano letivo”. Nesta perspetiva, o aluno efetua a sua matrícula no início do ano, no qual obtém assiduidade durante um período tempo, sendo que, posteriormente, acaba por “fugir” ou abandonar o estabelecimento de ensino, Silva (2015, p.66) ainda diz que:

A evasão identifica-se como um ato evasivo, de forma que consiste no processo de escapar, evadir ou fugir dos compromissos. O termo evasão caracteriza o fenómeno de fuga, no caso do ensino, entende-se a evasão pelo abandono escolar no decorrer do período letivo ou, pela não matrícula, sendo este caracterizado como abandono do curso, vez que interrompe o vínculo estabelecido, entre aluno e a escola, pois a não renovação do compromisso de continuar na instituição escolar; entende-se como evasão, e é vista como abandono sem intenção de voltar.

Apesar da importância deste tipo de perspetiva, Margiotta (2014, p18) afirma que os diferentes conceitos como “abandono”, “absentismo”, “repetência” ou “dropout”, o fenómeno do absentismo escolar tem sido abordado como um fracasso ou uma derrota na vida de um sujeito em particular, ou como um fracasso de determinada escola.

Desta forma, para diferentes autores, existem diversas justificações, assim como argumentos de carácter sociológico, psicológico, educativo e pedagógico, cujo foco da responsabilidade vai sendo alterado, de tempos em tempos, estabelecendo-se uma associação para com a criança ou com o jovem e, dificilmente, à instituição escolar. Batista *et al* (2009, p. 4), analisam o abandono escolar da seguinte forma:

O abandono à escola é composto pela conjugação de várias dimensões que interagem e entram em conflito relativamente a esta problemática. A referidas dimensões podem ser de ordem política, económica, cultural e de carácter social. Desta forma, o abandono escolar não pode ser compreendido e

analisado de forma isolada, pois as dimensões socioeconómicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na tomada de decisão da pessoa em abandonar a escola.

Existem, no entanto, autores que, como Veloso (2015), definem o absentismo escolar como a situação em que o discente abandonou a escola ou reprovou num determinado ano letivo e que, no ano seguinte, não deu continuidade ao estudo, não tendo, desse modo, efetuado a matrícula. Deste ponto de vista, o absentismo escolar e a reprovação geram um desafio adicional à instituição escolar, pois é necessário minimizar as taxas de alunos que abandonam a escola.

No sentido de aprofundar a situação, Vilhena (2012) afirma que 44% dos alunos que concluem o ensino básico tem uma idade superior a 14 anos e, destes, 11% está acima dos 18 anos. Assim sendo, Vilhena (2012, p. 25) considera que “concluir o ensino básico e médio é uma grande batalha e, portanto, ao perder o direito do ensino regular, os jovens, mais tarde e por uma perspetiva de trabalho e renda, procuram a EJA”. Em resumo, nesta situação, o aluno pode ficar inúmeros anos sem estudar, e, por necessidade de integrar o mercado de trabalho, este encontra-se obrigado a concluir os seus estudos, optando, preferencialmente, pela modalidade designada por Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De forma a ilustrar a problemática, Klein (2008, cit in Diniz, 2015) observa que os termos *abandono* e *absentismo escolar* possuem significados distintos, apesar de conterem características que os possam aproximar, ou seja, semelhantes. Por sua vez, o abandono refere o aluno que se matricula e já não frequenta a escola durante o decorrer do ano letivo, sem que haja uma comunicação formal ou solicitação de transferência.

Contudo, é essencial referir que quando o Ministério da Educação quantifica as taxas que dizem respeito ao rendimento do aluno, não se efetua qualquer distinção entre abandono e o absentismo escolar. Como tal, para fins de estudo, neste trabalho consideram-se os discentes que procederam a uma interrupção dos seus estudos em algum momento, independentemente de retornarem ou não.

Aquando do termino de cada ao letivo, surge uma ata com o resultado final que indica geralmente os aprovados, reprovados, abandono, em progressão parcial e desistentes. Os desistentes e os que abandonaram referem-se aos alunos que

deixaram de frequentar a escola no ano em causa. Assim sendo, os termos absentismo escolar e abandono serão analisados com um mesmo sentido.

Neste sentido, Meira (2015) refere que o absentismo escolar retrata um nó gótico do sistema educacional brasileiro. Este problema é frequentemente debatido por investigadores e profissionais de educação desde há muito tempo, sendo que atualmente ganha destaque derivado de ser uma questão por solucionar. Os índices de abandono escolar atingem índices elevados por todo o país e são reflexo da dimensão do problema, o que afeta os diferentes níveis de ensino, seja em instituições públicas ou privadas.

De acordo com Marconatto (2009, p. 23), a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) apresenta um modelo de fluxo escolar que destaca a deslocação dos alunos no sistema educacional, por meio da promoção, repetência e absentismo escolar. Para esta organização “a ação promove que o aluno que se matriculou no ano seguinte aquele em que estava matriculado no ano anterior. Sendo repetente, o aluno que se matriculou no mesmo ano que estava a frequentar no ano anterior e abandonou, o aluno que estava matriculado no início do ano letivo, mas não se matriculou no ano seguinte”.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), é possível apontar que o índice de abandono no ensino básico (1,9%) é inferior ao do ensino médio (6,8%). Na apresentação das fases do ensino fundamental, a rede pública revela uma taxa de 2,3%, ao passo que a da rede privada é de apenas de 0,2%.

Convém sublinhar que dentro da rede pública, a rede estadual (2,4%) e a municipal (2,3%), apresentam valores próximos. Referente ao ensino médio, o índice de abandono na rede pública (7,8%) é superior ao que se encontra na rede privada (0,4%).

Ainda de acordo com a pesquisa (PNUD,2015), na situação da rede pública, as escolas estaduais têm a maior taxa de absentismo, sendo de 7,9%, seguido das escolas municipais (5,6%) e das escolas federais (2,7%). Os maiores índices manifestam-se nas escolas estaduais e municipais, sendo que as escolas com administração federal apresentam índices menores.

Na perspetiva de Carvalho (2009), o absentismo escolar no Brasil sempre esteve ligado à questão do fracasso e da repetência, tanto no ensino básico, como no

ensino médio. Este fenômeno também acontece nos países da América Latina como a Bolívia, o Chile, a República Dominicana, o Peru, a Argentina, a Colômbia, o Panamá e outros, nos quais adolescentes, entre os 15 e os 19 anos de idade, abandonam a escola ainda no início do ciclo escolar.

Segundo cenário de informação do PNUD (2015), no ajuntamento de países com um desenvolvimento educacional elevado: Austrália, Suíça, Alemanha, Japão, Estados Unidos, entre outros, a taxa de abandono escolar no ensino básico é de 2,0%. Por outro lado, nos países com um desenvolvimento educacional médio: Paraguai, Egito, África do Sul, Iraque, entre outros, o índice é de 18,1% em média.

Contudo, no caso dos países com um desenvolvimento educacional baixo, estes possuem uma taxa de 39,4%, valores que incluem países como o Quênia, Angola, Nigéria, Camarões entre outros. O Brasil, segundo o PNUD (2015), encontra-se na posição 75 do ranking de países. Conforme anteriormente referido, enquadra-se como um país com Desenvolvimento Humano Elevado.

Nesta vertente, a questão do absentismo escolar é algo que atinge a maior parte dos países a nível mundial, por motivos muito diversos. Neste contexto, Margiotta *et al* (2014) observam a elevação dos índices de absentismo na Europa e citam Margiotta *et al*, (2014, p. 351)

As mudanças ocorridas no início do novo milênio como as migrações, a globalização dos mercados, os novos meios de comunicação e a estagnação económica, a que os países europeus estão sujeito trouxeram de volta o problema da evasão.

Segundo Carvalho (2009), a questão do absentismo é associada a problemas que se encontrem no campo do trabalho. Para o autor, a América Latina apresenta uma baixa qualidade na força de trabalho, o que torna necessário o desenvolvimento de uma consciência de que a produtividade de cada um não está dependente apenas do grau de conhecimento individual, mas também do conhecimento dos que nos rodeiam.

Analisando os dados referentes a esta problemática, Meira (2015), considera que o absentismo escolar não é um problema restrito a apenas algumas unidades

escolares, mas sim como uma questão nacional com elevado destaque nas discussões e pesquisas de educação no contexto educativo do Brasil. Este fenómeno causa uma elevada preocupação a todos os envolvidos – alunos, pais, professores e instituições de ensino -, evidenciando-se uma crescente preocupação no que toca às crianças, jovens e adultos que iniciam o seu percurso escolar, mas não o conseguem concluir.

É notório que na visão de Caldas (2000), o absentismo escolar tem sido um problema constante nos debates entre os profissionais do meio educativo, sendo um dos principais temas o custo para manter um aluno na escola e este não terminar o seu ciclo de estudos.

Assim sendo, o tema relativo ao absentismo é de extrema importância, tanto que o responsável pelo abandono do aluno pode responder ao chamado “processo de abandono intelectual”. Neste ponto, torna-se essencial observar a relação existente entre o direito e a escola, o que será estudado em seguida.

## **1.2. A instituição escolar: acessível ou exclusiva.**

A temática do absentismo escolar mostra que, além da seletividade do ensino ser perpetuada na repetência, as escolas ainda não possuem uma política de educação orientada para recuperar os alunos expulsos da escola. Neste sentido, mesmo que os dados sobre a oferta de vagas nas escolas apontem que o acesso está universalizado no Brasil, o maior desafio que se coloca, é o baixo do rendimento escolar dos alunos: refletido na questão do absentismo escolar.

O absentismo escolar, retrata um contingente de alunos que desistem da escola. Este fenómeno acontece, devido à existência de uma escola excludente. Entretanto, o fenómeno de exclusão, na escola, não acontece apenas derivado da falta de vagas no ensino, mas pela prática pedagógica que não alcança uma parcela da população, levando as crianças a abandonar a instituição de ensino por se acharem “incapazes” de efetuar este percurso. Como tal, frase como, “eu tenho cabeça dura”, “não nasci para isso”, são alguns dos exemplos comuns em meio escolar, o que explica o sentimento dos alunos expulsos das escolas.

Desta forma, é evidente o impacto desta problemática na auto-estima do aluno, diminuindo as suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento educacional,

levando a que a escola seja observada como um parceiro ativo na exclusão social e da diminuição de perspectivas de felicidade e de juventude.

Na verdade, o reconhecimento da escola indica que esta instituição seleciona e exclui uma grande percentagem de formandos, pois, na sua maioria, as crianças que abandonam o ensino antes de completar a escolaridade obrigatória são provenientes de famílias pobres, de bairros populosos pertencentes a periferias. Estes factos não promovem a motivação dos jovens para se dedicarem ao estudo, especialmente quando nas escolas não existe qualquer acompanhamento de acordo com as diferenças individuais, exigindo que todos tenham o mesmo ritmo de aprendizagem, o mesmo nível de retenção de conhecimento e progressão do mesmo.

Neste sentido, é possível verificar que a maioria das escolas e instituições de ensino, estão de facto, distantes da realidade existente na relativa às dificuldades de educação dos seus formandos. Ao considerar que todos se encontram no mesmo nível de aprendizagem, a valorização relativa à experiência e a vivência que cada um traz consigo é inexistente, criando assim uma situação de inferioridade e indiferença.

Da mesma forma, a CECCON (1987) afirma que: “Na verdade, a escola não passa de uma peça numa engrenagem ainda maior do que a sociedade em que nós vivemos”. Revelando-se uma sociedade injusta, porque não é democrática (CECCON, 1987, p.79).

Nesta linha de pensamento KRUPPA (1994, p. 50), completa que a educação reflete e conserva a estrutura da sociedade capitalista, na qual se designa o privilégio de acesso ao ensino aos que possuem maiores rendimentos, refletindo cada vez mais as desigualdades sociais.

A afirmação de que a educação se encontra inserida no nosso contexto de vida social possui duas dimensões, pois existe a educação escolar que se deve diferenciar da educação em geral, no entanto qualquer uma faz parte da vida de todos. Contudo, é necessário considerar o conhecimento que o formando adquire, independentemente do contexto em que se insere. Isto porque, ainda que fora da escola, o aluno adquire conhecimento que é produzido a partir das necessidades diárias imediatas.

Como tal, o saber por ser apresentado, muitas vezes, distante da vida dos que frequentam a escola, acabam por impedir que os alunos assimilem o conteúdo apresentado e o resultado final será marcado necessariamente pela exclusão. Outra

questão a ser destacada refere-se às exigências que as escolas impõem frente aos discentes da instituição, as quais, muitos não tem tempo nem condições para cumprir.

A maioria das escolas, possui uma tolerância de cinco minutos após o horário de entrada da criança na escola. Esta regra, impõe que caso a mesma não consiga chegar à instituição durante essa tolerância, é obrigada a voltar para casa e a perder todas as aulas do dia. Neste sentido, o que se observa é que a escola não se preocupa com a distância da área de residência até à instituição de ensino, distância esta que a criança necessita percorrer. Neste caso, a escola simplesmente fecha os portões, não permitindo a entrada de estudantes após a tolerância. Adicionalmente, as despesas associadas aos materiais escolares, ou seja, todo o material que a escola exige para que os alunos possam efetuar as atividades, não se encontra ao alcance de muitos pais, que, não têm condições de adquirir.

A escola, como vimos no início deste trabalho, constitui um direito de todos segundo a lei, no entanto o conjunto de despesas com materiais escolares e com uniformes são elevados, levando a que as famílias com baixos rendimentos tenham dificuldade na sua aquisição.

Muitas vezes as crianças conseguem vaga, contudo não possuem dinheiro para comprar os materiais e uniformes exigidos. Da mesma forma, não têm capacidade de pagar as propinas. [...] Contudo, os encarregados de educação não se conformam com o facto de não poderem aproveitar os livros usados de uma criança para outra. Todos os anos as escolas exigem novos manuais escolares para cada aluno e esse livro fica inutilizado, pois as crianças escrevem neles diretamente. (CECCON, 1987, p. 44)

Todos estas exigências e regulamentos, não constituem um problema para os estudantes cujo agregado familiar possui condições financeiras, contudo, para as famílias de baixa rendimento, cada uma destas exigências representa um esforço financeiro elevado, que no caso de impossibilidade, podem levar ao absentismo escolar da criança.

Desta forma, é fundamental refletir sobre a própria função da escola, isto é, a transmissão e criação contínua de conhecimento. Para KRUPPA (1994, p. 30), “a

escola é obrigada a fazer uma organização do conhecimento transmitido. [...] Refazer os passos da organização do conhecimento escolar é fundamental para se perceber o que ocorre na escola”. Assim sendo, a escola perde uma parte essencial da sua função, deixando de representar um local de criação, elaboração, instrução e criação de conhecimento a partir do trabalho escolar, tornando-se um mero reprodutor de conhecimento. Ao selecionarem os conteúdos lecionados, as escolas acabam por apresentar estes conteúdos como verdades absolutas, independentemente da realidade e contexto. Isto ocorre através do uso de livros didáticos, que, após perderem as suas características de referência para alunos e professores, passam a ser utilizados apenas como guias determinantes de seleção de conteúdos escolares.

Paulo Freire (1996, p. 25) classifica esta forma de educar como uma “educação bancária”, ou seja, a transmissão de conhecimento do professor para o aluno, assenta na função de decorar os conteúdos. Este facto, contribui para o absentismo escolar, pois este “método” de ensino acaba por demonstrar o autoritarismo existente do professor, que é visto como um “mestre” de sabedoria para o aluno, intensificando uma má relação entre ambos, bem como a construção de conhecimentos consolidados.

Neste sentido, é preciso, sobretudo, que os futuros formandos, se assumam como indivíduos capazes de produzir e criar conhecimento, assumindo uma perceção de que ensinar não se traduz apenas na transferência de conhecimento, mas também na criação de possibilidades para a formação construção dos seus educandos.

Desta forma, a escola pode ser responsável pelo absentismo escolar do aluno, tanto pela falta de infraestruturas (espaço inadequado, falta de mesas e vagas...) e materiais didáticos, como pela figura do professor e pela falta de uma política escolar, que possibilite uma maior integração com a vida familiar.

Através da investigação de métodos que permitam melhorias no setor de educação, podemos observar que uma das formas de o garantir é com base em projetos do governo, que, no final, acaba na responsabilidade didática dos professores, sendo a escola um elemento neutro, uma vez que contribui para a exclusão do aluno, em detrimento da progressão do mesmo. As consequências diretas desta política refletem-se no absentismo escolar e repetência, pois estes

problemas não têm solução aparente, o que permite aumentar os índices de problemas sociais como o analfabetismo, desemprego, etc.

### **1.3. A Convivência entre Professor e Aluno: Implicações na Problemática do Absentismo Escolar.**

Como podemos observar, o professor possui o papel de mostrar o seu interesse em verificar o envolvimento familiar com a escola, o que, muitas vezes, não se observa por parte da família dos alunos. Este fenómeno acontece pelo facto de a própria escola não possuir uma relação direta com a família do educando. A própria família apenas considera o seu papel essencial no sentido de garantir a elaboração da matrícula e boletins escolares, deixando de procurar saber as dificuldades enfrentadas pelo seu educando na escola. Contudo, pensamos que nem mesmo a própria escola pretende desempenhar esse papel, pois não procura observar as dificuldades de seu aluno na sala, o que dificulta a sua interação com o mesmo. Na verdade, em alguns casos, os professores não trabalham os conteúdos de forma dinâmica, o que não desperta o interesse e a participação dos alunos em sala de aula.

Sobrecarregados e desvalorizados, os professores acabam por assumir turmas sobrelotadas, não permitindo a imposição do próprio profissional.

Alguns pais e mães de alunos, consideram que a responsabilidade do professor é muito grande nos bons e maus resultados escolares dos seus filhos. Pois acreditam que este seria capaz de milagres caso fosse dedicado, interessado e não faltasse às aulas. (CECCON, 1987, p. 40)

Neste sentido, a falta de compromisso destes profissionais de educação tem impacto no rendimento dos alunos e no seu crescimento. Se o professor faltar, conseqüentemente não haverá aula, pois dificilmente haverá um professor substituto na escola. Assim, os alunos acabam por retornar para casa ou acabam por ficar pelas ruas com amigos, sendo que o professor fica com os conteúdos por lecionar.

Muitas vezes o problema é da professora que falta muito. Os alunos estão constantemente atrasados nos conteúdos, pois por vezes vezes passam uma semana em casa e perdem a motivação de voltar para a escola. (CECCON, 1987, p. 41)

O problema do absentismo escolar, na visão de CECCON (1987), passa pela incapacidade de muitos alunos e a falta de competência na formação dos professores, o que motiva o ensino público a perder credibilidade como instituição formadora, que ao longo da sua história não tem assumido o seu verdadeiro papel, pois os métodos e técnicas de ensino são obsoletas e fora do contexto da sociedade. Neste sentido, a cada ano que passa os índices de absentismo escolar têm crescido.

Atualmente, os professores encontram-se em luta por melhorias salariais, melhoria nas condições de vida e a luta pedagógica, sendo estas lutas complementares. Como tal, os professores têm muitas dificuldades em negociar com o governo, o que provoca a existência de greves de longa duração, penalizando ainda mais os alunos, que, mesmo com o prolongamento do ano letivo, muitas vezes, não conseguem concluir o programa de conteúdos.

Segundo o jornal Amazônia de 02 de maio de 2018, a respeito da greve dos professores das escolas públicas do município de Belém do Pará: “Com o prolongamento da paralisação na rede pública de ensino, os alunos nem aparecem nas escolas” (Jornal Amazônia, 2018, p. 09).

Neste ato, professores e diretores de diferentes escolas públicas envolvidas nesta greve, demonstram vontade de voltar a trabalhar e informam: “Estamos com receio do abandono escolar por parte dos alunos, isto porque no início da greve alguns alunos ainda participavam nas atividades escolares, contudo, neste momento esta situação não se verifica dado que os alunos não comparecem, o que provoca o aumento do receio que muitos não voltem mais” (Jornal Amazônia, 2018, p. 09).

Esta greve terminou com grandes entraves, sendo que a luta pretendia fazer com que os alunos retornassem à escola, bem como, o cumprimento do calendário escolar, uma vez que os conteúdos se encontravam em atraso.

Como a educação se insere no processo dialético e transformador, existe esperança de melhoria, contudo, é perceptível que tudo se mantém parado,

provocando um impacto nos alunos. Apesar dos órgãos competentes direcionarem as instituições educacionais para uma priorização deste setor na qualificação continuada, os resultados não têm sido atingidos, conforme esperado pelo Ministério da Educação.

Os números atuais, demonstram que os alunos reprovados e expulsos das escolas são assustadores no Brasil. No entanto, estes abandonos e reprovações não atingem todas as crianças da mesma forma. Os educandos, na sua maioria pobres, são excluídos, sem qualquer qualificação ou diploma, sem ter aprendido o que seria fundamental para a sua vida e para o trabalho. O insucesso escolar, acaba por rotular o aluno como inferior ou como menos favorecido, sendo isto resultado da desvalorização da educação, pois de acordo com MEKSENAS( 1994, p. 45) , vivemos numa sociedade onde a educação não é prioridade, e a escola é apenas parte integrante dessa sociedade injusta e desigual, onde os mais pobres são marginalizados, tanto nas relações de trabalho como na participação da vida política. Sendo estas crianças, provenientes de famílias pobres, as quais mais precisam da escola para poder melhorar a vida.

As crianças saem da escola, mas levam consigo a marca e a humilhação do fracasso: saem convencidas de que fracassaram porque são menos bem-dotadas, menos inteligentes e capazes do que outros. (CECCON, 1987, p. 31)

De facto, para muitos educandos, a escola não representa um local acolhedor no qual se sintam valorizados. Pelo contrário, a escola é observada como um lugar onde o aluno não se sente confortável, o que motiva a que o aluno perde a motivação para continuar os seus estudos, levando a que se sintam incapazes e desmotivados no processo de aprendizagem, promovendo o insucesso e fracasso, características que marcam as suas vidas.

Para CECCON (1987), isto acontece devido às correções efetuadas pelos professores, que possuem formas de expressão e modos de lecionar, nos quais dizem abertamente que os alunos não são capazes de aprender, enfatizando que:

A professora na maioria das vezes, não é vista como uma pessoa amiga que esta disponível para ajudar, mas sim como alguém que sabe o que os alunos não sabem e que fala enquanto eles têm que ficar quietos. Os alunos têm medo dos professores e, para se defenderem, isolam-se ou tornam-se agressivos e indisciplinados. (CECCON, 1987, p. 16)

Diante desse facto, muitas crianças acabam por abandonar a escola, e ficam com poucas ou nenhuma alternativas de vida, o que os leva a participar no absentismo escolar e fazer parte das estatísticas. O destino destas crianças fica marcado pela necessidade de iniciar a sua vida profissional em idade precoce, aceitando efetuar os trabalhos mais duros e pesados, com remuneração mais baixa e com maior risco de desemprego em momentos de crise, sendo que nos piores casos são abandonados nas ruas sem qualquer expectativa de vida.

Quando se trata de trabalhar, é de conhecimento geral que existe uma grande dificuldade em estudar e trabalhar em simultâneo. Porém, tem sido observado que cada vez mais cedo, as crianças necessitam de iniciar as suas atividades profissionais, acabando por abandonar a escola. Desta forma, torna-se comum observar crianças nas ruas a comercializar doces, limpar automóveis, pedir dinheiro, comercializando estupefacientes e o próprio corpo, ou até mesmo a roubar com o objetivo de sustentar a sua família.

Desta forma, a atividade profissional acaba por prejudicar o rendimento escolar das crianças, pois não conseguem conciliar o tempo para estudar e trabalhar, motivando a reprovação e a falta de aproveitamento escolar, e, conseqüentemente o abandono da escola. De acordo com o observado, as relações entre pobreza, a necessidade de trabalhar e a frequência escolar acontecem apenas através da exclusão mútua. A entrada tardia na escola, os abandonos temporários frequentes, a repetência e a expulsão, constituem fases recorrentes do percurso escolar, não fomentando a auto-estima da criança, que se encontra carente.

O absentismo escolar, pode ser também causado pela falta de interesse do próprio aluno, o qual não participa das atividades propostas pelo professor, apresenta falta de autoestima. Estas questões, têm contribuído para o índice de reprovação e insucesso dos alunos, que os leva à abandonarem a escola:

Um grande número de alunos que conseguem matricular-se no primeiro ano é, no entanto, reprovado nos exames de fim de ano e é obrigado a repetir o ano ou sair da escola. [...] As reprovações, continuam nos anos seguintes, o que diminui nos últimos anos da escolaridade obrigatória (CECCON, 1987, p. 27).

Assim sendo, o educando acaba por consentir e aceitar o absentismo escolar como uma consequência de sua escolha, em virtude do seu comportamento em meio aos desafios apresentados.

Para CECCON (1987), “Muita gente, sobretudo professores, continuam a ver o fracasso escolar como um problema individual do próprio do aluno que fracassa”. (p. 34). Esta situação provoca o sentimento de culpa no aluno, pois não aprende o que a escola tem para transmitir. Contudo, não existe uma preocupação em avaliar o papel dos diferentes elementos envolvidos no processo de educação, entre os quais os alunos, os professores e os conteúdos a serem lecionados. No fundo, o processo de ensino escolar como um todo.

Na verdade, acredita-se que a escola não presta o suporte necessário aos seus alunos, pois não procura conhecer quais as causas que motivam o insucesso escolar, de forma a promover uma ajuda necessária que os leve a prosseguir e concluir os seus estudos, o que, conseqüentemente, diminuiria o índice de absentismo escolar. Pelo contrário, a instituição de ensino classifica a responsabilidade desse insucesso ao próprio aluno, uma vez que o insucesso do mesmo se deve ao facto de este não conseguir corresponder à exigência da escola.

Para Margiotta (2014), a organização e estrutura associadas ao ensino escolar não permite ir ao encontro das necessidades dos alunos. Isto porque, recorrentemente, os alunos são corrigidos, sendo a escola um local onde tudo difere daquilo que lhe é comum, como a forma de falar, os seus comportamentos, anseios e preocupações. Neste sentido, a escola não estimula os alunos a conhecer o meio onde vivem e os acontecimentos dos quais fazem parte.

Desta forma, é fundamental que o aluno possa ter um currículo pessoal que lhe proporcione as oportunidades para que este se possa desenvolver de forma autónoma, permitindo que possa ser capaz de observar a realidade com sentido crítico, descobrindo e assumindo compromissos, resultando na sua valorização não

só intelectual, mas também na formação pessoal que lhe possibilite oportunidades no mercado de trabalho.

Na abordagem ao absentismo escolar, não se considera culpabilizar o aluno pelo seu insucesso, mas sim ajudá-lo a superar as problemáticas que o envolvem. Contudo, é necessário atribuir a devida importância à realidade em que o educando está inserido, para que, assim, tanto o professor, como a escola, e até mesmo a família, possam orientar a criança a enfrentar os problemas do quotidiano de forma consciente e ponderada. Este sentido de consciencialização permite que a escola seja reconhecida como um lugar onde os alunos encontram as ferramentas adequadas para desenvolver oportunidades no seu futuro e, conseqüentemente, possam ter melhores condições de vida.

## **CAPÍTULO 2 - A ESCOLA E O ABSENTISMO: APROXIMAÇÕES DA CONTEXTUALIZAÇÃO.**

No segundo capítulo, tentámos efetuar um enquadramento global dos desafios atuais que a escola pública brasileira enfrenta. No entanto, tem sido muito debatido o facto de a escola representar um meio de mobilidade social. De modo geral, a população acredita que a escola possui o papel de representar um meio social. Neste contexto a escola “[...] tem como objetivo preparar os indivíduos para a vida em sociedade, ao mesmo tempo que pretende desenvolver as suas aptidões pessoais” (MEKSENAS, 1994, p. 45).

Entretanto, a luta pelo direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas também em garantir e conservar uma educação de qualidade para todos, permitindo evitar problemas crónicos resultantes do absentismo escolar.

Este direito está assegurado na Constituição Federal de 1998, conforme o art.206, incisos I, VI E VII “igualdade de condições no acesso e permanência na escola, gestão democrática do ensino público e garantia de padrões de qualidade”.

Neste sentido, os índices de absentismo escolar revelam que a escola não está estruturada para garantir este direito fundamental, o que aponta um ensino obrigatório marcado pelo aumento de repetências e absentismo escolar.

O absentismo escolar é caracterizado pelo afastamento do aluno da escola. Este fenómeno acontece por vários motivos, tais como: situações económicas familiares, falta de vagas nas escolas, reprovações, repetências e, muitas vezes, o relacionamento existente entre professor e aluno, entre outros. No final do ano letivo, quando são desenvolvidas todas as estatísticas, observa-se um índice de alunos sem aproveitamento elevado, o que despoleta um conjunto de questões que colocam em causa a responsabilidade quanto ao insucesso e/ou absentismo escolar verificado.

A procura de uma solução para o insucesso da educação deve ser constante. O Estado possui a responsabilidade de organizar e promover um ensino de qualidade, sendo que esta responsabilidade se verifica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96: Afirma em seu artigo 2º, Título II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Segundo este artigo, é possível observar qual o direito do cidadão brasileiro, sendo que a família, enquanto primeira instituição social, é colocada em primeiro lugar, o que traduz a sua responsabilidade enquanto instituição que deve preservar o interesse em cultivar a educação do aluno. Da mesma forma, o Estado, enquanto entidade, tem a responsabilidade de disponibilizar os meios e recursos para que o exercício de educação possa acontecer, através de criação de infraestruturas, constituição do corpo docente e disponibilização de outras ferramentas para que o exercício de cidadania possa existir, ou seja, disponibilizando o ensino obrigatório e médio, de forma gratuita.

Contudo, o que se observa, segundo a LDB 9394/96, não permite concluir que estes direitos se encontrem em vigor, pois é possível analisar que a relação de seleção social existente nas escolas provoca a existência de dificuldades escolares, como é o caso da precariedade das condições materiais administrativas e pedagógicas das escolas.

Neste sentido, ao investigar as causas associadas ao absentismo escolar no grande contingente de alunos, é possível comprovar que esta relação educativa não resulta apenas do conjunto de intervenientes no processo educativo – aluno, professores, pais e equipa técnica. É necessário analisar estes dados, de forma a encontrar correlações que permitam identificar as relações que se estabelecem no interior da escola e na relação da escola com a sociedade.

Na discussão sobre as causas do absentismo escolar, é essencial efetuar uma revisão não só da escola, mas também dos pressupostos subjacentes às reformas educacionais. Ao analisar as referidas reformas, estas não permitem garantir o reforço dos antigos conceitos sociais que responsabilizam a família, o educando e até mesmo o professor, enquanto responsáveis por este processo.

Assim sendo, é possível observar que o absentismo escolar é um tema complexo e que necessita de maior análise e investigação para que se possa entender

melhor o conjunto de causas associadas a esta temática, que por sua vez provocam um impacto na qualidade do trabalho desempenhado pela escola.

## **2.1– Programas implementados pelo Governo Brasileiro para Combater e/ou minimizar o Absentismo.**

No decorrer de várias sobre os problemas educacionais enfrentados pela nação brasileira, existem diversos programas como a Bolsa Escola, Escola Ciclada, Progressão Continuada e Bolsa Família, que surgem como tentativas de reduzir os índices de repetência e absentismo escolar, através de iniciativas que promovam a permanência dos alunos na escola. Estes programas procuram ajudar e funcionar como um complemento de ajudas de custo par as famílias. No entanto, para que as famílias possam usufruir destes complementos, é necessário que as crianças frequentem a escola e demonstrem assiduidade, permitindo perceber qual o impacto destes programas para minimizar e/ou combater o absentismo, uma vez que, a frequência dos alunos é garantida.

Por outro lado, as crianças e adolescentes incluídos nestes programas devem estar matriculados nas redes Municipais e Estaduais, sendo que estas escolas devem apresentar, mensalmente, a frequência escolar dos alunos à Secretaria de Educação. Estes projetos dão prioridade ao envolvimento da família, através de visitas técnicas domiciliares, reunião mensais com diálogo permanente, de forma a construir alternativas para os problemas existentes.

A proposta do governo, permite garantir uma renda mínima para as famílias com baixos rendimentos, garantindo a manutenção das crianças e adolescente na escola. Desta forma, procura-se garantir a conclusão escolar, além de ajudar financeiramente tais famílias. Na verdade, estes programas sociais incentivam e mobilizam famílias carentes de forma a demonstrar a importância da educação na vida das crianças e, ao mesmo tempo, a sua sustentabilidade.

### **2.1.1- Bolsa Escola.**

As primeiras discussões sobre o programa Bolsa Escola surgiram em 1986, numa reunião do Núcleo de Estados do Brasil Contemporâneo, da Universidade de

Brasília. Nesta altura era necessário encontrar possíveis soluções para os problemas relacionados com o abandono na infância, o trabalho infantil e o nível educacional das crianças, decorrente da frequência irregular às instituições de ensino, absentismo escolar, baixo índice de conclusão da escolaridade obrigatória, sendo que surgiu a proposta de financiar bolsas para as famílias a fim de incentivar os seus filhos a frequentar a escola.

Cristóvão Buarque, foi o criador do programa Bolsa Escola. Esse projeto, surgiu no decorrer do mandato do governo liderado pelo Fernando Henrique Cardoso, contudo a iniciativa teve origem no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a divulgação do programa, o tema começou a ser debatido frequentemente em várias palestras e reuniões com grupos sociais, por todo o território brasileiro. Através destas reuniões, os valores a financiados e o critério de seleção da família foram definidos com a colaboração de técnicos especialistas na área de educação e serviço social.

A equipa coordenadora do programa, definiu um conjunto de critérios e quais os formulários de inscrição. Este programa teve como princípio a diretiva de que todos têm direito a educação, sendo que o lugar da criança e dos adolescente é na escola, longe dos riscos sociais como o convívio nas ruas, o trabalho infantil, a violência sexual e doméstica, a prostituição e o consumo de estupefacientes.

Em maio de 1995, o Bolsa Escola se teve um crescimento exponencial, passando a abranger todo o território nacional e não apenas as áreas próximas do Distrito Federal. Embora seja apenas um dos incentivos sociais disponibilizados, o programa teve como objetivo ajudar as famílias mais carentes que vivem em condições precárias, permitindo garantir que as crianças terminassem o ensino obrigatório a fim de perspetivar um futuro melhor.

No Estado do Pará, o programa é suportado com base no Decreto do Executivo Municipal, nº. 20.9674/97, de 01 de janeiro de 1997. Consiste principalmente, na integração de políticas de rendimento mínimo, educação, saúde, prática desportiva, lazer e cultura, no qual as famílias podem receber uma ajuda de custo mensal. Esta prática está relacionada com outras políticas, como a melhoria do padrão habitacional, as condições ambientais, alimentação, a formação profissional e outros aspetos básicos fundamentais, de forma a garantir as condições de aprendizagem para as crianças e adolescentes.

Os critérios de aceitação e candidatura ao programa estão inseridos na Portaria de nº. 046/97, de 17 de janeiro de 1997, da Secretária Municipal de Educação e Cultura. Este critérios, consideram as áreas geográficas distritais definidas no planejamento da cidade realizado pelo Congresso da Cidade. As famílias são selecionadas através de um histórico socio-familiar domiciliar, utilizando como critérios a faixa etária dos menores dependentes, com rendimento inferior a meio salário mínimo.

O Bolsa Escola não representa apenas um programa educacional que tem apenas ganhos sociais. Neste sentido, observam-se três aspectos fundamentais: o social, pois o programa tem como objetivo a erradicar a exploração infantil. O atendimento da criança e adolescente em situações de direitos sociais violados, como o abuso e exploração sexual, violência doméstica, envolvimento com grupos violentos, estupefacientes, e o direito educacional onde se prepara as aprendizagem escolar e a participação em atividades culturais. Finalmente, é referida a inserção da família na escola, na qual as encarregadas de educação devem participar ativamente nas reuniões da escola, uma vez que a assiduidades dos seus filhos é fundamental para que eles façam parte do programa.

O programa caracteriza-se como um projeto de inclusão social, onde as famílias recebem uma renda mínima por mês, e em contrapartida devem garantir que os seus filhos são assíduos. Além disto, procura promover cursos de capacitação dos encarregados de educação, para que os mesmo tenham oportunidade de sair da situação de “pobreza”, procurando incluir os mesmos no mercado de trabalho e exercer o direito a cidadania.

Adicionalmente, possibilitar a matrícula representa uma forma de garantir o acesso à escola, mas só isso não é suficiente para solucionar o problema, pois não exclui o absentismo, pois é necessário garantir, para além do acesso, a permanência e a possibilidade de um estudo com qualidade.

Contudo, a necessidade de sobrevivência faz com que muitas das crianças tenham que trabalhar nas ruas através da comercialização de bens. Sendo que, mesmo matriculadas, as crianças não frequentam diariamente a escola. Da mesma forma, não têm acesso ao processo de ensino e conseqüentemente terão maior dificuldade de ter sucesso, porque a existência da matrícula não garante a educação da criança. Neste sentido, é necessário que os alunos frequentem as aulas com

regularidade e que exista um bom acompanhamento familiar, só assim existe o interesse e motivação pelas aulas e, conseqüentemente, o sucesso na aprendizagem.

### **2.1.2– Escola Ciclada.**

No Brasil, quando se trata do ensino de 1º grau, trata-se da única categoria de ensino pela qual é abrangida a maior parte da população. No entanto, a grande maioria não consegue concluir, pois a escolaridade obrigatória consiste na frequência regular ao longo de nove anos. Este período implementado pela atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases), na sua vigência ressalta a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004:

(reexaminado pelo Parecer CNE/CEB6/2005): Estudos com o objetivo de estabelecer normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Parecer CNE/CEB nº 6/2005, de 8 de junho de 2005: Reexame do Parecer CNE/CEB nº24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

A escola ciclada, representa uma temática que ganha força com base na argumentação da repetência escolar da rede públicas de ensino, o que já era motivo de preocupação desde o início do século XX até à atualidade. Contudo, surge a questão de qual a ocupação que o educando deve possuir quando não estão aprender? Esta é uma questão que preocupa vários educadores.

Embora a preocupação com os ciclos consista na forma como a escolaridade organizada, esta preocupação apresenta-se fortemente relacionada com as questões de repetência e absentismo. Por outro lado o projeto de ciclos, consiste num ponto de vista inovador, onde o significado de aprender, não passa apenas pelo aproveitamento do aluno, o que lhe permite passar de ano ou tirar notas boas, mas que a criança realmente incorpore novos conhecimentos.

No Brasil, o planejamento da escolaridade no formato de ciclos procura novas alternativas para dar resposta a esta problemática, sendo que a resposta encontrada pela secretaria de educação foi não interromper a escolaridade dos estudantes ao longo de todo o ensino obrigatório.

O sistema de ensino em ciclos, exige diversas mudanças estruturais da escola pública de Ensino Fundamental, uma vez que a introdução do ciclo básico teve como objetivo enfrentar o elitismo e a seletividade da escola pública, refletidos nas altas taxas de reprovação e absentismo. Para tornar a Educação um direito fundamental, é necessário garantir a permanência das crianças e jovens numa escola pública de qualidade, sendo de extrema importância destacar que nenhuma lei vigente obriga a adoção dos ciclos.

A nova LDB-9394/96, no artigo 23, relata a questão dos ciclos como uma das possibilidades de organização da educação básica:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regulares de períodos de estudos, grupos não seriados, com bases na idade na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Desta forma, a lei acima citada, possibilita a existência de uma série de alternativas e modalidades, abrindo um “leque” de opções para os sistemas de ensino em vigor. Este sistema de ciclos e séries ganha força, segundo o artigo de Alavarse na Rev. Bras. Educ. vol.14 no.40 Rio de Janeiro jan./abr. 2009:

A polarização entre ciclos e séries ganha força, no caso de serem considerados os objetivos do ensino fundamental. A palavra ciclo(s) designa um período temporal ou duração de um processo para que algo ocorra; assim, o ensino fundamental constituiria um ciclo, ou podendo ser desdobrado em períodos ou ciclos de menor duração, sendo que a questão assenta em: quais os objetivos destes ciclo(s)? Essa questão destaca uma outra: a duração é indiferente aos objetivos? Considerando que a duração do

processo tem uma relação profunda com os resultados obtidos, a opção por uma ou outra forma de organização de estrutura, deve indicar quais as pretensões do processo pedagógico; ou seja, a recorrência à seriação, no formato estruturado, indica como objetivo aquilo que seja possível após a duração de um ano letivo - menor do que um ano - e agravado pelo risco de não ser acessível a todos.

Neste sentido, surgiram diversas críticas ao sistema educacional brasileiro. O grande desafio passa por oferecer uma educação de qualidade, desafio que ainda não foi atingido de forma consolidada. Contudo, existem inúmeros exemplos que representam fracassos evidentes, sendo que é necessário validar alternativas que possam ser reconhecidas e mais bem analisadas para que não ocorram retrocessos. Esse é o caso do chamado “Regime de Ciclos”, severamente criticado atualmente.

Contudo, não é possível negar o mérito existente na primeira abordagem ao problema no Brasil, pois este “fantasma” relacionado com a repetência e o absentismo escolar, existe, principalmente entre a primeira e segunda série do ensino fundamental, tal afirmativa abseada na pesquisa de.

### **2.1.3- Programa de Progressão Continuada ou Aceleração de Ensino.**

O Programa de Progressão continuada consiste na prática de políticas que têm como objetivo enfrentar o problema da exclusão no sistema educacional e garantir uma qualidade na educação, proporcionando uma formação sólida dos educandos.

Atualmente, têm surgido várias discussões sobre as problemáticas da educação como, a questão do absentismo escolar e os elevados índices de repetência, que geraram múltiplas interrogações sobre o que, de facto, seria a promoção automática e progressão continuada. Estes dois termos são tratados como sinónimos, já que ambos possuem o mesmo objetivo - erradicar a repetência no ensino fundamental, ou seja no 2º ciclo do ensino básico.

Com o passar do tempo, esta promoção automática foi perdendo o foco, visando apenas à obtenção de dados meramente estatísticos. Neste sentido, a

nomenclatura “Promoção Automática” foi excluída da legislação educacional, constando apenas a proposta de “Progressão Continuada”.

A progressão continuada parte do princípio que permite proporcionar à população mais pobre uma melhor educação em termos científicos, literários, artísticos e tecnológicos, de forma a poder afirmar que existe igualdade de condições para todos, em ambiente escolar.

Outro dos tópicos de discussão surge com a sensação de que *progressão continuada* e *ciclos*, são sinónimos. Apesar de estas políticas de ciclos terem como pressuposto a progressão continuada, é possível afirmar que ela pode ser implementada num modelo seriado. A nova LDB – 9394/96, no seu Art. 32, § 2º, indica uma orientação que prevê que “os estabelecimentos que utilizam a progressão regular por séries, podem adotar na base do ensino fundamental, o regime de progressão continuada, sem qualquer prejuízo no processo de ensino, sempre que devidamente verificadas as normas dos respectivos sistemas de ensino”.

#### **2.1.4 – Bolsa Família.**

O Bolsa Família surgiu como alternativa à necessidade de centralizar os Programas de Transferência de Rendimentos no Brasil. Inicialmente, a centralização proposta ficou restrita a quatro programas federais criados entre 2001 e 2003, respetivamente: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Além desta uniformização, a Bolsa Família propõe estabelecer um limite da pobreza e da extrema pobreza no país. O objetivo desta iniciativa pretende simplificar o acesso dos beneficiários e elevar o valor monetário disponibilizado às famílias.

O programa Bolsa Família designado de (PBF) foi criado pela medida provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal.

Este programa é considerado estratégico, incidindo na sociedade com os seguintes objetivos: combate à fome, à pobreza e às desigualdades com recurso à transferência de um benefício financeiro associado à garantia de acesso aos direitos básicos sociais, como a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar,

proporcionando uma melhor inclusão social, de forma a contribuir para que as famílias saiam de uma situação de vulnerabilidade existente. A sua criação tem como base o programa da Bolsa Escola, sendo este programa criado no decorrer do governo de Cristovam Buarque, no Distrito Federal. Segundo a sua biografia, “No início de seu governo, lançou o pioneiro programa de bolsas escolares de um salário mínimo para as famílias carentes, denominado Bolsa-Escola, que fora a principal bandeira de sua campanha eleitoral, e que garantia a complementação de renda de famílias pobres que mantivessem todos os filhos na escola”.

De forma a fazer parte do programa, é importante ter o controlo da presença dos alunos, sendo esta monitorização efetuada bimestralmente pelo MEC e pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS). A família que não cumprir o regulamento estabelecido cinco vezes consecutivas tem automaticamente o seu benefício cancelado. Estes benefícios são pagos preferencialmente à mulher, através dos Cartões de Cidadão enviados pelo correio, que funcionam como um cartão de débito bancário.

Segundo o jornal O liberal, publicado em 22/02/2020, em todo o País, existem 1.550.600 famílias com baixo rendimento – cerca de 3.556.454 pessoas em espera pela validação da Bolsa Família. Em números absolutos, o volume de famílias, em situação de vulnerabilidade social e em espera pela inclusão no programa, é superado no Pará, comparativamente aos Estados da Bahia (166 mil), Pernambuco (112 mil) e Ceará (95 mil). No Pará, os gastos mensais do programa Bolsa Família superam a barreira dos R\$ 30 milhões, no qual mais de 700 mil famílias já têm acesso ao programa.

## **2.2 – O direito à escola.**

A Constituição Federal de 1988, no título II, é composta por um texto de carácter jurídico que rege às relações de poder que se encontram dentro da sociedade brasileira. Em virtude desta lei, são determinadas as configurações do sistema de governo, a sua estrutura e os órgãos estatais, bem como os seus limites de atuação. Para esta regularização, existem os direitos fundamentais que representam os direitos naturais adjudicados pelo legislador.

Neste sentido, na relação dos direitos e garantias fundamentais, existem algumas divisões: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos (Moraes, 2014).

De forma simplificada, a doutrina identifica e classifica, de forma tridimensional, os direitos fundamentais. Além dessas três dimensões, alguns autores procedem a um acréscimo de uma quarta geração de direitos fundamentais. A classificação, segundo Moraes (2014), é feita tendo por base a ordem histórica cronológica, no momento em que os direitos fundamentais passaram a ser reconhecidos. Para a compreensão dos direitos da primeira geração é necessário referir os direitos da liberdade que constam no texto constitucional.

Adicionalmente, é necessário referir que, na segunda geração, se encaixam os seguintes direitos: económicos, sociais e culturais, incluindo a assistência social, saúde, educação, trabalho e outros. Já no caso dos direitos de terceira geração, estes representam os direitos de solidariedade, fraternidade - como o direito à paz e também à autodeterminação dos povos -, desenvolvimento e meio ambiente. Por fim, na quarta geração, retratam-se direitos relacionados com a universalização no plano institucional, como direito à democracia, informação, assim como o direito de pluralismo.

De acordo com Torres (2010), existe uma referência à educação enquanto um direito e uma conquista social, obtida ao longo de várias décadas, em diferentes regiões do mundo, que apontaram este direito como essencial, sobretudo no período que decorreu após a segunda guerra mundial. Assim sendo, existe um reconhecimento global da sua importância como instrumento de progresso para nação. Assim, Damasco (2008, p. 07) observa que:

O direito humano à educação, implica a convicção de que a educação além de ser um direito do cidadão, constitui também um direito fundamental dos homens e das mulheres. Faz parte do conjunto de direitos que conferem a todo ser humano a sua dignidade e a sua condição de ser respeitado. Assim, a educação como um direito humano reconhece a necessidade de uma vida digna.

O direito à educação representa-se como um estimulador para uma melhoria das condições de vida de todos cidadãos, sendo que é possível observar que em todo o mundo foram constituídos diversos pactos, convenções e cartas constitucionais que motivam e obrigam à prestação do direito à educação, por parte dos seus Estados-Membros (Torres, 2010).

Para o Ministério Público do Pará (MPPA, 2008), o direito à educação, assim como os deveres de todos os envolvidos no processo, apresenta-se, inicialmente, no artigo 227 do seu texto Constitucional, que considera que este direito assegura o dever da sociedade, do Estado e da família.

Neste sentido, esta oferta pretende abranger tanto as crianças, como os adolescentes, tratando-se de um direito fundamental sobre outros e legitimando-se na qualidade de um direito social. O Estado, possui a obrigação formal de viabilizar uma educação de qualidade para todos, sendo que nessa citação, Torres (2010, p. 09) também aponta o direito à educação como um direito social de todo ser humano, ao afirmar que:

O direito à educação é um direito social, inserido dentro dos direitos fundamentais do homem em nossa Constituição, apregoado como meio certo a conquista de uma efetiva igualdade e de liberdade do cidadão. Como bem descreve José Afonso da Silva, os direitos sociais têm a capacidade de criar condições materiais na busca da igualdade real, na medida que, proporciona condições ao exercício efetivo da liberdade.

Moraes (2014) destaca que a Declaração de Genebra, que havia sido promovida em 1924 pela Liga das Nações, representa o primeiro documento internacional que considerou os direitos das crianças e adolescentes. No entanto, o reconhecimento deste tema apenas surgiu após a Declaração Universal dos Direitos da Crianças, adotado pela Organização das Nações Unidas, sendo aprovado no ano de 1959.

Por sua vez, o MPPA (2008) explica o Poder Público não é o único que tem responsabilidade pelo direito à educação. O artigo 205 da Constituição Federal cita

que a educação constitui um dever da família e que a sociedade deve promover com incentivo e de um modo colaborativo para o cumprimento desse direito.

Desta forma, é fundamental lembrar que as crianças e adolescentes estão protegidas pela Constituição Federal com o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se verifica a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado para que os direitos fundamentais possam ser assegurados, nos quais a educação é incluída. Moreira (2007, p. 107), destaca:

O direito à educação é um dos paradigma do subdesenvolvimento ético, psicológico e político. O novo direito à educação tem um significado revolucionário que pode ser resumido nestes termos metafóricos: a educação não está centrada na terra dos adultos, nem no sol da infância, mas projetado no universo dos direitos do ser humano, onde não há menores e maiores, pais e filhos, professores e alunos, mas sujeitos iguais em dignidade e direitos. Sendo assim, a razão pedagógica não constitui uma razão política do Estado, mas uma razão ética do Educando, que limita tanto a onipotência estatal como o arbítrio parental.

Com efeito, Torres (2010) complementa que a Constituição Federal impõe, como capacidade privativa da União, legislar no que respeita às leis gerais da educação, com o propósito de determinar as suas diretrizes e bases para uma educação nacional. Os Estados, Municípios e Distrito Federal podem legislar dentro daquelas que são as suas esferas de ação. Contudo, devem considerar sempre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O artigo 53 desta lei, retifica que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual toda a criança detém o direito à educação, visando ao seu pleno desenvolvimento, de forma a garantir a preparação para o exercício da cidadania e respetiva qualificação para o trabalho, para assim possuir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

De acordo com o artigo 211 da Constituição Federal, a União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, o planeamento existente pretende trabalhar no formato de regime que permite a colaboração dos seus sistemas de ensino. A função da União é de organizar o sistema federal de ensino do território brasileiro, no qual

deve financiar as instituições de ensino públicas federais para a efetivação redistributiva e supletiva, que garanta o padrão mínimo quanto à qualidade de ensino, com recurso à assistência técnica devidamente financiada pelo Estado, Distrito Federal e Municípios.

Em suma, a constitucional Federal prevê na sua legislação, que os municípios atuem, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil, ao passo que os Estados e o Distrito Federal atuam tanto no ensino fundamental, como no ensino médio (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), retifica o dever dos pais (ou encarregado de educação) a matricular os filhos menores, a partir dos seis anos no ensino fundamental. Por sua vez, existe também o direito de organizar e de participar em entidades estudantis, direito de contestação quanto aos critérios de avaliação e direito de acesso à escola pública gratuita, próxima da residência do aluno, sendo que esses direitos devem ser respeitados pelos seus educadores.

No sentido de possibilitar a matrícula no ensino escolar, cabe aos pais ( encarregados de educação) garantir a permanência dos alunos dentro da rede de ensino, inclusive através de alguns programas de distribuição de rendimento público que condicionam o seu benefício, considerando a frequência escolar dos jovens, e, neste sentido, a família destaca-se como o vital promotor da educação dos seus filhos.

A Legislação Nacional salvaguarda o direito a educação, sendo que o seu não cumprimento por parte dos pais ou encarregados de educação dará, porventura, origem a sanções, tais como:

- Segundo o artigo 246 do Código Penal, o abandono intelectual, como o ato de deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar, trata-se de um crime que pode ser punível com detenção de quinze dias a um mês e multa (Brasil, 1940).

- Instauração de um processo para levar à suspensão ou perda do poder familiar, conforme está previsto no artigo 1638 do Código Civil, que cita esta mesma perda no momento em que os pais deixarem o filho em abandono (Brasil, 2002).

Convém referir que segundo Torres (2010), a escola tem um papel determinante na vida do ser humano e na forma como este tem um papel ativo na sociedade, referindo não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o cuidado com aspetos físicos, emocionais, morais e sociais do menor.

Nessa estrutura, o sistema escolar conta com recursos humanos, financeiros, culturais, materiais e alunos, para garantir que a instituição de ensino funciona graças a uma rede de escolas e estruturas de suporte das mesmas, como normas, métodos de ensino, conteúdos programáticos, formas de financiamento, entre outros. Os sistemas escolares surgiram com base num processo de construção histórica, no qual, lamentavelmente, nem sempre se encarou a educação como algo essencial, dentro do processo de formação do ser humano, tendo o absentismo escolar, por vezes, refletido quanto ao posicionamento da sociedade face à educação.

### **2.3– A Convivência do Professor: Implicações na Problemática do Absentismo Escolar.**

No cenário escolar atual, o professor é apontado como o principal responsável pelo baixo rendimento do aluno, e conseqüentemente, pelo absentismo escolar existente. Esta responsabilidade deve-se às expectativas negativas que este possui em termos da relação existente com os alunos, que, são considerados como “imaturos”, e até mesmo “burros”, sendo a sua forma de lecionar as aulas, tem impacto na maneira como se transmitem os conteúdos.

É importante salientar que em alguns casos, os professores não têm trabalhado e desenvolvido os conteúdos de forma dinâmica, de forma a despertar o interesse e a participação dos alunos nas atividades escolares. Por sua vez, a sobrecarga e desvalorização existentes, refletem-se em aulas superlotadas, não permitindo o desenvolvimento do seu trabalho enquanto profissional do setor. Além disso, o facto de lecionar as aulas sem acesso a material didático, ou quando estes existem, apenas são reproduzidos os conteúdos como factos consumados acabam por impor os conhecimentos como dados adquiridos.

Alguns pais e mães de alunos acham que a responsabilidade do professor é elevada, relativamente aos bons e maus resultados escolares dos seus filhos. Acreditam que o professor seria capaz de realizar um melhor trabalho caso este fosse mais dedicado, interessado e não faltasse às aulas. (CECCON, 1987, p. 40)

A respeito deste facto, a falta destes profissionais da educação, tem impactos diretos no rendimento dos alunos. No entanto, não podemos negligenciar que o problema do absentismo escolar, o qual demonstra a incapacidade de muitos alunos, é reflexo da falta de competência destes educadores. O ensino público brasileiro, tem perdido a sua credibilidade como instituição formadora ao longo de sua história, por utilizar métodos e técnicas obsoletas que não se enquadram na realidade da sociedade e neste sentido, os índices do absentismo escolar têm crescido, pois não são apresentadas alternativas que permitam a evolução do ensino.

De facto, atualmente, os professores pretendem obter melhorias: salarial, condições de vida e pedagógicas. Estas melhorias são complementares, contudo refletem a dificuldade que os professores têm em negociar com o governo, o que provoca greves com longa duração por sua vez penalizam ainda mais o alunos, através da extensão do ano letivo, e, muitas vezes, sem garantir a conclusão do programa de conteúdos.

Segundo o jornal G1 PA — Belém de 02 de maio de 2018, a respeito da greve dos professores das escolas públicas do município de Belém do Pará: “Com o prolongamento da paralisação na rede pública de ensino, os alunos nem aparecem nas escolas” (Jornal Amazônia, 2018, p. 09).

A partir deste fundamento, a luta dos professores passa por obter melhores condições financeiras na rede pública. Adicionalmente, a matéria publicada destaca que no início das greves, os alunos iam até as escolas para usufruir das bibliotecas, sendo que mais tarde deixaram de se deslocar até às escolas por completo.

Os professores e diretores das diferentes escolas públicas envolvidas nestas reivindicações demonstram grande vontade em voltar a trabalhar e informam: “Estamos com medo que os alunos abandonem as escolas, porque no início das greves alguns alunos ainda vinham até a escola, mas agora, eles desapareceram e temos receio que muitos não voltem” (Jornal Amazônia, 2018, p. 09).

As reivindicações, terminaram com grandes entraves entre os professores e o governo, contudo a luta agora seria fazer com que os alunos retornassem à escola, bem como, cumprir o calendário escolar, uma vez que os conteúdos ficaram atrasados. Sabemos que a educação está inserida num processo dialético e transformador, que, infelizmente se mantém estagnado e sem apresentar novas perspectivas aos alunos. Apesar dos órgãos competentes direcionarem as instituições educacionais para dar maior destaque a este setor na qualificação das suas áreas, de forma a promover programas de formação superior, os resultados tardam em aparecer o que vai contra as expectativas do Ministério da Educação, das famílias e alunos.

#### **2.4 – Absentismo escolar e Sociedade.**

O absentismo escolar, conforme se observou, representa um problema real, mensurável e visível, particularmente derivado dos índices existentes em alguns países, entre os quais o Brasil. O combate ao abandono escolar é um objetivo evidente, tanto que a política pública brasileira está orientada para a valorização da educação, através da estimulação de Secretarias Municipais de Educação para o desenvolvimento de ações para o estabelecimento de direitos fundamentais, com o apoio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e aos Conselhos Tutelares.

É também necessário referir que o processo para a execução da melhoria nos índices educacionais brasileiros, no qual consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1966 (Brasil, 1996) incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), constitui o suporte para um processo educacional, dedicado em preparar os alunos para o exercício de cidadania e para a consequente inclusão no mercado laboral.

Através do foco atribuído à educação, surgem temas como a aprovação escolar, o ensino de qualidade e o abandono, o que torna evidente, que nas últimas décadas, se pretende obter uma estratégia de inclusão do Brasil no mundo globalizado, no qual se espera que a escola desempenhe um papel institucional ativo no sentido de uma boa preparação das crianças e adolescentes para a vida em sociedade nas mais diversas formas.

Como uma realidade social existente, Pedroza (2011) explica que a educação brasileira pode ser dividida em três fases. A primeira inicia-se com a descoberta até meados de 1930, a segunda fase vai de 1930 a 1964 e o período após 1964 que perdura até 1985, com a o processo de redemocratização do Brasil.

Esta perspectiva começou no ano de 1985, na qual se revelou o mau desempenho do setor educacional brasileiro, graças a uma nova transição que se mantém até aos dias atuais. Silva (2015) observa que os sistemas educacionais e os seus movimentos educativos, ainda que possam ter influência na sociedade, refletem as condições sociais, económicas e políticas do país.

Assim, as características dos diferentes períodos históricos da educação de um país acompanham as suas reformas económicas e sociais, que têm um grande impacto no desenvolvimento destas atividades derivado das lutas pelo poder político. A Constituição Imperial de 1824 deu destaque à instrução primária e gratuita para todos os cidadãos brasileiros, exceto escravos.

A Constituição declara o ensino como gratuito, contudo não exige que haja obrigatoriedade de todas as crianças e não estabelece recursos fixos para investir no processo educativo (Righetto, 2007).

É possível relembrar, nas décadas de 1960 e 1970, o fracasso escolar que se deu no Brasil. Queiroz (2002) observou que das 1000 matrículas efetuadas em 1960, somente 56 conseguiram ingressar na Universidade, em 1973. Estes dados refletem um absentismo de 44% no ensino primário, o que se relaciona com a taxa de reprovação, que, no período entre 1967 e 1971, oscilava à volta dos 63,5%.

Partindo destes objetivos, Pedroza (2011) considera que, após a Constituição Federal, existiram outras atuações institucionais referentes à resolução do problema da educação brasileira, destacando o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) do Estado criado, em 1990, o Plano Nacional de Educação para todos (1994), programas como o objetivo de apoiar uma educação melhor para todos.

A nova LDB completou os princípios da Constituição de 1988, o (FUNDEB) "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação". Contudo, estas tentativas não permitiram resolver os problemas existentes no atraso educacional brasileiro. No entanto, elaboraram-se com o objetivo de alavancar a evolução do processo educativo. Esta vasta legislação refere a

necessidade de gerar consenso na resolução do problema educacional, sendo que na sua interpretação, encontram-se diversos elementos referentes ao absentismo escolar.

## **2.5 – A Legislação brasileira sobre o absentismo escolar.**

De modo a permitir uma compreensão lógica, Pereira e Canaviez (2011) referem o artigo 205 da Constituição Federal, que atribui aos responsáveis que protejam o direito a educação, destacando o poder da comunidade na participação em todo o processo escolar.

Isto significa, que tanto os pais como os órgãos públicos do setor educacional devem criar meios para que o ser humano tenha acesso à educação, sendo que, para isso, é necessário garantir o auxílio de instituições, organizações governamentais ou não, empresas, grupos filantrópicos, entidades religiosas e a própria comunidade local.

A Constituição Federal no artigo 208 afirma que “o dever do Estado passa por garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezassete anos de idade, inclusive assegurando a oferta aos que não tiveram acesso à mesma na idade própria”. Além disto, prevê também a existência do ensino médio gratuito e uma progressiva universalização do mesmo através do atendimento educacional aos portadores de deficiência, de preferência na própria rede regular de ensino (Brasil, 1998). Ainda neste artigo, existe a obrigação do Estado em promover a oferta de educação infantil em creche e pré-escola, para todas as crianças até aos cinco anos de idade. Adicionalmente, é referida a garantia de oferta do ensino noturno regular que possa ser adequado às condições de cada educando. Para melhorar a qualidade do ensino, está previsto que o Estado deve atuar em recursos como o transporte, material didático, alimentação e assistência à saúde quando necessário (Brasil, 1998). O artigo 227 da Constituição Federal, Capítulo VII Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Este artigo, complementado pelo artigo 229 da Constituição Federal, afirma que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os seus filhos menores perante a lei. Estes pais não se podem recusar ou negar a frequência do aluno à escola, já que são obrigados a ajudá-lo para garantir o seu desenvolvimento educacional e auxiliá-los para se proceda o direito à educação.

De acordo com Pereira e Canaviez (2011), o Conselho Tutelar, órgão não jurisdicional, tem como finalidade a conservação do desenvolvimento cognitivo do ser humano na formação, com especial atenção às crianças e adolescentes. A sua atuação decorre após serem esgotadas todas as alternativas à escola e, sempre que necessário, realizar o encaminhamento destes casos para o juiz responsável da Vara da Infância e da Juventude, para que este atue, de modo a examinar, definir e executar funções ou atividades que guardem e protejam os jovens.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são apresentados diferentes pontos referentes à educação, frequência do absentismo escolar, nos quais se pode destacar inicialmente o artigo 5º que cita (Brasil, 1996):

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) § 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) II - fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

Observou-se que, no artigo 5º, o instrumento legal atribuído ao Poder Público é de recensear e fazer uma chamada pública para zelar, junto dos pais ou responsáveis, pela frequência escolar dos seus educandos. O artigo 6º, por outro lado, serve como complemento quanto à responsabilidade dos pais, ao afirmar que é “o dever dos mesmos (ou dos responsáveis) efetuar a matrícula na educação básica, a partir dos quatro anos de idade”.

O próximo artigo da LDB tem elevada importância para este estudo pois refere que o art. 12º, inciso VIII, prevê que os estabelecimentos de ensino educacional tenham como responsabilidade e incumbência, notificar o Conselho Tutelar do Município, o qual, caso necessário, notifica o Juiz competente e os representantes do Ministério Público para os alunos que apresentarem um número de faltas acima de cinquenta por cento do percentual, permitido em lei.

O artigo 24, inciso I, da LDB (BRASIL, 1996) “prevê uma carga horária mínima de 800 horas, distribuídas por 200 dias letivos, excluindo o período de exames finais”, estas afirmações combinadas com o inciso VI, consideram que o controle da assiduidade do aluno se encontra a cargo da escola, exigindo a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. Desta forma, quando o aluno atingir o seu limite de faltas, a instituição de ensino deverá efetuar a devida comunicação aos órgãos competentes.

Digiacom (2017) considera que a atuação da escola deve ter como finalidade combater o absentismo escolar, e não se resumir apenas à comunicação aos órgãos competentes quanto ao aspecto de que o aluno atingiu o percentual citado em lei, pois, pelo contrário, deve ter uma atuação precedente.

No sentido de criar e acionar os mecanismos internos, ao nível do sistema de ensino para articular a rede de atendimento da criança e do adolescente, é necessário resgatar o aluno que não apresente assiduidade ou que já se encontra evadido. Desta forma, pretende que se efetue uma orientação e uma responsabilização da família, ainda antes chegar à tal marca citada pela lei.

Os aspectos relacionados com o absentismo escolar estão muitas vezes relacionados com fatores externos e internos ao ambiente escolar. Para se combater o absentismo escolar, é necessário detetar as causas que o motivam, nas quais se verificam diversos interesses em conflito, que, por vezes impedem uma análise crítica ao real motivo do absentismo.

### **CAPÍTULO 3– MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO.**

Para a realização de uma pesquisa, sabe-se que é necessário que se reúnam informações que tenham por base um método científico, no qual o problema em evidência possa obter uma resposta. Segundo Manzato e Santos (2008), o método da pesquisa corresponde à qualificação do investigador para a definição dos objetivos e dos resultados que poderão ser ou não diferentes.

A pesquisa tem como foco a aquisição de conhecimento científico que, eventualmente, possa contribuir para encontrar soluções face aos problemas teóricos e práticos decorridos do absentismo escolar, no Brasil. No entanto, esta não é a única via para alcançar o conhecimento, bem como as descobertas. Um bom exemplo é a consulta bibliográfica, que poderá ajudar no esclarecimento de algumas dúvidas, recorrendo a documentos.

Para Cervo e Bervian (2002, p.22), é necessário que se proceda a uma seleção da matéria a ser tratada para se poder prosseguir numa investigação cujo nascimento teve origem em algum problema observado ou sentido. Gil (2002, p.17) também nos fala da temática da pesquisa, referindo que esta corresponde a um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Acrescenta ainda que esta é requerida quando não se tem informação considerada suficiente para dar uma resposta ao problema ou, então, quando a mesma se encontra desordenada, de um modo que não se consiga relacionar de uma forma adequada ao tal problema.

Tendo por base a coleta de dados para o estudo nas Escolas utilizadas nesta pesquisa, optou-se por utilizar a pesquisa de campo. Esta consiste numa atenta observação, por parte do pesquisador, de um objeto ou fenómeno de interesse, e envolve, além de uma discussão qualitativa dos resultados, técnicas de coleta e uma apresentação dos dados, segundo a definição de Cruz e Ribeiro (2003, p.20). Assim, com a realização de uma análise, o pesquisador inteirou-se da realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, fazendo uso das respostas dos mesmos nos questionários.

### **3.1– Instrumentos e procedimentos.**

Para a elaboração do questionário, teve-se por base os textos de de Batista *et al* (2009), Carvalho (2009), Souza *et al* (2011) e Marinho (2012), tendo sido, posteriormente. Estes questionários foram desagregados pela amostra de professores (anexo I) e pela equipa gestora (anexo II).

De modo a garantir uma imparcialidade dos resultados, no que diz respeito à metodologia aplicada no presente projeto, escolheu-se uma turma, na qual o autor não exercesse quaisquer atividades profissionais e/ou contactos.

Assim, apresentaram-se, à equipa gestora e ao corpo docente, informações gerais, a contextualização relativa ao trabalho, a sua relevância e os padrões de pesquisa a utilizar. Procedeu-se a uma contextualização do objetivo e da importância deste trabalho, assim como o esclarecimento de algumas dúvidas, com a gestão escolar. De seguida, foram entregues os questionários e definiu-se uma data para a entrega dos mesmos ao investigador.

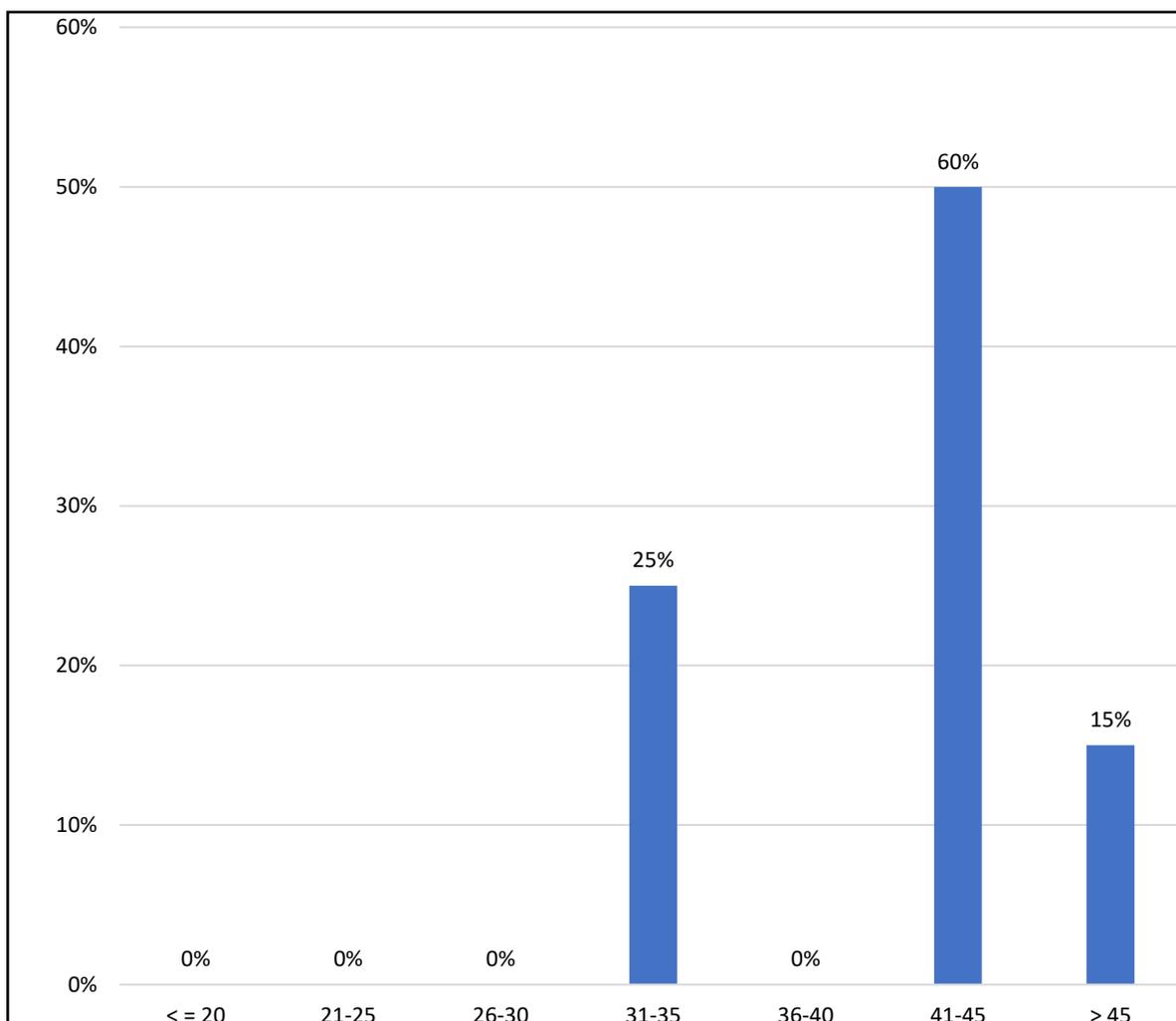
A recolha dos questionários deu-se após um período de, aproximadamente, três semanas, sendo que, simultaneamente, foram recolhidos os questionários da equipa gestora.

### **3.2. Participantes.**

No presente estudo, participaram os educadores de 2 escolas da rede pública de ensino na cidade de Belém, Pará, tendo-se dividido os mesmos pelos grupos de gestão escolar e docentes. A partir desta amostra recolhida, foram selecionados, inicialmente, 10 professores e 8 membros da equipa gestora.

Seguidamente, são apresentados os dados para a caracterização dos professores:

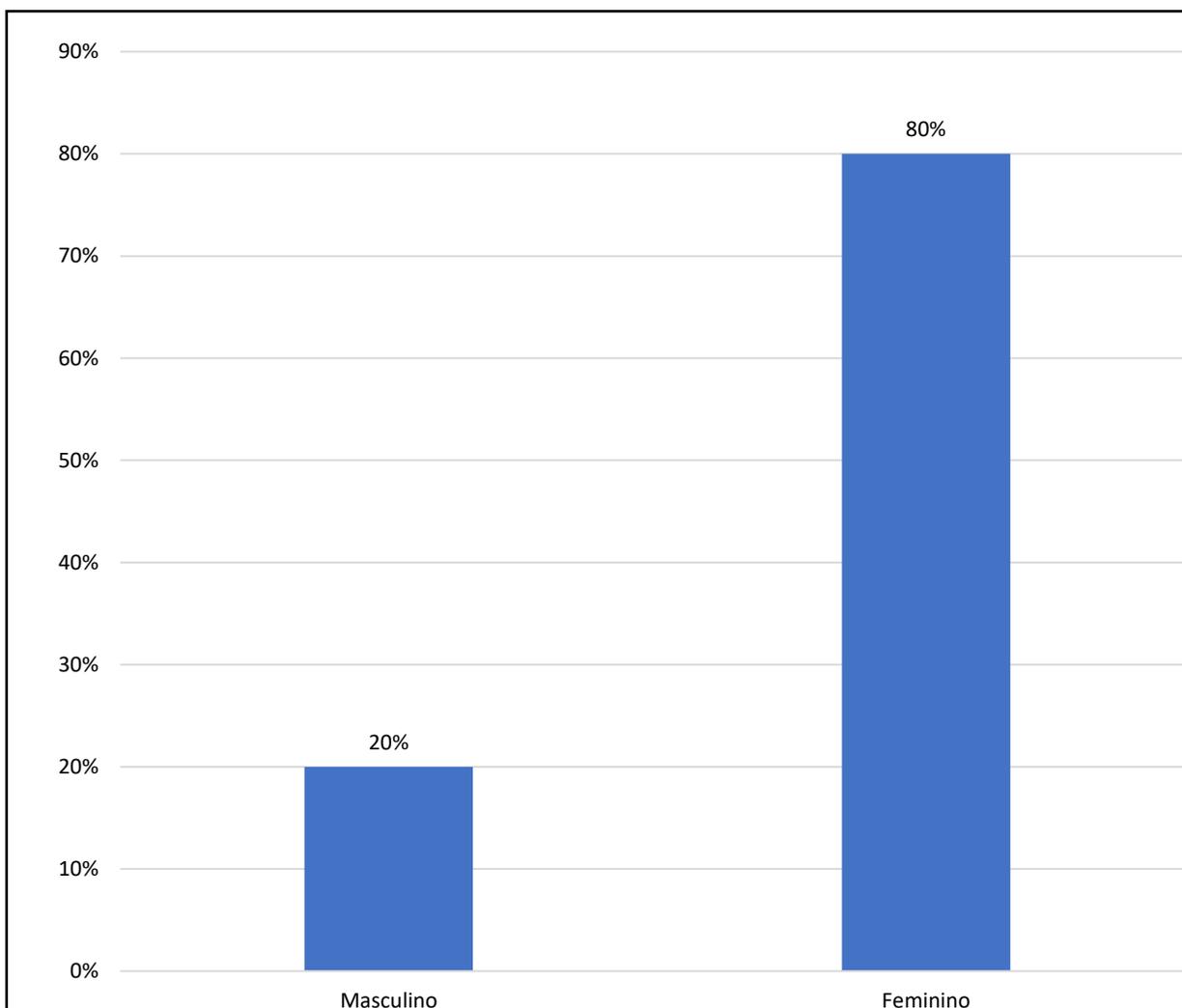
**Figura 1. Idade dos inquiridos – grupo dos professores.**



De um modo geral, a faixa etária dos professores inquiridos está acima dos 40 anos de idade, o que se constata no gráfico 1. Foi possível verificar que há 60% dos mesmos numa faixa etária entre os 41 a 45 anos. Verificou-se, ainda, que os que se situam entre 31-35 anos 25% e há 15% que tem uma idade superior a 45 anos.

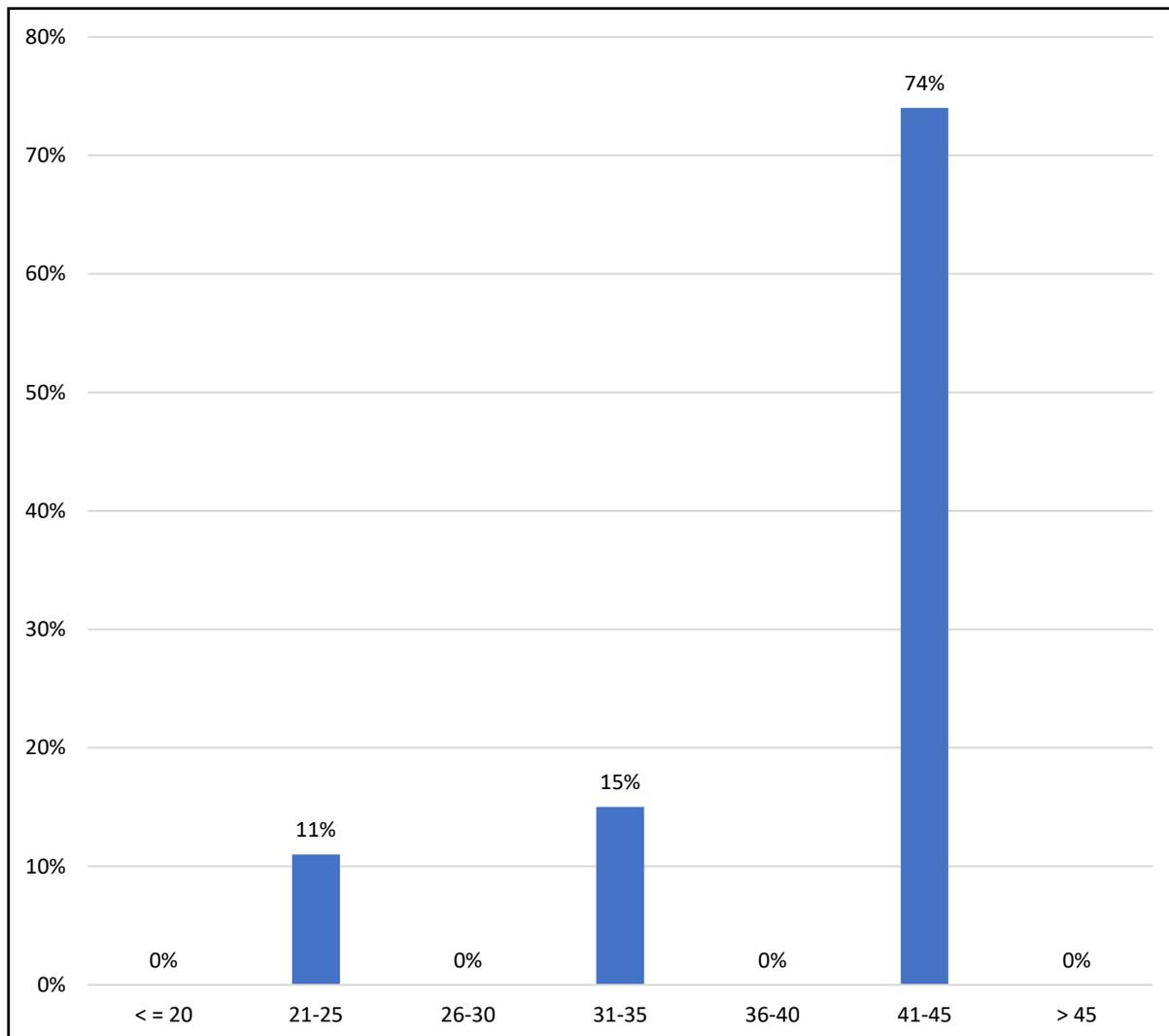
Tal como se consta na figura 2, no que respeita ao sexo, 80% dos indagados são do sexo feminino e 20% do sexo masculino.

**Figura 2. Género dos inquiridos – Professores**



De um modo semelhante ao que se havia feito com os professores, aplicou-se um questionário aos membros da gestão escolar, cuja amostra era composta por um gestor, vice-gestor, coordenadores pedagógicos e uma secretária, contabilizando-se oito inquiridos do sexo feminino, cujas idades são apontadas na figura 3.

**Figura 3. Idade dos inquiridos- grupo de gestores**



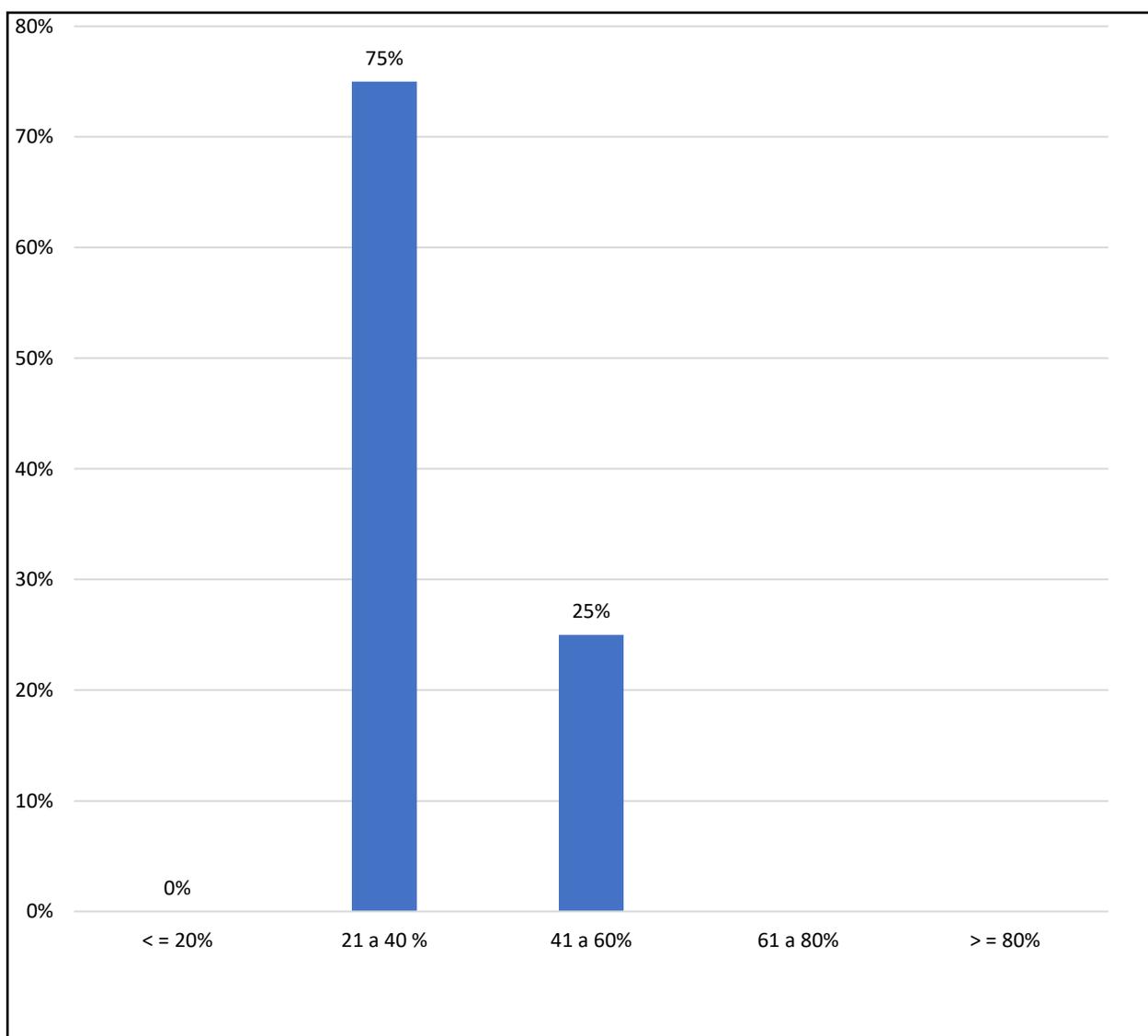
Através da figura 3, denota-se um valor de 74% para os inquiridos cuja faixa etária está entre os 41-45 anos, 11% para os que têm entre 21 e 15 anos e os restantes 15% para as idades compreendidas entre os 31 e 35 anos.

### 3.3– Apresentação dos resultados

Optou-se por apresentar os resultados estabelecendo uma relação entre os dados obtidos e os objetivos definidos, com o propósito de facilitar a compreensão dos dados. Assim, e considerando o objetivo de caracterizar o absentismo escolar, em conjunto com as suas causas e efeitos, alcançaram-se os resultados que se seguem.

Na visão dos professores, a percentagem de alunos que abandonam pode ser identificada na figura 4.

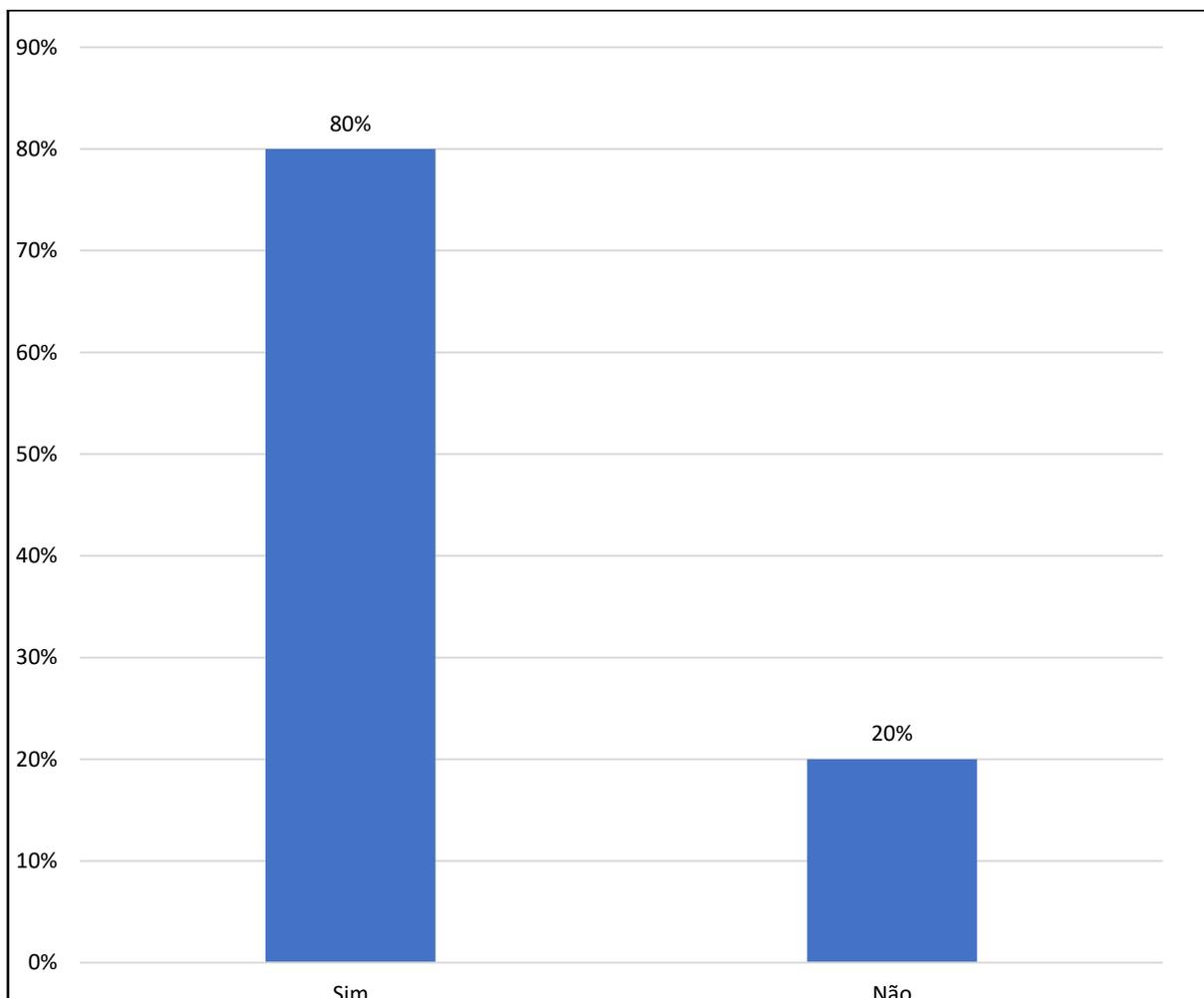
**Figura 4. Percentagem de absentismo na visão dos professores.**



Tal como se observa neste gráfico, 75% dos professores considera que a percentagem de absentismo escolar está situada entre os 21 e os 40% e apenas 25% dos mesmos considera que este absentismo corresponde a um valor correspondido entre os 41 e os 60% dos casos. Os valores refletem que o professor observa e denota que o absentismo escolar existe. Contudo, não lhe é possível situar especificamente a percentagem de discentes que abandonam o ensino.

O próximo questionário procura identificar se o professor já teve a oportunidade de dialogar com alunos que tivessem abandonado o ensino escolar figura 5.

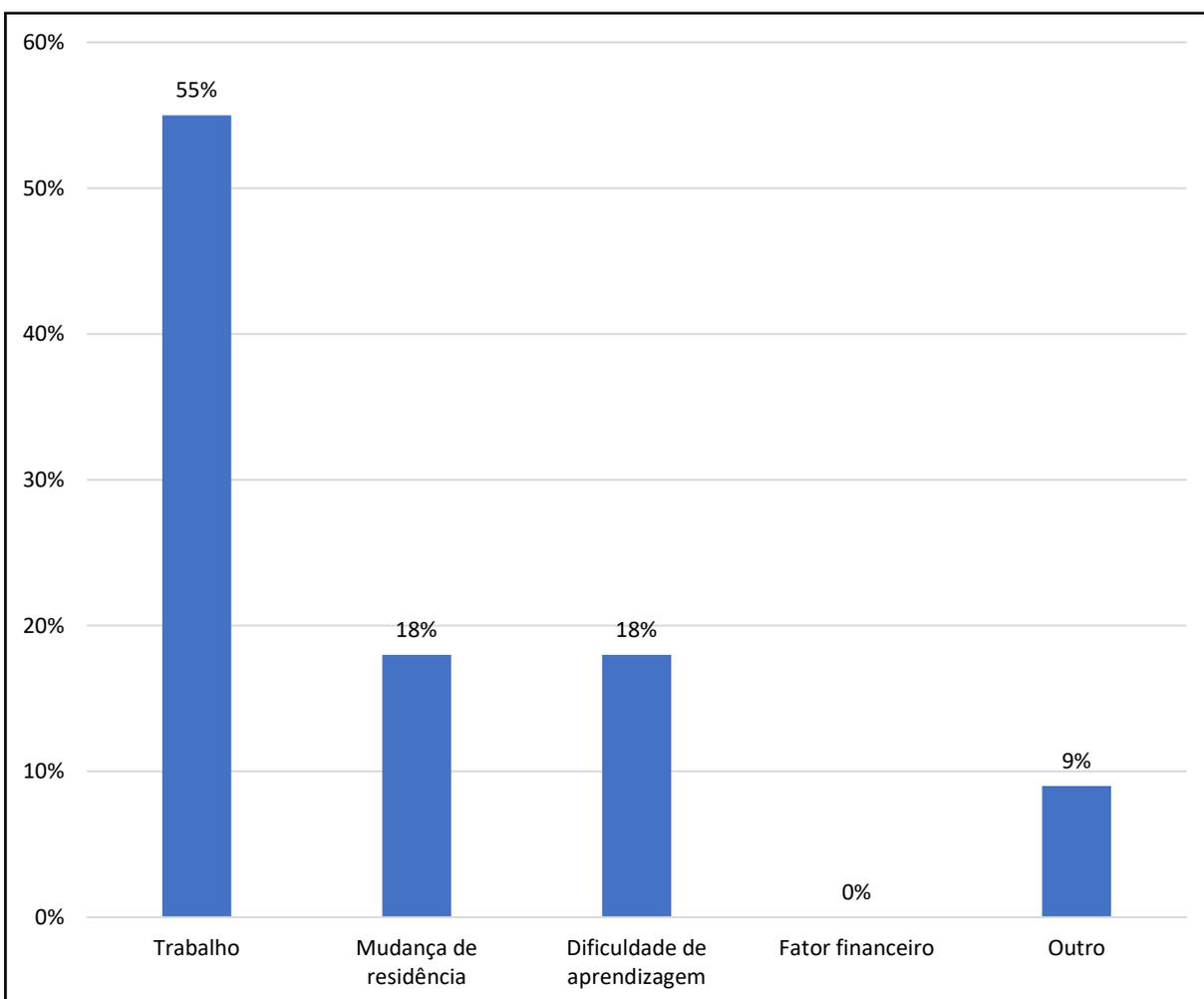
**Figura 5. Percentagem de professores que conversaram com alunos que abandonam a escola.**



80% dos inquiridos já teve oportunidade de estabelecer uma conversa com alunos que tivessem abandonado a escola, segundo os dados apresentados. Tal aspecto relaciona-se com uma identificação do motivo do absentismo e, dentro de essas possibilidades, identificar uma possível via de trazer o aluno, novamente, à escola. Destaca-se, que, no caso de alunos que sejam menores de idade, cabe ao professor a tarefa de alertar as instâncias superiores da escola quanto à falta de assiduidade do educando, bem como perceber as causas que motivam estas faltas.

A partir da conversa realizada, uma vez identificados os motivos de tais faltas, alguns dos que, na questão anterior, manifestaram uma resposta positiva, identificaram causas como as seguintes - figura 6.

**Figura 6. Possíveis causas do absentismo escolar (apontadas por parte dos professores, tendo por base conversas com alunos que abandonam a escola)**



A figura 6 indica que uma das principais causas do absentismo escolar em Belém, PA, do ponto de vista dos professores, é o trabalho (55% dos inquiridos). Neste contexto, destaca-se que ainda que a lei proíba o trabalho infantil (exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade, pelo programa do governo), os alunos continuam a manifestar uma necessidade quanto à realização de tarefas profissionais ou de ajudar os seus pais no trabalho – algo ainda frequente. É igualmente frequente que as crianças tenham de acompanhar os pais até ao trabalho e que tenham de permanecer em casa para cuidar de irmãos menores, não podendo os progenitores cumprir esse papel por questões laborais.

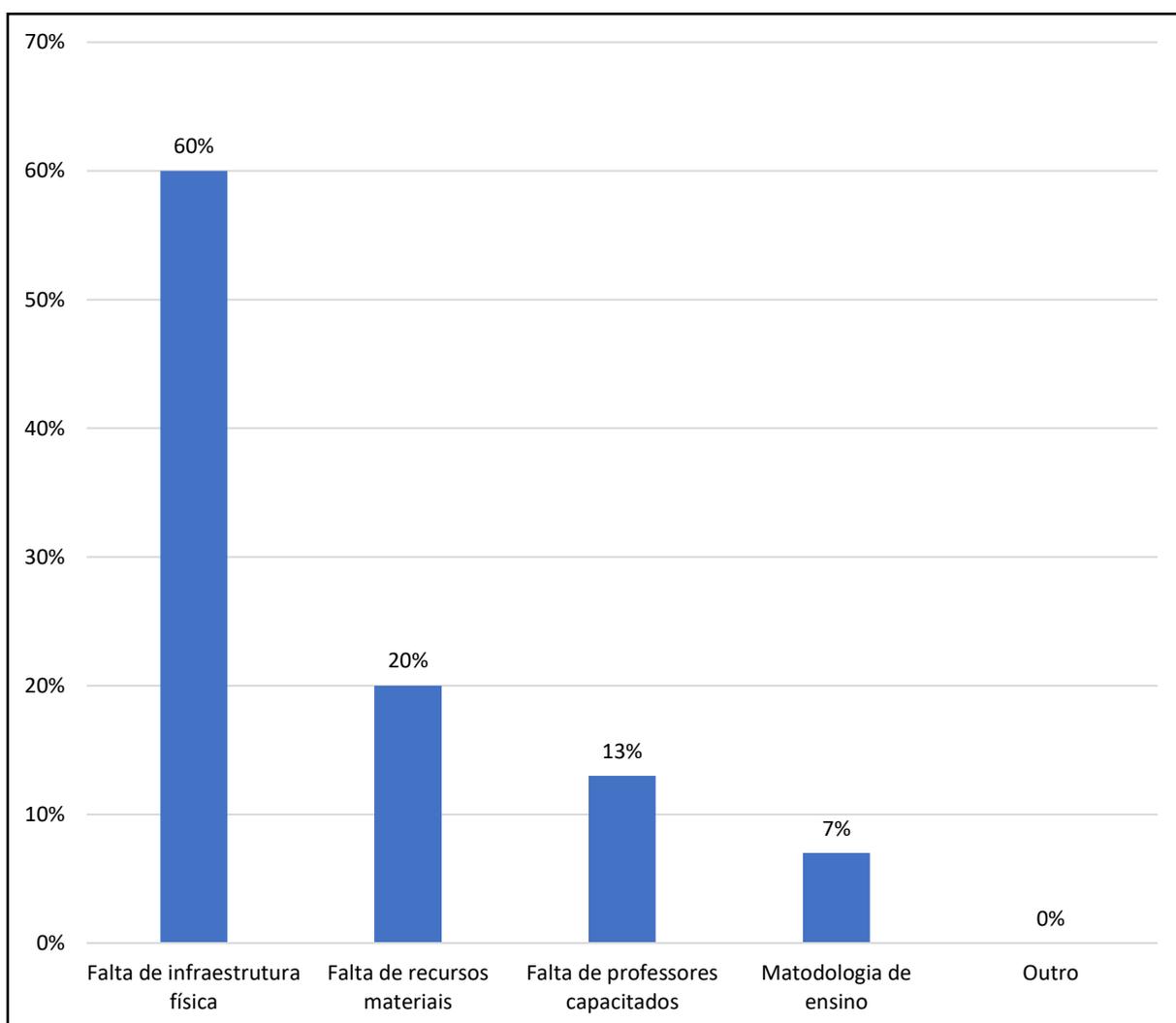
Calixto, na coluna Rede Peteca, publicado dia 01 de fevereiro de 2019, refere que “A evasão também se manifesta, em aspectos diferentes, nos alunos que são vítimas de violências como o trabalho infantil, mas que se encontram nas salas de aulas. Com o seu rendimento escolar em queda, retraídos e inseguros, com sono e atraso para chegar à escola, uma criança que necessita de gerir o seu tempo entre a dedicação ao estudo e o trabalho, sofre consequências cognitivas relacionadas à carga mental excessiva e ao desgaste natural de um corpo em desenvolvimento que perde suas horas de sono e seu ritmo natural de atividades e alimentação”.

18% das causas analisadas corresponde ao ponto da dificuldade de aprendizagem, no qual é possível identificar uma forma de reverter tal aspeto, visto que, na escola, ainda se desenvolve uma relação de proteção, no sentido em que os educandos que prosseguem nos estudos sem o respetivo conhecimento técnico necessário refletem uma realidade comum. Contudo, a procura por elevar e melhorar os índices oficiais, permite facilitar o processo de aprovação, o que leva o aluno a avançar sem o correto domínio de conteúdos e, frequentemente, sem saber ler, escrever ou até realizar simples operações matemáticas.

A mudança de residência foi também apontada como um fator que despoleta o absentismo escolar, estando igualmente com um valor de 18%. Este aspeto poderá estar inteiramente ligado com mudanças relacionadas com o trabalho ou situações de gravidez na adolescência. Adicionalmente, um dos inquiridos levantou a questão do desinteresse, a qual se relacionou com a dificuldade de aprendizagem, tendo em conta que esta e, possivelmente, a metodologia de ensino, ao não favorecerem a aprendizagem, naturalmente, levam a um desinteresse pelo estudo por parte do aluno.

Na opinião do professor, o aluno que não estudou não tem tantas possibilidades de melhorar a sua condição de vida comparativamente com o que se dedica ao estudo, uma vez que este coloca um elevado nível de empenho. A amostra de professores do presente estudo foi também questionada no que respeita aos problemas mais relevantes que a escola onde trabalham apresenta figura 7.

**Figura 7. Principais problemas verificados em contexto escolar, na visão dos professores.**



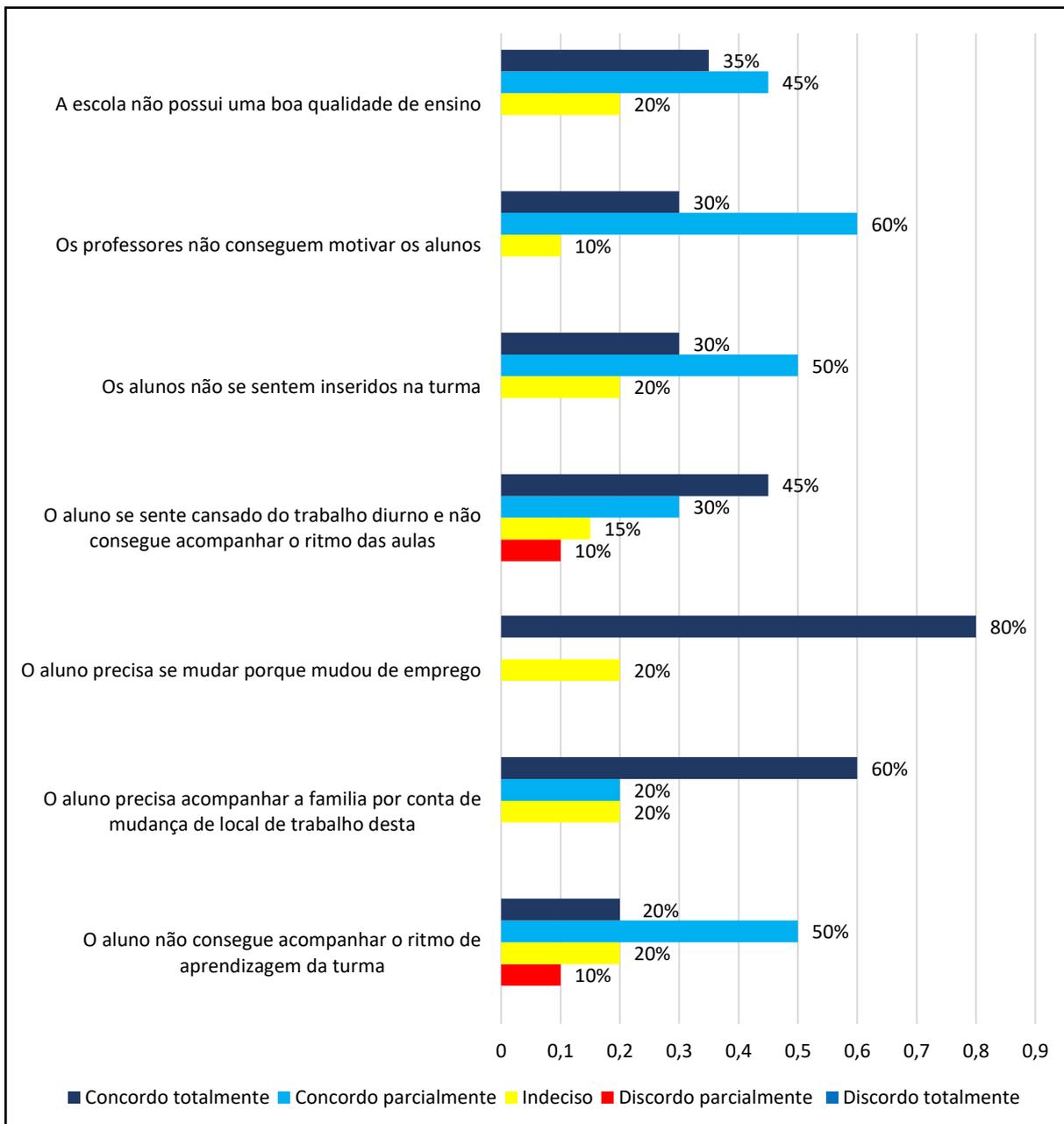
Mais de metade dos inquiridos – 60% - aponta como principal problema a falta de infraestruturas físicas. Segue-se a questão da falta de recursos materiais (20%), a falta de professores competentes (13%) e a metodologia de ensino aplicada (7%).

Poderá existir uma relação entre estes problemas e o absentismo escolar. No entanto, apesar disso, não se considera que estes sejam a principal causa do absentismo escolar.

Ainda assim, a falta de professores competentes e a metodologia utilizada podem levar a uma desmotivação do aluno ou desencadear uma situação que o leve a considerar-se como incapaz de adquirir corretamente os conteúdos necessários – neste caso, o discente abandona a escola por questões de dificuldade de aprendizagem.

Seguidamente, o participante posicionou-se quanto a algumas afirmações previamente apresentadas, relativamente ao absentismo escolar figura 8.

**Figura 8 : Importância de algumas causas do absentismo escolar na visão dos professores.**



Conforme se observa na figura 8, podemos verificar as afirmações e o ponto de vista dos professores:

a) A escola não possui uma boa qualidade de ensino – 20 % dos inquiridos ficou indeciso em relação à afirmação, 40% concordou parcialmente com a afirmação e 30% concordou totalmente.

b) Os professores não conseguem motivar o aluno – a maior parte dos inquiridos concordou com a alegação em causa, sendo que 30% concordou de forma total e 60% de forma parcial. Destacam-se 10% que se declararam indecisos.

c) O aluno não se sente inserido dentro da turma – neste aspeto, denotou-se que 30% dos inquiridos concorda totalmente com a afirmação e 50% concorda parcialmente. Há, ainda, 20% que se demonstrou indeciso.

d) O aluno sente cansaço do seu trabalho diurno e não consegue aguentar o ritmo das aulas - os participantes, na sua maioria, concordam com esta declaração, sendo que 45% concorda totalmente e 30% parcialmente. Os indecisos, relativamente a esta afirmação, são cerca de 15% e os que discorda parcialmente fica em cerca de 10%.

e) O aluno precisa de se mudar porque mudou de emprego – a maior parte dos participantes, ou seja, 80%, concorda totalmente com esta afirmação, e 20% declarou-se indeciso.

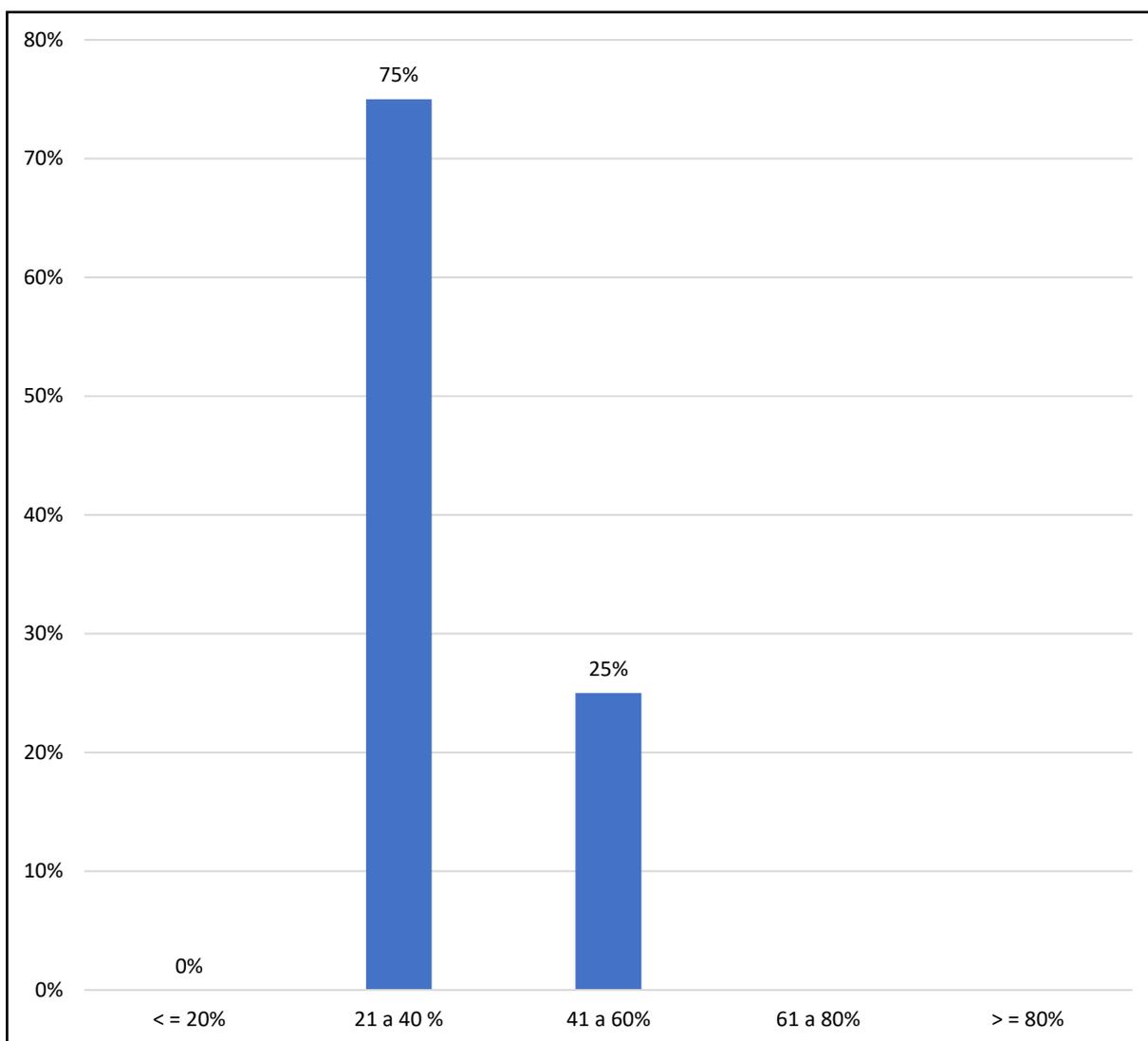
f) O aluno precisa de acompanhar a família por conta de mudança do local de trabalho desta – a grande maioria dos inquiridos 60% concorda totalmente com esta afirmação, 20% concorda de forma parcial e 20% encontra-se num grau de indecisão.

g) O aluno não consegue acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma – cerca de 30% concorda totalmente e 40% concorda parcialmente, o que revela que, de um modo global, concordam com este ponto. O número de indecisos, mais uma vez, situa-se nos 20%, e tem-se 10% que discorda parcialmente da afirmação.

Questionados quanto ao facto de a escola apresentar o problema de absentismo escolar, os professores concordaram com esta realidade, complementando com a terceira pergunta referente à percentagem de absentismo escolar observada, ou seja, a que reitera a existência do problema na escola em estudo.

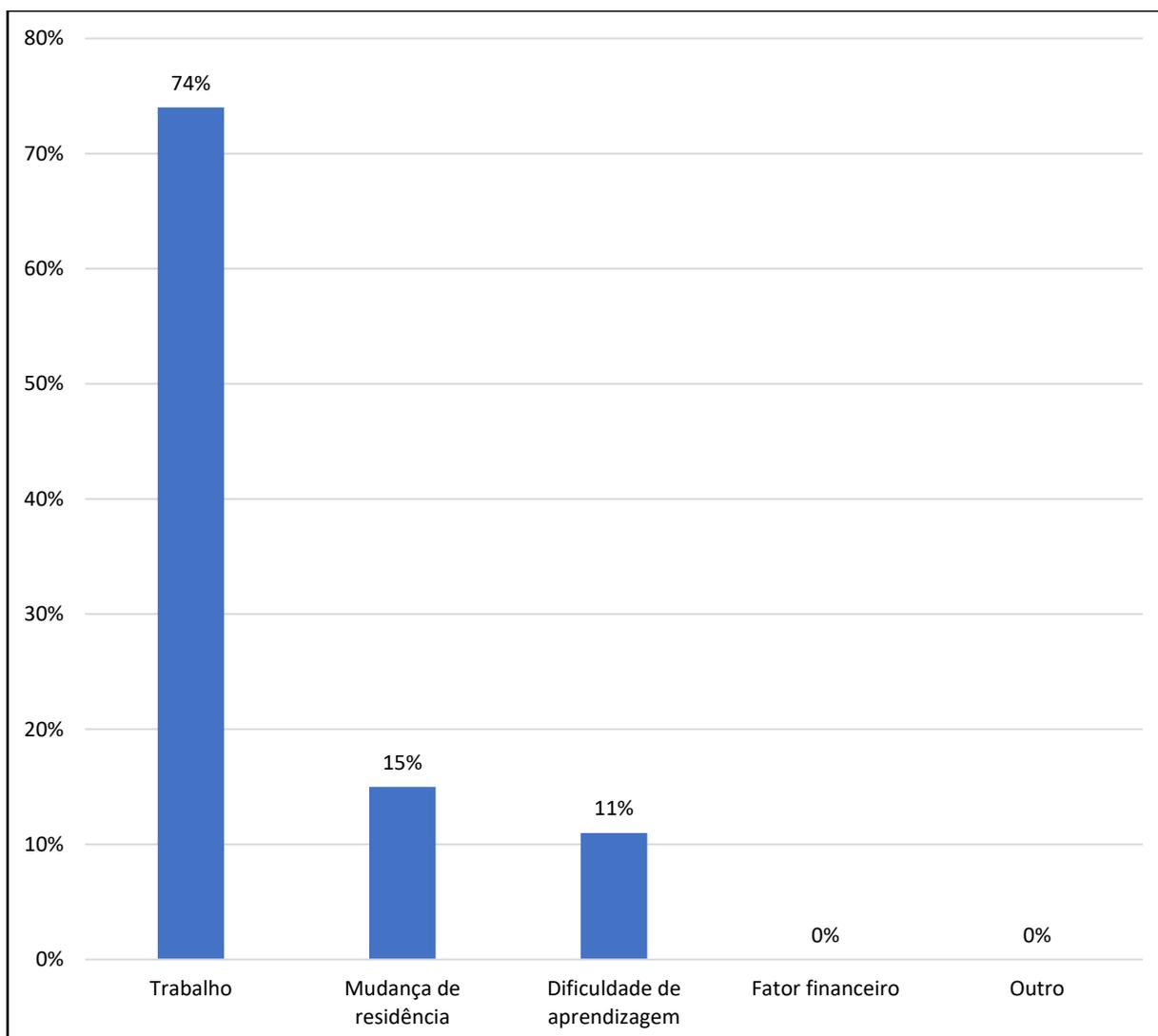
No grupo da equipa gestora e no que remete para a percentagem de absentismo escolar, verificaram-se os seguintes resultados:

**Figura 9. Percentagem de absentismo escolar na visão da gestão escolar.**



75% dos inquiridos considera que o absentismo escolar se situa entre 21 e 40% e 25% revela que o mesmo deverá situar-se numa percentagem compreendida entre os 41 e os 60%. Salienta-se que os inquiridos que se incluem nesta última faixa, incluem a gestora e a vice-gestora, que possuem informações mais concretas quanto ao absentismo, comparativamente com a restante amostra em estudo, no presente trabalho.

**Figura 10. Principais motivos desencadeadores do absentismo escolar na visão da equipe gesto**

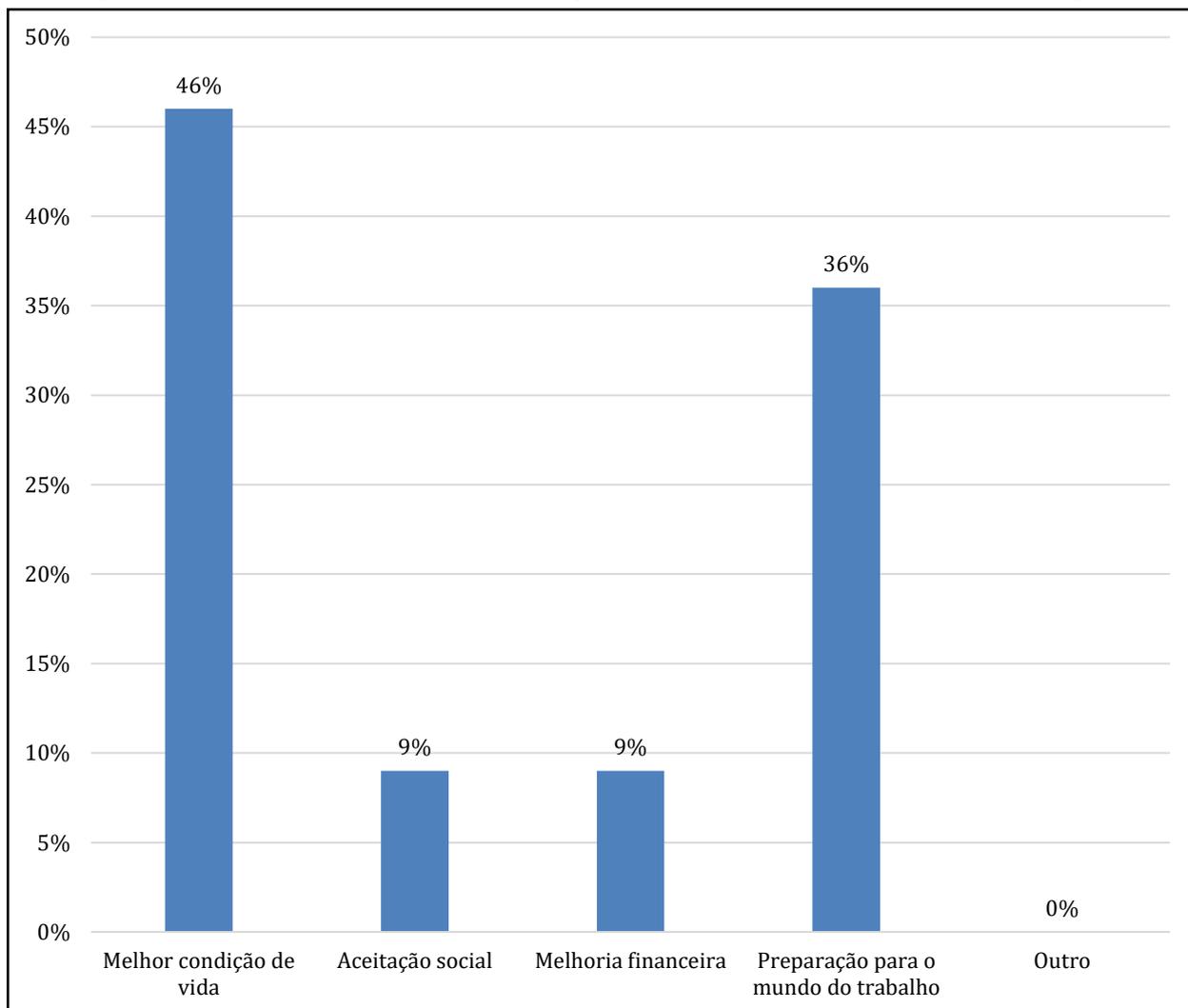


O principal motivo apontado pelos inquiridos prende-se com o trabalho (74%). Assim, assume-se que o aluno não consiga conciliar o mesmo com o ritmo escolar, assim como poderá, eventualmente, haver uma necessidade de mudança de localidade decorrente do facto de a atividade profissional o exigir.

Ainda que no turno vespertino se encontrem alunos com uma faixa etária inferior a 18 anos, estes encontram-se protegidos pela lei, sendo possível afirmar que, na prática, muitos destes alunos realizam atividades laborais com o intuito de auxiliar as respetivas famílias.

Os inquiridos manifestaram a ideia de que a educação é de extrema importância e destacaram alguns contributos da mesma no processo de formação do indivíduo, conforme se comprova na figura 11.

**Figura 11. Principais benefícios da educação para o indivíduo, na visão da equipa gestora.**

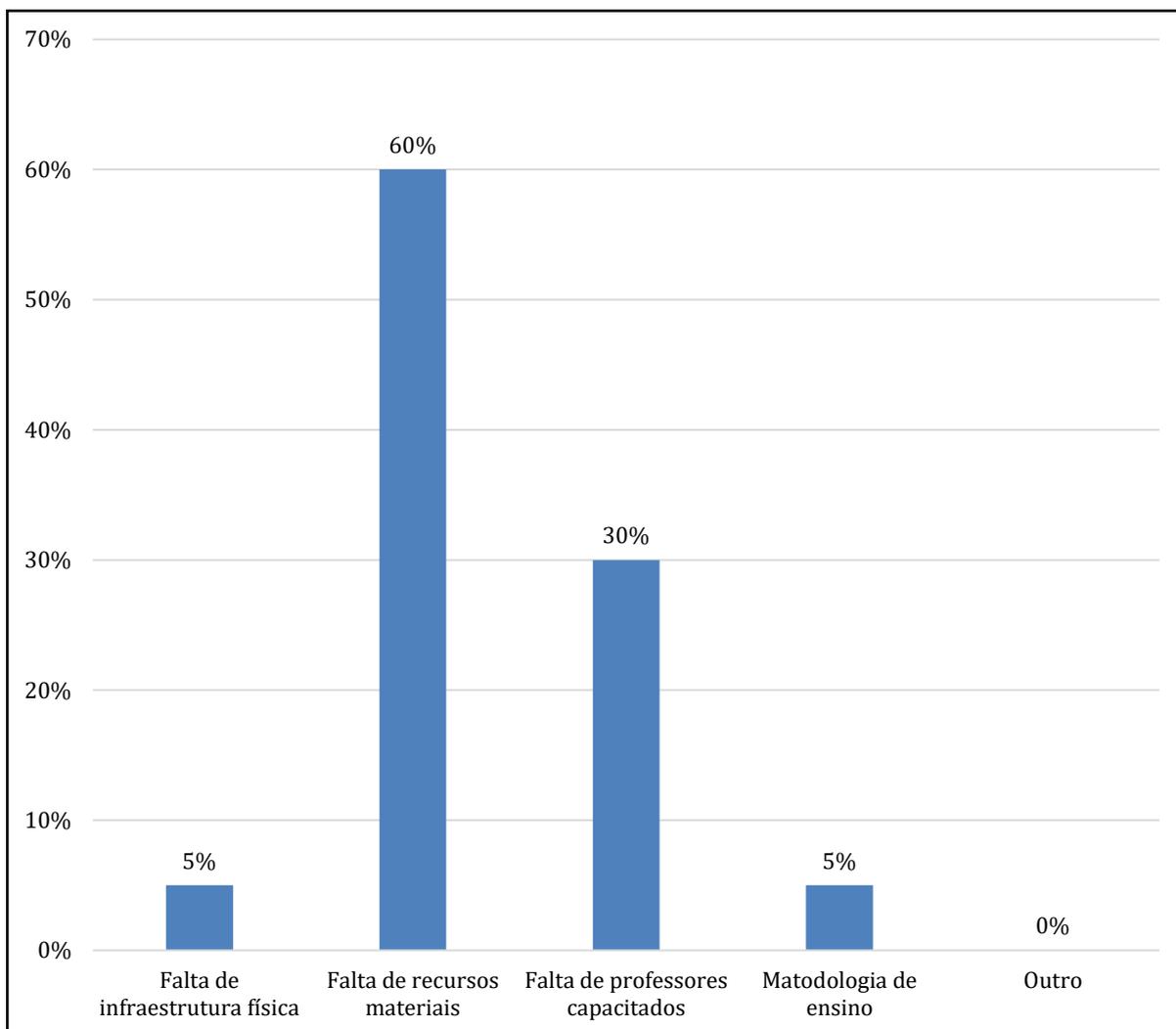


Analisando as respostas dadas, os inquiridos da equipa gestora consideram que os principais benefícios da educação se prendem com uma melhoria das condições de vida (46%), com uma preparação para o mundo do trabalho (36%), com uma melhoria financeira (9%) e com uma aceitação social (9%).

A questão que se segue procura dar conta dos principais problemas que se verificaram dentro da escola. Quanto a este aspeto, 60% dos inquiridos apontou a

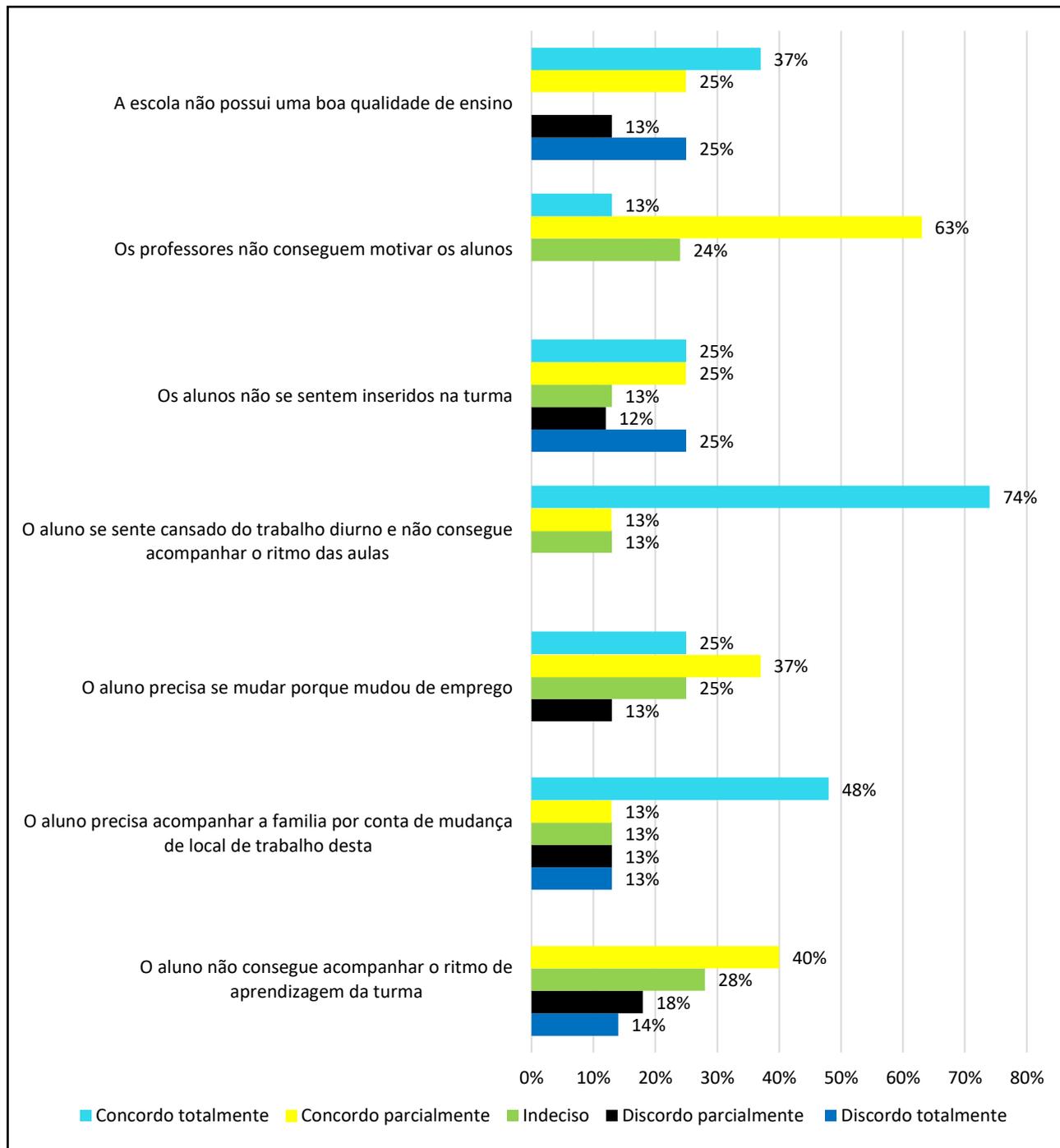
falta de recursos materiais, 30% indicou a falta de professores competentes, 5% a falta de estrutura e também 5%, identificou o problema na base do método de ensino. Estas informações encontram-se na figura 12.

**Figura 12. Principais problemas dentro da escola, na visão da equipe gestora**



Seguidamente, procurou-se saber que importância é atribuída, por parte dos inquiridos, relativamente a um conjunto de determinadas afirmações referidas como as causas prováveis do absentismo escolar. Este aspeto encontra-se na figura 13.

**Figura 13. Importância de alguns pontos referentes ao absentismo escolar na visão da equipa gestora**



Tendo por base as afirmações expressas na figura 13, os resultados foram os seguintes:

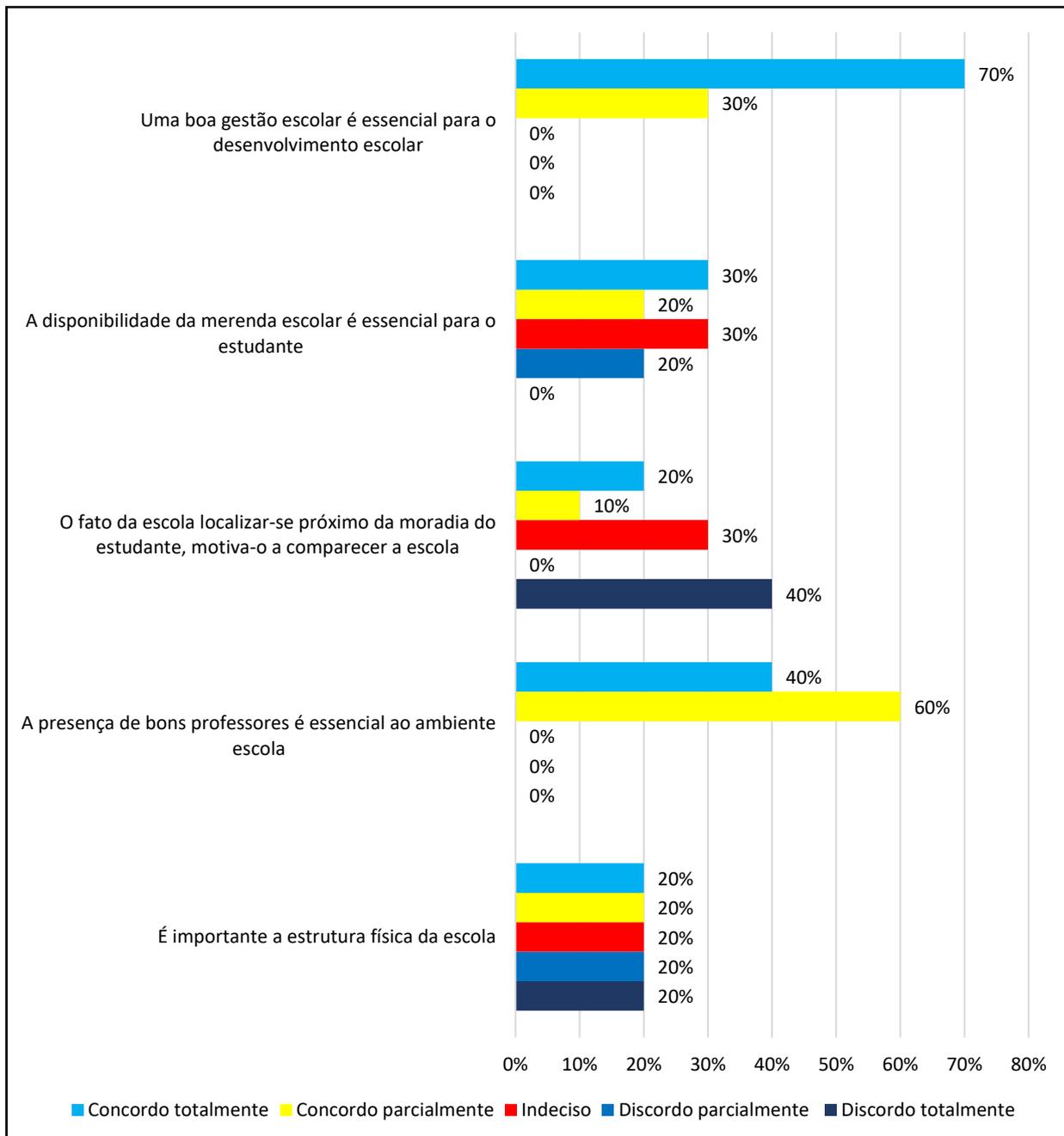
- a) A escola não possui uma boa qualidade de ensino – quanto a este aspeto, houve cerca de 37% que concordou com a afirmação e 25% que referiram discordar da mesma.
- b) Os professores não conseguem motivar o aluno – do grupo inquirido, temos cerca de 13% que concordou totalmente e 63% que concordou parcialmente. Note-se que apesar 24% se manifestou indeciso, mas não houve ninguém que discordasse deste ponto.
- c) O aluno não se sente inserido dentro da turma – metade dos participantes do estudo concorda com a afirmação, estando este grupo dividido de forma a que cerca de 25% concorde totalmente e 25% concorde parcialmente. Houve 25% que discordou de forma total e 12% que o fez de forma parcial, o que dá um total de 37% que não está de acordo com a afirmação em causa. 13% declarou-se indeciso.
- d) O aluno sente-se cansado do trabalho diurno e não consegue acompanhar o ritmo das aulas – a grande maioria dos inquiridos concorda com a afirmação, tendo 74% que concorda totalmente e 13% que concorda parcialmente. Os restantes 13% declaram-se indecisos.
- e) O aluno precisa de mudar de localidade porque mudou de emprego – quanto a esta afirmação, também houve, de um modo geral, uma maioria a estar de acordo com a mesma, sendo que 25% concordou totalmente e 37% concordou parcialmente. Dos restantes inquiridos, 13% discordou parcialmente e 25% ficou indeciso.
- f) O aluno precisa de acompanhar a família devido à mudança do local de trabalho – 48% dos inquiridos concordou totalmente com a afirmação. Os restantes graus de resposta – “concordo parcialmente”, “indeciso”, “discordo parcialmente” e “discordo totalmente” – obtiveram a percentagem de 13% para cada um.
- g) O aluno não consegue acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma – 25% indicou concordar parcialmente e também 25% se manifestou indeciso.

Obteve-se, também, 13% que concordou totalmente e 13% que discordou parcialmente.

Tendo por base as observações decorrentes dos diferentes segmentos que constituíram a amostra inquirida na presente pesquisa, caracterizou-se o absentismo escolar a partir das causas e efeitos, através de uma correta análise dos questionários. Esta análise permitiu chegar ao seguinte objetivo deste estudo: Identificar os mecanismos de controlo do absentismo e a eficácia da sua utilização pelos órgãos competentes.

Neste sentido, com o propósito de identificar os mecanismos referidos anteriormente, apresentou-se, ao conjunto de inquiridos, um leque de observações respeitantes à escola. Os participantes tiveram a possibilidade de concordar ou de discordar das afirmações apresentadas, podendo, ainda, dentro destas, fazê-lo de uma forma parcial ou total. Caso fosse o caso, poderiam, também, manifestar-se indecisos quanto a alguma afirmação figura 14.

**Figura 14. Importância de alguns aspetos relativamente ao absentismo escolar na visão dos professores.**



Com base na figura 14, é possível analisar cada uma das suas afirmações:

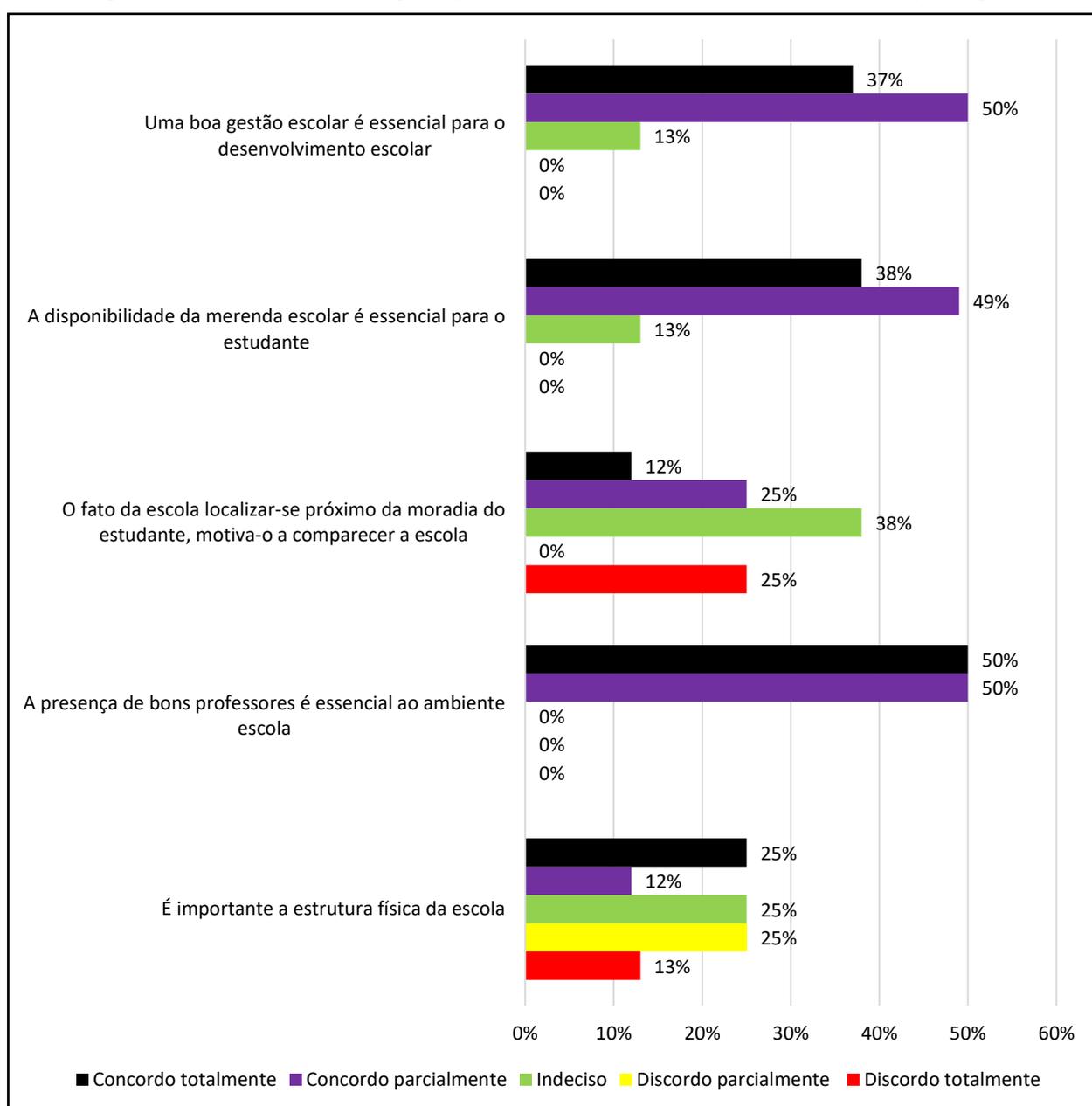
- a) Afirmação “uma boa gestão escolar é essencial para o desenvolvimento da escola” – todos os inquiridos concordaram com a afirmação, havendo 70% que o fez totalmente e 30% parcialmente.
- b) Afirmação “A disponibilidade de refeição escolar é essencial para o estudante” – 30% manifestou uma indecisão quanto a este aspeto, assim como também 30% concordou totalmente com a mesma. 20% dos inquiridos concordou parcialmente e, igualmente, 20% discordou parcialmente da mesma.
- c) A afirmação “o facto da escola se localizar próximo da residência do estudante, motiva-o a comparecer a escola” – dos participantes, 30% declarou-se indeciso. Também 30% concordou com o enunciado, sendo que 20% de forma total e 10% de forma parcial. A maioria dos inquiridos, 40%, discorda totalmente da afirmação em causa.
- d) A afirmação “a presença de bons professores é essencial ao ambiente escolar” – os participantes, de forma unânime, concordam com a afirmação, na qual se denota que 40% concorda de forma total e 60% concorda de forma parcial.
- e) A afirmação “é importante a infraestrutura física da escola” – este aspeto não apresentou uma tendência por parte dos inquiridos, uma vez que, todas as opções de resposta obtiveram o valor de 20%.

A análise efetuada permitiu constatar que os professores destacam a importância da gestão escolar no que respeita ao desenvolvimento da instituição, com o propósito de conduzir o grupo escolar para um trabalho conjunto, de forma a ir ao encontro dos objetivos da instituição. Além deste aspeto, os inquiridos encaram a presença de bons professores como relevante, no sentido de desenvolver o meio escolar. Relativamente à questão da refeição escolar, verificou-se que a grande maioria dos elementos considera este ponto bastante importante no dia a dia escolar. Este aspeto torna-se ainda mais relevante quando se considera que muitos dos educandos pertencem a famílias nas quais as condições financeiras são baixas e, por vezes, a refeição escolar servida acaba por ser, para muitos dos alunos, a única refeição a que têm acesso ao longo de todo o dia.

No que concerne à proximidade da escola, a maior parte dos professores não está de acordo com a relevância deste fator como uma possível causa, uma vez que, mesmo que os alunos vivam perto da instituição, por vezes, faltam. Assim, o facto de viver perto pode facilitar, mas não é uma garantia de assiduidade escolar.

No grupo de gestão escolar, os participantes inquiridos manifestaram a sua opinião, tendo por base as opções que incluíram os termos “concordo”, “discordo” e “indeciso”, tal como se observa figura 15.

**Figura 15. Importância de alguns pontos referentes à escola na visão da equipe gestora.**

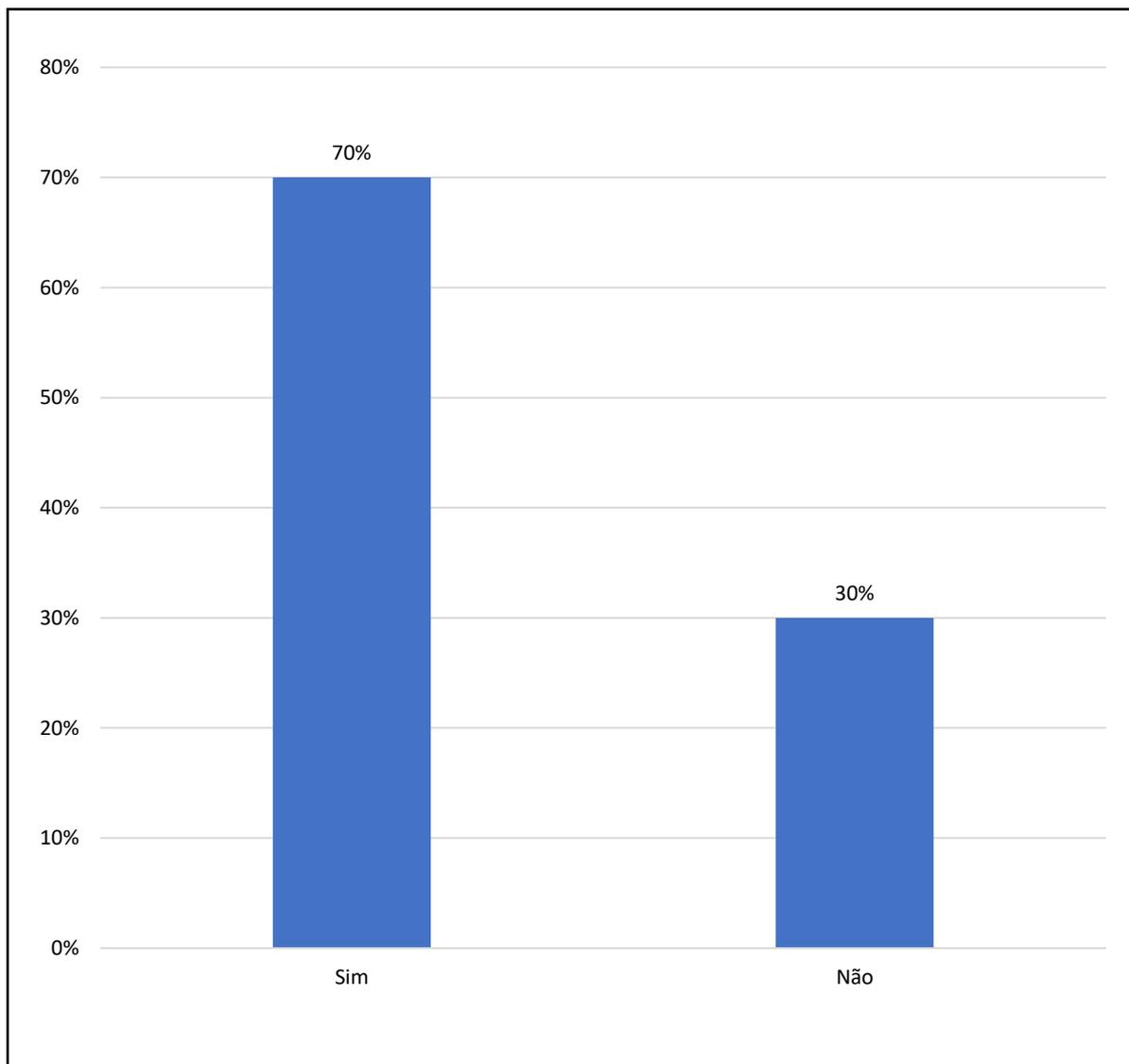


Os enunciados que foram analisados de acordo com a figura 15, levaram aos seguintes resultados:

- a) Afirmção “é importante a infraestrutura física da escola” – não se manifestou, entre os participantes do estudo, um consenso no que toca a esta a afirmação. As percentagens de 25% estiveram em três grupos distintos – “concordo totalmente”, “indeciso” e “discordo parcialmente”. 12% concordou parcialmente e também 13% discordou totalmente.
- b) A afirmação “a presença de bons professores é essencial ao meio escolar” – todos os inquiridos concordaram com a afirmação, sendo que 50% concordou totalmente e 50% concordou parcialmente.
- c) A afirmação “o facto da escola se localizar próximo da residência do estudante motiva-o a comparecer na escola” – 38% dos inquiridos declarou-se indeciso relativamente a esta afirmação, 37% concordou com a mesma (12% de forma total e 25% de forma parcial) e 25% discordou totalmente da questão em causa.
- d) A afirmação “a disponibilidade de refeição escolar é essencial para o estudante” – na sua grande maioria, os inquiridos concordaram com esta afirmação, havendo 38% que o fez de forma total e 49% de forma parcial. 13% declarou-se indeciso.
- e) A afirmação “uma boa gestão escolar é essencial para o desenvolvimento da escola” – tal como anteriormente, obteve-se um valor de 13% no que diz respeito aos inquiridos indecisos. De um modo geral, os mesmos concordaram com esta ideia, denotando-se um valor de 37% para os que o fizeram de um modo total e de 50% para os que o fizeram parcialmente.

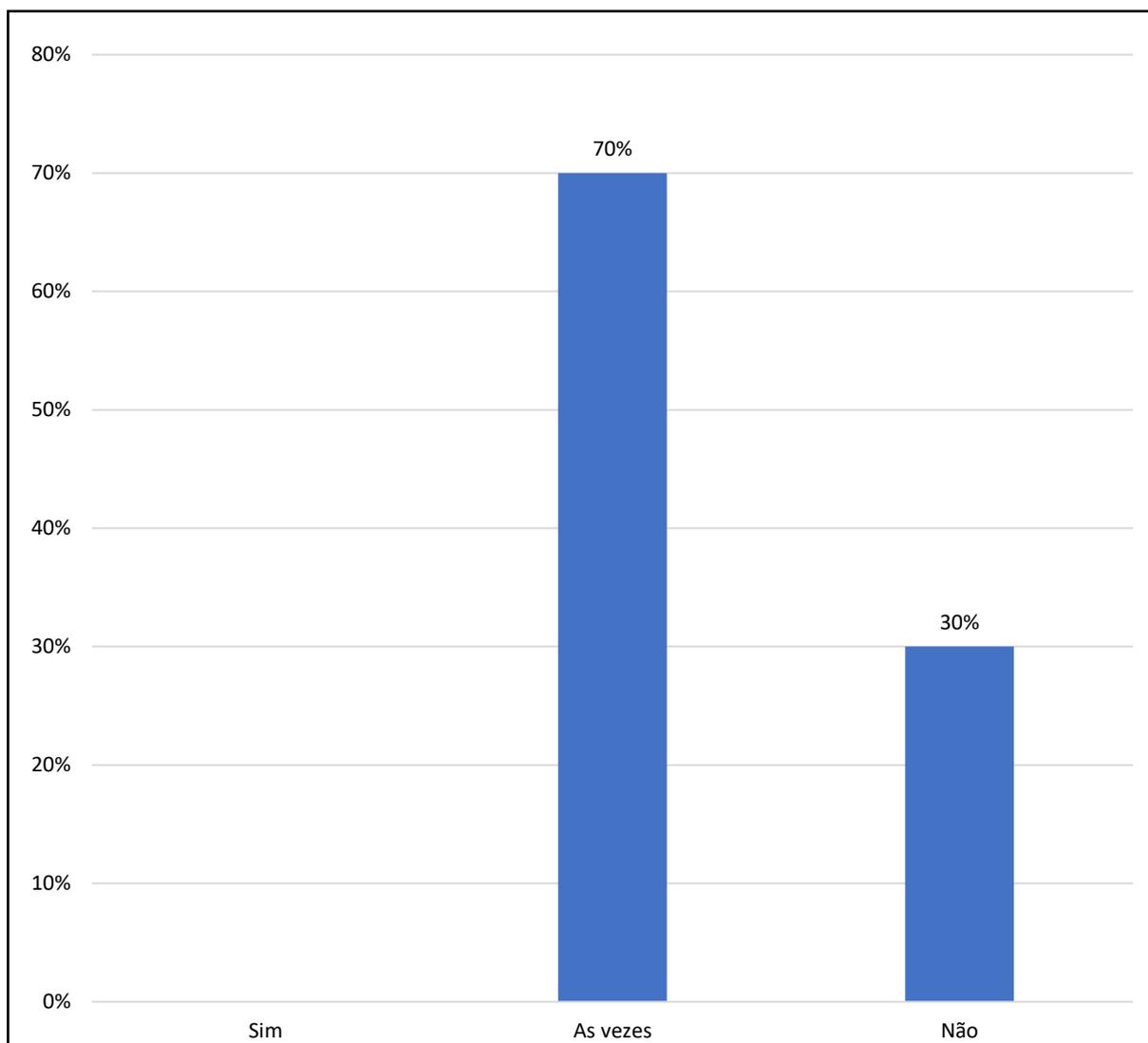
De seguida, apresentam-se os dados referentes ao objetivo: Apontar possibilidades de combate ao absentismo escolar que possam minimizar os seus efeitos nas escolas estudadas. Inicialmente, procurou-se saber se, na opinião dos professores, a escola poderia desenvolver algum tipo de ação para evitar o abandono escolar por parte dos alunos figura 16.

**Figura 16. A escola desenvolve ações relacionadas aos alunos que a abandonam (visão dos gestores)**



Relativamente a esta questão, que procurava saber se a escola poderia desenvolver ações que previassem o abandono escolar por parte dos alunos, a maior parte dos inquiridos 70% respondeu de forma afirmativa.

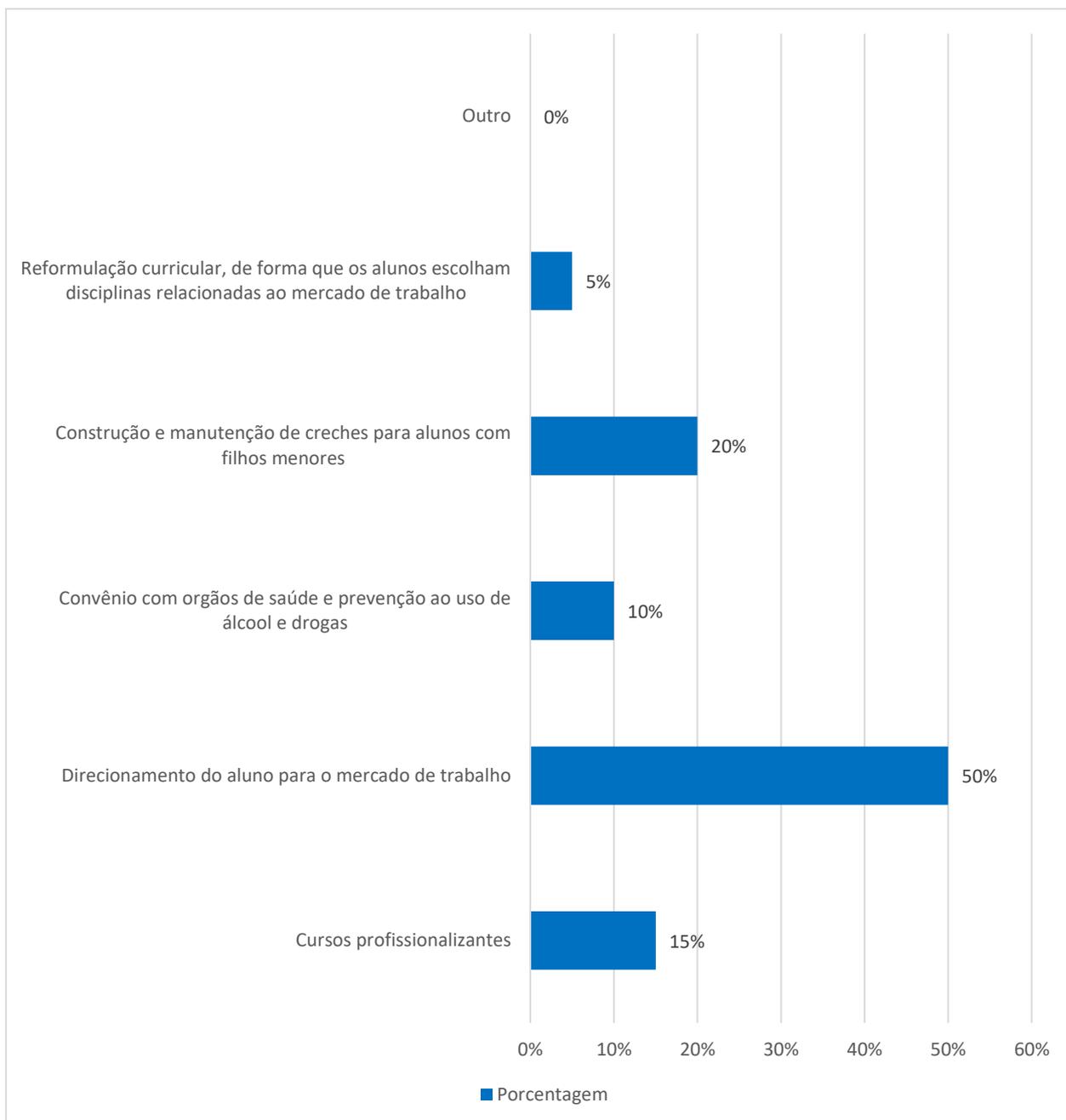
**Figura 17. As ações desenvolvidas por parte da escola relativamente aos alunos que abandonam têm efeitos.**



Tendo por base a análise dos resultados obtidos com esta questão, denota-se que 70% dos professores considera que, por vezes, a escola pode, de facto, ter efeitos relativamente ao absentismo escolar. Por outro lado, 30% acredita que a escola não terá efeito algum sobre este aspeto. Alguns participantes referiram que a escola, por vezes, pode combater as causas do absentismo escolar, mas tal não é absolutamente certo, uma vez que existem outras causas que são alheias ao ambiente escolar e ao que a escola pode proporcionar, como por exemplo fatores de carácter económico ou social.

Considerando, então, que a escola não tem a capacidade para dar uma resposta, de forma a conseguir resolver todas as causas que levam ou incentivam o abandono escolar, procurou-se saber se haveria alguma sugestão, por parte do inquirido, de maneira a resolver o problema em causa figura 18.

**Figura 18. Possíveis soluções para o problema do absentismo escolar na visão dos Professores**



Com base nas respostas dadas, verificou-se que um grande número de professores (50%), acredita que a orientação do aluno para o ingresso no mercado de trabalho poderá representar uma resolução eficaz no combate a este problema do absentismo escolar, uma vez que, a longo prazo, dará ao jovem estudante uma segurança financeira e, conseqüentemente, este acabará por compreender a importância da dedicação aos estudos. Existem alguns programas, como menor e jovem aprendiz, que podem apresentar-se como alternativas para estudantes que procuram uma fonte de rendimento adicional, de forma a auxiliar sua família, sem ter a necessidade de abandonar a escola.

Em segundo lugar, com uma percentagem de cerca de 20%, os professores verificaram a necessidade de existir um maior investimento na construção de creches para os filhos dos alunos. Note-se que, nos últimos anos, no Brasil, tem-se verificado uma tendência de crescimento considerável relativamente ao índice de nascimentos de filhos de menores de idade.

Com 15%, e, portanto, em terceiro lugar, temos a sugestão que remete para curso profissionalizante. Esta reformulação passaria pela escolha de disciplinas relacionadas com o mercado de trabalho, realizando-se cursos profissionais relacionados com as orientações do aluno e havendo uma inclusão no mercado laboral, de maneira a que o estudante pudesse sentir-se preparado para estagiar ou até desenvolver alguma atividade profissional. Este facto seria relevante para a possibilidade de uma maior estabilidade financeira, sem qualquer necessidade de deixar o meio escolar. Além disto, muitos dos cursos profissionais gratuitos exigem ao jovem estudante a frequência escolar, para poderem continuar a fazer os mesmos.

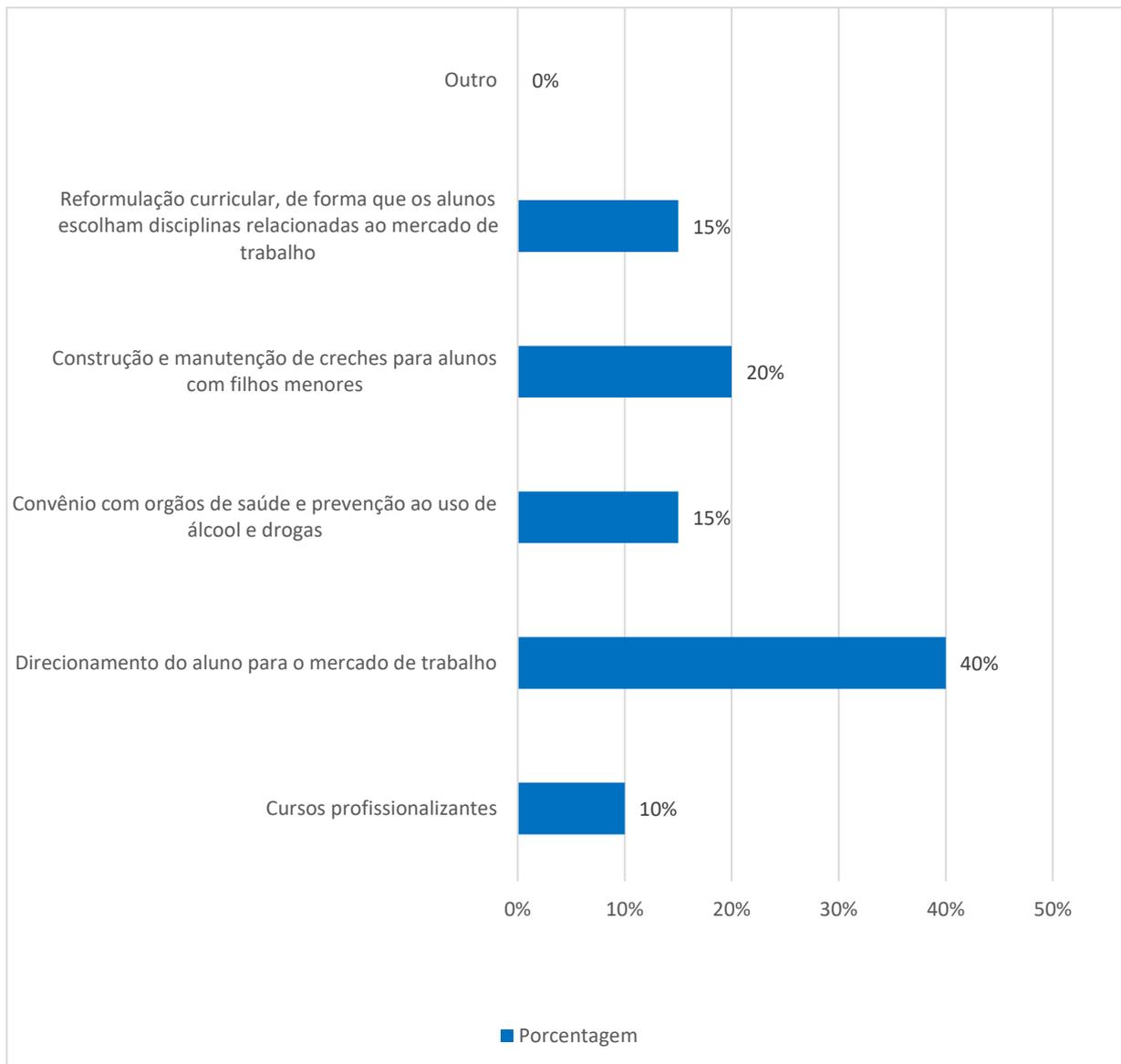
Cerca de 10% dos inquiridos sugere sinergias com órgãos de saúde e prevenção do uso de álcool e drogas e 5% acredita numa reformulação do currículo, de forma a que os alunos consigam escolher disciplinas relacionadas com o mercado de trabalho.

Assim sendo, tendo por base o ponto de vista do primeiro grupo de inquiridos, o dos professores, é possível concluir que:

- a) A escola, como objeto de estudo, apresenta problemas ao nível do absentismo escolar;

- b) O absentismo escolar está numa faixa superior a 20% dos alunos matriculados;
- c) A atividade profissional é apontada como o principal motor que desencadeia o absentismo escolar;
- d) O estudo pode ser um guia que visa melhorar a condição de vida do aluno e prepará-lo para o mercado de trabalho;
- e) O principal problema da escola reside numa escassez de infraestruturas físicas, mas verificou-se também que a falta de recursos, a falta de professores competentes e a própria metodologia de ensino utilizada são outras de algumas das causas identificadas;
- f) A escola desenvolve ações direcionadas aos alunos que abandonam o meio escolar, mas nem sempre provocam o efeito desejado, uma vez que a escola não apresenta condições para combater todas as causas que levam ao absentismo escolar;
- g) O absentismo escolar poderá ser combatido com ações que procurem direcionar os jovens para o mercado de trabalho, permitindo que este possa estar preparado para ingressar no mercado profissional e, com isto, estabilizar os problemas financeiros, tão comuns em inúmeras famílias, levando a uma garantia de que o jovem possa continuar a estudar, sem a necessidade de abandonar o meio escolar por causas financeiras.

**Figura 19. Possíveis soluções para o problema do absentismo escola para os gestores**



Nas duas últimas figuras, pretende-se encontrar possíveis soluções para combater o absentismo escolar. Nesta pesquisa, foi possível constatar que os alunos procuram, acima de tudo, uma orientação para o mercado de trabalho. Podemos considerar, perante os resultados, que os professores e gestores se preocupam com o futuro de seus alunos e encaram a problemática do absentismo escolar como um problema ao nível da educação brasileira. Contudo, denotou-se também que existe uma procura em estruturar e organizar medidas, com o propósito de que os alunos frequentem a escolaridade e que o seu único foco seja a educação

## CONCLUSÃO

A problemática do absentismo escolar existe, inegavelmente, e continua a atingir a educação brasileira. Encontra-se presente em inúmeras escolas do Brasil, tratando-se de uma questão que não depende de fatores de gênero, raça ou condição social do aluno. Maioritariamente, as causas motivadoras desta problemática, remetem para questões de caráter financeiro, uma vez que o aluno abandona a escola por motivos laborais ou por necessidade de acompanhar a família. No entanto, este é apenas um exemplo, havendo outras variantes.

O desenvolvimento das funções educacionais nos jovens estudantes acaba por sofrer bastante quando há uma tentativa de conciliar o trabalho com o estudo, sendo notório um desgaste físico e mental. No Brasil, de forma a garantir uma educação pública gratuita e universal, a Constituição e o dever do Estado devem proporcionar uma grande dinâmica de parceria entre a rede municipal de ensino e a rede estadual.

Juridicamente, e tendo em conta o direito à educação por parte do governo, o mesmo tem de promover a existência de um local de ensino inicial e de ensino fundamental, com base nas escolas da rede estadual que se destinam a proporcionar o ensino médio. Os problemas de absentismo escolar não se cingem a um único nível de ensino. Lamentavelmente, é uma questão que pode atingir qualquer nível. No entanto, note-se que, nos ensinos infantil e fundamental, se encontra uma proteção estatal que visa garantir a permanência da criança na escola, sob pena da família ser responsabilizada pela inexistência da matrícula ou até mesmo da assiduidade do estudante.

A legislação brasileira procura garantir que todas crianças com idades inferior a 14 anos não possam desenvolver qualquer tipo de atividade profissional e que, a partir dessa mesma idade, apenas o possam fazer na condição de menor aprendiz, em que não se implique o abandono escolar e havendo uma necessidade de paralelismo entre as atividades laborais e as de ensino.

O principal propósito da legislação brasileira é assegurar e proteger a criança e o adolescente do trabalho infantil. Contudo, o estado do Pará apresenta um índice muito elevado no que remete para a miséria e para a desigualdade. Nas famílias que se encontram mais próximas de uma linha de pobreza, há uma maior tendência

para que as crianças e adolescentes sejam impulsionadas a ingressar no mundo do trabalho e, conseqüentemente, a colocar a educação num segundo plano.

Através desta pesquisa, é possível apresentar duas escolas situadas na cidade de Belém, do Pará, que, historicamente, surgem a partir das necessidades dos bairros no sentido de possuírem uma instituição de ensino que permitisse acolher os filhos dos trabalhadores que prestam atividades profissionais na indústria. Com o passar do tempo, a escola teve incentivos destas mesmas indústrias, passando a existir uma gestão por parte do poder público municipal, entidade que gere a instituição e ensino, do ponto de vista financeiro e pedagógico.

A amostra da pesquisa incidiu, fundamentalmente, em professores e gestores de ensino, de ensino médio, do turno vespertino do ano de 2019. A pesquisa deu conta de pontos referentes ao absentismo escolar, as suas causas e possíveis soluções.

O primeiro ponto pretende referir o principal motivo do absentismo escolar. A questão do trabalho foi o tópico mais assinalado, seguido de outras possíveis causas, como a necessidade da mudança de residência e as dificuldades de aprendizagem. Contudo, não foi possível indicar com precisão o nível atual do absentismo escolar.

Observou-se que os participantes do presente estudo reconhecem a importância da escolaridade e associam-se à mesma, uma vez que a benéfica preparação para o mundo laboral e a melhoria financeira promovem benefícios de um modo geral e, claro, melhores condições de vida. No entanto, mesmo perante esta realidade que nos mostra todas as vantagens de estudar, muitos alunos ainda optam por trabalhar e deixar os estudos num segundo plano.

Assim, de acordo com o referido anteriormente, muitos são aqueles que, mais tarde, retomam aos estudos, numa fase de vida já mais avançada e na qual a situação financeira já se encontra mais estabilizada. Por vezes, há também outros fatores que se prendem com o facto de o próprio trabalho em que se encontram exigir competências mais avançadas. Nestas situações, o indivíduo é encaminhado para uma modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), na qual tentará readquirir o tempo “perdido” e procurar uma certificação, de forma a continuar inserido no mercado laboral.

Analisando as funções relacionadas com a escola, objeto deste estudo, verificou-se que não se trata de um local isento de problemas, segundo a opinião dos participantes. Identificaram-se problemas não só ao nível da estrutura física da escola, como também na falta de recursos materiais e na falta de professores competentes. Note-se ainda o aspeto das questões metodológicas, nas quais se verifica que os professores são incapazes de transmitir os seus conhecimentos, de forma a chegar aos educandos.

Face a uma necessidade da comunidade, construíram-se as escolas. Quanto à questão do absentismo escolar, apontaram-se questões, tal como já referido, relacionadas com a necessidade de ingressar no mundo do trabalho ou de acompanhar a família, que se desloca para outra localidade, por questões de carácter laboral.

A análise referente aos questionários sobre as dificuldades de aprendizagem indica que estas poderão sofrer uma relação direta com a problemática que se prende com o facto de o aluno passar muito tempo afastado, o que, conseqüentemente, faz com que não consiga acompanhar o ritmo de ensino, de forma a permitir que recupere o tempo perdido.

Ainda através desta pesquisa, foi possível verificar que existem situações nas quais há uma notória relação entre a problemática do absentismo escolar e a gravidez na adolescência, que, por sua vez, se relaciona com questões sociais. Quanto a este aspeto, o papel da escola poderá ser de intervenção, fazendo uso de campanhas educativas que procurem reduzir os casos de alunas grávidas durante a adolescência, trabalhando para uma maternidade responsável.

A importância desta abordagem, face a esta problemática no sexo feminino, prende-se com a realidade de existirem adolescentes, grávidas, que se afastam da escola, precisamente pela questão biológica em que se encontram, tendo em conta que, durante o período de maternidade, estas não têm com quem deixar as crianças. Assim, denota-se que, apesar de as escolas reconhecerem o direito ao ensino por parte dessas alunas, estas instituições escolares não promovem nenhuma alternativa que ofereça uma solução orientada para os filhos destas adolescentes. Outra das dificuldades advém do facto de estes adolescentes serem pais muito jovens e surge,

inevitavelmente, a necessidade urgente de garantir um rendimento para sustentar a nova família, o que resulta no abandono escolar.

Quando questionados relativamente às condições no exercício da sua profissão enquanto docentes, estes admitiram a necessidade de melhores competências para trabalhar. Tal leva a uma situação atípica, uma vez que o aluno abandona a escola e o professor não é capaz de lhe dar a motivação adequada para estudar. Neste sentido, destaca-se importância de uma qualificação adequada do corpo docente para contornar as dificuldades que o educando apresenta no seu retorno à escola.

É importante que esta situação referente às competências dos professores consiga uma solução a curto prazo, visto que, adicionalmente, há problemas relacionados com a ausência de professores derivados da distância das escolas do centro urbano aos bairros periféricos. Neste tipo de situações, os órgãos responsáveis pela colocação de professores não consideram o desfasamento de ensino existente, o que leva a que estes professores lecionem matérias distintas das suas áreas de formação, criando circunstâncias nas quais o ensino não se processa da forma mais adequada.

Constatou-se que crianças em idade escolar auxiliam as respetivas famílias, através da venda de produtos artesanais, como cestos, bolsas e outros, elaborados a partir de elementos básicos, como a palha de uma espécie comum na região. Este fator, evidentemente, não beneficia o combate ao absentismo escolar. Com este cenário, as famílias conseguem produzir materiais suficientes para o seu próprio sustento. No entanto, os jovens estão a exercer atividades profissionais, encontram-se a trabalhar, quando, na verdade, deveriam dedicar o seu tempo a estudar. É este tipo de situações que ultrapassa por completo o possível poder de influência por parte da escola, que, enquanto instituição, apenas pode, em determinados casos, realizar denúncias face ao trabalho infantil. Contudo, o trabalho em causa é uma atividade familiar de subsistência das famílias, o que leva a crer que a criação de parcerias entre a escola e as famílias, de forma a viabilizar a realização dessas atividades em simultâneo com a permanência e frequência dos alunos no meio escolar, seria do interesse de ambas as partes.

Tendo por base o tipo de respostas recolhidas e, posteriormente, analisadas, a realização de cursos profissionais é encarada como uma solução para esta problemática do absentismo escolar, que parte do pressuposto que o estudante que estará inserido num curso deste tipo possuirá competências avançadas que promovam a inclusão no mercado de trabalho e, com isso, dando a possibilidade de conciliar o trabalho e o estudo. Atualmente, muitas empresas disponibilizam parcerias nas modalidades conhecidas como jovem aprendiz ou menor aprendiz, nas quais a criança ou o adolescente tem um primeiro contacto com o mundo laboral, sem qualquer necessidade de perder o foco no meio educativo. Em contrapartida, para que este estágio ocorra, a criança ou o adolescente necessita de garantir, além da frequência, um bom desempenho escolar.

De forma a solucionar o conjunto de questões apresentadas, propõe-se um acompanhamento quinzenal que visa o controlo da frequência escolar dos alunos. Este controlo passa por uma identificação das faltas recorrentes e por um apuramento das causas dessas ausências. Assim, a escola terá a possibilidade de tentar intervir, com o propósito de apresentar uma possível solução para o problema que está na origem das faltas ou até mesmo da desistência escolar.

A escola revela-se importante na medida em que poderá mostrar a via pela qual a criação de um determinado espaço poderá levar a uma interação harmoniosa com o ambiente escolar, sendo este outro ponto de destaque no presente estudo. Neste sentido, a realização de atividades de lazer e de programas que incentivam os educandos a superar as suas dificuldades de aprendizagem foram também pontos abordados nas observações dos gestores. Contudo, é perceptível, tais observações, correspondem apenas a relatos, a “palavras”, e, quando colocadas em prática, apenas uma minoria é abrangida.

Através da presente pesquisa, verificou-se uma clara necessidade de ter em conta a realidade em que o educando se encontra inserido. Tal demonstra-se extremamente relevante para que o professor, a escola e a família do aluno o possam orientar, no sentido de enfrentar, de uma forma ponderada e consciente, os problemas que possam surgir no quotidiano. No entanto, constatou-se que há, lamentavelmente, uma falta de profissionais qualificados para exercer a sua profissão. Além deste aspeto, acresce também a forte necessidade de consciencializar não só as escolas,

mas também a sociedade, para o facto de que a educação faz parte da vida do ser humano. Assim, verificam-se, inegavelmente, lacunas no atual sistema educacional, sendo absolutamente necessário que haja uma procura por melhorias neste sistema, com o propósito de superar os problemas encontrados nas escolas e, conseqüentemente, levar a que o indivíduo tenha acesso a melhores condições de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alavarse, O. M. (2009). *Revista Brasileira de Educação*, 14 (40). Disponível em [:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100004&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100004&lng=pt&nrm=iso) [Acesso em: 10 outubro 2020].

Batista, S. D., Souza, A. M., Oliveira, J. M. S. (2009). A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. *Profissão Docente*, 9 (19), 04.

Borja, I. M. F. S., Martins, A. M. O. (2014). Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. *Liberato*, 15 (24), 93-101.

Brandão, C. F. (2005). *LDB: passo a passo: Lei de diretrizes e base da educação nacional (Lei nº. 9.394/96) (2ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Avercamp.

Quarti Márcia, Maria Letícia Correia, Elizabeth Dezouart: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. BUARQUE, C. (1994-1998, )Disponível em : <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque>.

Buarque, C., Castro, V., Aguiar, M( 2002). Um pouco da história do Bolsa Escola. (apostila mimeografada), 156p.

Caldas, E. L. (2000). Combatendo a evasão escolar. *Instituto Polis*, DS n 172, 2p. Disponível em : <https://polis.org.br/publicacoes/combate-a-evasao-escolar/> .

Calixto, L. (2019, Fevereiro 1). Abandono da escola ou escola que abandona? Criança Livre de Trabalho Infantil. <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/colunas/abandono-da-escola-ou-escola-que-abandona/>.

Carvalho, P. L. (2009). *Afastamento por abandono na educação de jovens e adultos: fatores relevantes* (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, Brasil), 39p.

Ceccon, C., Oliveira, M. D., Oliveira, R. D. (1987). *A vida na escola e a escola na vida* (33ª ed.). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

Cervo, A. L., Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo, Brasil: Pearson Prentice Hall, 22p.

Chaer, G., Diniz, R. R. P., Ribeiro, E. A. (2011). A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, 7 (7), 251-266.

Condurú, M. T., Ruffeil, M. C. (2007). *Produção científica na universidade: normas para apresentação* (2ª ed.). Belém, Brasil: UDUEPA, 130p.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1999). Coleção Saraiva de Legislação. Editora Saraiva, 23ª ed, 94p.

Cruz, C., Ribeiro, U. (2003). *Metodologia científica: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Brasil: Axcel Books, 20p.

Damasco, D. G. B. (2008). *O direito a educação: a atuação das promotorias de justiça e de defesa da educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, entre 2001 e 2007* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil), 07p.

Digiacom, M. J. (2017). *Evasão Escolar: não basta comunicar e lavar as mãos*. Ministério Público do Paraná. <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=825>

Diniz, C. S. (2015). *Evasão escolar no ensino médio: causas intraescolares na visão dos alunos* (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, Brasil).

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 25p.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas, 17p.

Gonçalves, M. E., Rios-Neto, E. L. G., César, C. C. (2008). Evasão no ensino fundamental brasileiro: identificação e análise dos principais determinantes. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*

I Congresso Municipal de Educação. "Construindo o Plano Municipal de educação. 2003, Belém – PA.

Kruppa, S. M. P. (1994). *Sociologia da Educação* (Mestrado em Docência e Gestão da Educação, Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 30-50p.

Manzato, A. J., Santos, A. B. (2008). A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa. Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNERC.

Marconatto, L. J. (2009). *Evasão escolar no curso técnico agrícola na modalidade de EJA da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – SC* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil), 23p.

Margiotta, U., Vitale, G., Santos, J. S. (2014). O fenômeno do abandono escolar na Europa do novo milênio: dados, políticas, intervenções e perspectivas. *Caderno Cedes*, 34 (94), 349-366, 18p.

Maria, J. (2013, Outubro 31). A verdade história dos programas sociais no Brasil. *Blog Josélia Maria*. <http://joseliamaria.com/2013/10/a-verdadeira-historia-do-dos-programas-sociais-no-brasil/>

Marinho, M. M. A. (2012). *Juvenilização na EJA: percursos e perspectivas dos jovens da Escola Padre Ibiapina*. (Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB).

Martins, G. A., Lintz, A. (2000). *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo, Brasil: Atlas.

Meira, C. A. (2015). *A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante – um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil).

Meksenas, P. (1992) *Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Cortez, 45p.

Moraes, F. L. (2014). O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar. 2014, Monografia (Bacharelado em Direito), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Moreira, O. R. (2007). *Políticas Públicas e Direito à Educação*. Editora Fórum, 107p.

MPBA (2008). Ministério Público do Estado da Bahia. Presente garantindo o futuro - combatendo a evasão escolar. Salvador.

MPRO (2008). Ministério Público do Estado de Rondônia. Educação legal é real. Ministério Público de Rondônia.

MPSP. (2012). Ministério Público do Estado de São Paulo. Conselho Tutelar e educação. Centro de Apoio Operacional Cível e de tutela coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Neri, M. (2015). *Motivos da evasão escolar*. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Políticas Sociais.

Pará – Rede Liberal (2018, Maio 2) *Professores da rede pública começam greve no Pará*. G1. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/professores-da-rede-estadual-de-ensino-iniciam-greve-nesta-quarta.ghtml>

Pedroza, S. A (2011). Evolução da educação: necessidade de uma nova gestão escolar. 25º Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação, São Paulo, SP.

Pereira, C. S.; Canavez, K. R. (2011). A evasão escolar no campo jurídico. Linguagem acadêmica, Batatais, v. 1, n.1, 97-112p.

PNUD (2015). Relatório de Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, USA. [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2015\\_report\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf).

Queiroz, L. D. (2002). *Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social*. 25ª Reunião anual da Anped , Caxambu, v. 1, n.1, 01p.

Silva, Z. M. C.(2015). A evasão escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas do Município de Tamandaré-PE, 2015, Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Lisboa, 66p.

Torres, M. C. N. (2010). Direito à educação: a evasão escolar causada pelo trabalho infantil. 2010, Monografia (Pós-graduação em Direito), Faculdades Integradas do Brasil, UniBrasil, Curitiba, Paraná, 09p.

Veloso, L. A (2015). A predição da evasão escolar dos cursos técnicos de nível médio: um estudo de caso no SENAI. 2015, Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação), Universidade Católica de Brasília, Brasília.

Vilarins, T. (2020, Fevereiro 22). *Pará já tem 212 mil pessoas na fila do programa Bolsa Família*. O liberal. <https://www.oliberal.com/economia/para-ja-tem-212-mil-pessoas-na-fila-do-programa-bolsa-familia-1.242935>.

Vilhena, E. R. A. (2012). A educação de jovens e adultos na modalidade à distância: o impacto da gestão no combate a evasão. 2012, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 25p.

### **Legislação consultada:**

Código Civil – Lei no 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm): [Acesso em: 10 julho 2020].

Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) [Acesso em: 10 julho 2020].

Constituição Federal de 1988- Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao\\_federal\\_de\\_1988\\_-\\_da\\_educacao.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf) [Acessao em 30 outubro 2020].

Lei no 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) [Acesso em: 10 julho 2020]

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –Lei no 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) [Acesso em: 10 julho 2020].

Legislação consultada Código Penal – Decreto-Lei no 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm) [Acesso em: 10 julho 2020].

Programa Nacional de renda Mínima – Bolsa Escola – Lei no 10.219 de 11 de Abril de 2001. Disponível EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm)  
[Acesso em: 10 Julho 2020].

Regulamentam a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração –  
Disponiel: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9\\_perfreq.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf)  
Acessao em 30 outubro 2020]

## **ANEXOS**

## ANEXO 01– QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES



Este questionário destina-se a professores do Fundamental Maior e Ensino Médio e insere-se no projeto de mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Supervisão Pedagógica, realizado no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Tem como finalidade obter informações sobre os fatores que contribuem para o absentismo escolar. O mesmo será utilizado exclusivamente para fins académicos e sua colaboração, no preenchimento deste inquérito, é muito importante. Toda a informação fornecida será anónima e usada apenas para este estudo. Não existem respostas certas ou erradas, todas representam a forma de cada um pensar ou agir.

### QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

#### 1º Parte

**1 – Idade (assinale a opção que corresponde ao seu caso).**

- ( )  $\leq 20$
- ( ) 21 – 25
- ( ) 26 – 30
- ( ) 31 – 35
- ( ) 36 – 40
- ( ) 41 – 45
- ( )  $\geq 45$

**2 – Género(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( ) Masculino                      ( ) Feminino

**3 – Considerando os alunos que ingressam e que terminam o aluno letivo, qual seria em média o percentual do absentismo?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( )  $\leq 20$  %
- ( ) 21 – 40%
- ( ) 41 – 60%
- ( ) 61 – 80%                      ( )  $\geq 80$  %

**4 – O Sr.(a) teve oportunidade de conversar com alunos que abandonaram?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) Sim(Se respondeu afirmativamente, por favor continue para a pergunta 4.1)  
( ) Não(Se respondeu negativamente, por favor continue para a pergunta 5)

**4.1 Qual o motivo?** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) Trabalho  
( ) Mudança de residência  
( ) Dificuldade de aprendizagem  
( ) Fator financeiro  
( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_.

**2º Parte**

**5 – Você considera importante a educação?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) Sim                      ( ) Não

**6 – Quais os benefícios que a educação pode trazer ao indivíduo?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) Melhor condição de vida  
( ) Aceitação social  
( ) Melhoria financeira  
( ) Preparação para o mundo do trabalho  
( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### 3º Parte

**7 – Quais os principais problemas que você observa dentro da escola?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) falta de estrutura física
- ( ) falta de recursos materiais
- ( ) falta de profissionais capacitados
- ( ) metodologia de ensino
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**8 – Qual a importância que você atribui aos seguintes pontos referentes a Escola**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Indeciso</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>
É importante a estrutura física da Escola					
A presença de bons professores é essencial ao ambiente escolar					
O fato da escola ser localizada próximo à moradia do estudante motiva-o a comparecer a escola.					
A disponibilidade de merenda escolar é essencial para o estudante.					
Uma boa gestão escolar é essencial para o desenvolvimento da Escola.					

**9 – Quando se aborda a questão do absentismo escolar, qual a importância a que você associa as seguintes causas.** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Indeciso</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>
O aluno não consegue acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma					
O aluno precisa acompanhar a família por conta de mudança de local de trabalho desta					
O aluno precisa se mudar por que mudou de emprego					
O aluno se sente cansado do trabalho diurno e não consegue acompanhar o ritmo das aulas					
O aluno não se sente inserido dentro da turma					
Os professores não conseguem motivar o aluno					
A escola não possui uma boa qualidade de ensino					

**10 – Você acredita que o absentismo escolar é um problema que atinge esta escola?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim       Não

**11 – A escola desenvolve algum tipo de ação em relação aos alunos que abandonam?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim       Não

**12 – As ações que a escola desenvolve em relação aos alunos que abandonam tem surtido efeito?** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim       Às vezes       Não

**13 – Você acredita que as causas do absentismo escolar podem ser combatidas pela escola?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim       Às vezes       Não

**14 – Que ações você indicaria para solucionar o problema do absentismo escolar?** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Cursos profissionalizantes

Direcionamento do aluno para o mercado de trabalho

Convênio com órgãos de saúde e prevenção ao uso de álcool e drogas;

Construção e manutenção de creches para alunas com filhos menores;

Reformulação curricular, de forma que alunos pudessem escolher disciplinas mais relacionadas ao mercado de trabalho.

Outro? Qual . \_\_\_\_\_.

**Obrigada pela sua contribuição!**

## ANEXO 02– QUESTIONÁRIO DOS GESTORES ESCOLAR



Este guião de perguntas para o questionário destina-se à equipe gestora do Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio e insere-se no projeto de mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Supervisão Pedagógica, realizado no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Tem como finalidade obter informações sobre os fatores que contribuem para o absentismo escolar. O mesmo será utilizado exclusivamente para fins académicos e sua colaboração, no preenchimento deste inquérito, é muito importante. Toda a informação fornecida será anónima e usada apenas para este estudo. Não existem respostas certas ou erradas, todas representam a forma de cada um pensar ou agir.

### 1º Parte

#### 1 – Idade (assinale a opção que corresponde ao seu caso).

- ( )  $\leq 20$
- ( ) 21 – 25
- ( ) 26 – 30
- ( ) 31 – 35
- ( ) 36 – 40
- ( ) 41 – 45
- ( )  $\geq 45$

#### 2 – Género (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

- ( ) Masculino
- ( ) Feminino

**3 – Considerando os alunos que ingressam e que terminam o aluno letivo, qual seria em média o percentual de absentismo escolar?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( )  $\leq 20$  %
- ( ) 21 – 40%
- ( ) 41 – 60%
- ( ) 61 – 80%
- ( )  $\geq 80$  %

**4 – O sr(a) teve oportunidade de conversar com alunos que abandonaram?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( ) Sim (Se respondeu afirmativamente, por favor continue para a pergunta 4.1)
- ( ) Não (Se respondeu negativamente, por favor continue para a pergunta 5)

**4.1 Qual o motivo? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( ) Trabalho
- ( ) Mudança de residência
- ( ) Dificuldade de aprendizagem
- ( ) Fator financeiro
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_.

## **2º Parte**

**5 – Você considera importante a educação?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

( ) Sim

( ) Não

**6 – Quais os benefícios que a educação pode trazer ao indivíduo?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( ) Melhor condição de vida
- ( ) Aceitação social
- ( ) Melhoria financeira
- ( ) Preparação para o mundo do trabalho
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### **3ª Parte**

**7 – Quais os principais problemas que você observa dentro da escola?(assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

- ( ) falta de estrutura física
- ( ) falta de recursos materiais
- ( ) falta de profissionais capacitados
- ( ) metodologia de ensino
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**8 – Qual a importância que você atribui aos seguintes pontos referentes a Escola? (assinale a opção que corresponde ao seu caso)**

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Indeciso</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>
É importante a estrutura física da Escola					
A presença de bons professores é essencial ao ambiente escolar					
O fato da escola ser localizada próximo à moradia do estudante motivou a comparecer a escola.					
A disponibilidade de merenda escolar é essencial para o estudante.					
Uma boa gestão escolar é essencial para o desenvolvimento da Escola.					

**9 – Quando se aborda a questão do absentismo escolar, qual a importância a que você associa as seguintes causas.** (assinale a opção que corresponde ao seu caso)

	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Indeciso</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo totalmente</b>
O aluno não consegue acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma					
O aluno precisa acompanhar a família por conta de mudança de local de trabalho desta					
O aluno precisa se mudar porque mudou de emprego					
O aluno se sente cansado do trabalho diurno e não consegue acompanhar o ritmo das aulas					
O aluno não se sente inserido dentro da turma					
Os professores não conseguem motivar o aluno					
A escola não possui uma boa qualidade de ensino					

**10 – Você acredita que o absentismo escolar é um problema que atinge esta escola?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim

Não

**11 – A escola desenvolve algum tipo de ação em relação aos alunos que abandonam?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim

Não

**12 – As ações que a escola desenvolve em relação aos alunos que abandonam tem surtido efeito?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim  Às vezes  Não

**13 – Você acredita que as causas do absentismo escolar podem ser combatidas pela escola?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Sim  Às vezes  Não

**14 – Que ações você indicaria para solucionar o problema do absentismo escolar?**(assinale a opção que corresponde ao seu caso)

Cursos profissionalizantes

Direcionamento do aluno para o mercado de trabalho

Convênio com órgãos de saúde e prevenção ao uso de álcool e drogas;

Construção e manutenção de creches para alunas com filhos menores;

Reformulação curricular, de forma que alunos pudessem escolher disciplinas mais relacionadas ao mercado de trabalho.

Outro? Qual . \_\_\_\_\_.

**Obrigada pela sua contribuição!**



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

---

Évora – Portugal, 28 Abril de 2020

**Carta de Apresentação do Aluno**

Assunto: Pesquisa para a Tese de Mestrado na área de Supervisão Pedagógica.

Apresento o Sr. **HALLAN DANIEL DO NASCIMENTO**, aluno do curso de Mestrado em Supervisão Pedagógica, matrícula nº 43424, desta instituição de ensino – Universidade de Évora, na cidade de Évora em Portugal.

Informo que o referido aluno está em processo de investigatório bibliográfico e de campo, para a formulação do tema da pesquisa e, conseqüentemente, formulação de sua Tese de Mestrado na área de Supervisão Pedagógica.

Portanto, diante do exposto, solícito por meio desta carta a possibilidade desse respeitando Instituição Educacional, para que o mesmo possa desenvolver uma ou mais metodologias de pesquisas previstas para esse tipo de trabalho, dentre elas; observação, entrevistas, questionários e registos.

## Solicitação para Investigação - 1



### Solicitação para Investigação

Ex-ma/ Sr(a). Diretor  
Jayme de Lobo Andrade

**Assunto:** Solicitação para Investigação na Escola Pública Estadual Raimundo Vera Cruz

O meu nome é Hallan Daniel do Nascimento, Graduado em Filosofia, encontro-me a frequentar o 2º. Ano de Mestrado em Educação na Universidade de Évora sob a orientação da professora doutora Marília Evangelina Sota Favinha. O segundo ano do Mestrado é constituído pela dissertação, sendo que irei desenvolver o seguinte tema "**Absentismo Escolar – A opinião dos Professores em duas Escolas públicas em Belém do Pará-Brasil**".

Venho por meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo, demonstrar que o educador, através da sua vivência e formação é capaz de atrair a atenção do aluno e o seu interesse para o aprendizado, assim como integralo na escola.

Mais informo que guardaremos o sigilo referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia na reunião das informações dadas pela intrevista.

Agradeço desde já a melhor atenção que possa dar a esse assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários, deixando assim o meu contacto telefónico (+351 936298947).

Os meus melhores cumprimentos, Hallan Daniel do Nascimento.

  
Jayme de Lobo Andrade  
Port. Nº 1825/2016  
DIRETOR  
Autorizado.

## Solicitação para Investigação - 2

### Solicitação para Investigação



Ex-ma/ Sr(a). Diretor  
Roberta Viana

**Assunto:** Solicitação para Investigação na Escola Pública Estadual Tiradentes Primeiro

O meu nome é Hallan Daniel do Nascimento, Graduado em Filosofia, encontro-me a frequentar o 2º. Ano de Mestrado em Educação na Universidade de Évora sob a orientação da professora doutora Marília Evangelina Sota Favinha. O segundo ano do Mestrado é constituído pela dissertação, sendo que irei desenvolver o seguinte tema “**Absentismo Escolar – A opinião dos Professores em duas Escolas públicas em Belém do Pará-Brasil**”.

Venho por meio deste, solicitar a sua autorização para começar o processo investigativo que tem como objetivo, demonstrar que o educador, através da sua vivência e formação é capaz de atrair a atenção do aluno e o seu interesse para o aprendizado, assim como integrá-lo na escola.

Mais informo que guardaremos o sigilo referente a todos os envolvidos na amostra, bem como o respeito à ética que permeia na reunião das informações dadas pela entrevista.

Agradeço desde já a melhor atenção que possa dar a esse assunto e encontro-me disponível para prestar os esclarecimentos que entenda necessários, deixando assim o meu contacto telefónico (+351 936298947).

Os meus melhores cumprimentos, Hallan Daniel do Nascimento.

  
Roberta Lins Viana  
Especialista em Educação  
Centro de E. F. M. "Tiradentes"  
Portaria 15662/2013  
Mat. 5689570/2

42